

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
MESTRADO EM LITERATURA BRASILEIRA

INVENÇÕES DO BRASIL

Alguma ficção, muitas histórias

Almir Antonio de Souza

Florianópolis, Fevereiro de 2001

INVENÇÕES DO BRASIL

Alguma ficção, muitas histórias

Almir Antonio de Souza

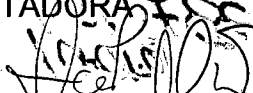
Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título

MESTRE EM LITERATURA

Área de concentração em Literatura Brasileira e aprovada na sua forma final pelo
Curso de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina.

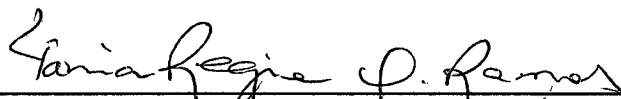


Profa. Dra. Tânia Regina Oliveira Ramos
ORIENTADORA

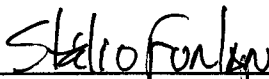


Profa. Dra. Simone Pereira Schmidt
COORDENADORA DO CURSO

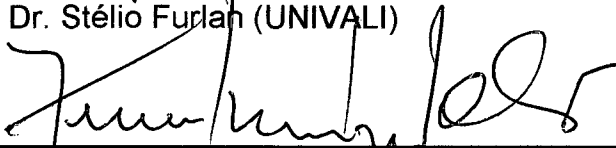
BANCA EXAMINADORA:



Profa. Dra. Tânia Regina Oliveira Ramos
PRESIDENTE



Prof. Dr. Stélio Furlan (UNIVALI)



Prof. Dr. João Hernesto Weber (UFSC)

Profa. Dra. Helena Heloísa Tornquist (UFSC)
SUPLENTE

No final, um beijo, à musa dos poetas, que faz as páginas terem um fim. O que existe de mais belo abaixo da linha do equador.

Agradecimentos

Aos professores Stélio Furlan, Maria Teresa Santos Cunha, e João Hernesto Weber, pelo incentivo. Aos amigos, Hailor Jacques Dias e Cleber Klein, pela valiosa colaboração. Um agradecimento em especial para a professora Regina Carvalho, pela cuidadosa revisão e cumplicidade nas idéias. À Karina Lúcia Barbosa, companheira de todas as horas, pela solidariedade nos momentos difíceis, e também pelas críticas e sugestões. À mais bela de todas as mulheres, aquela que gerou o autor, que não teve oportunidades para conhecer as palavras no papel, mas não descansou para que seu filho as tivesse. Um último agradecimento à professora Tânia Regina Oliveira Ramos, pelas idéias, e por ter acreditado.

RESUMO

As comemorações dos quinhentos anos do “descobrimento”, evidenciaram um problema – as dramáticas desigualdades envoltas sob o manto da brasilidade. Essa dissertação visa realizar uma breve perspectiva dentro da historiografia literária brasileira, avaliando criticamente algumas obras (alguma ficção) que se constituem em manifestações estético sociais da cultura no Brasil e, na esteira de alguns ensaios da crítica brasileira sobre a constituição da identidade nacional via manifestação literária, analisar melhor essa problemática.

A reflexão que desenvolvemos transita entre as fronteiras das diferentes linhagens discursivas, procurando dar uma contribuição às inúmeras questões que povoam nossas mentes no que se refere a nacionalidade brasileira. E finalizando, procuramos entender como uma nação que se afirma no presente com uma profunda desigualdade social, foi inventada e construída, inserida no mosaico formado pelo histórico e o literário.

ABSTRACT

The comemoration of the 500 years of “ discovery evidenced a problem – the dramatic unequalities wrapped under the mantle of Brazil. This dissertation aims to accomplish a brief perspective inside the Brazilian literary historiography, evaluating critically some works (some ficcion) that constitute in social esthetic manifestations of the culture in Brazil and, on the track of some critical brazilian essays over the costitution, to análise better this problem.

The reflexion we develop transit between the borders of the different discursive line ages, looking to give a contribution to the innumeros question that populate our minds about what refers to Brazilian Nacionality. So finally, we intend to understand as a nation what affirm in the present with a deep social inequality, it was invented and constructed, inserted in the mosaic formed by the historic and literary.

SUMÁRIO

Introdução: A nação e duas damas elegantes – Literatura e História..... 1

I – ENTRE O LUXO E O LIXO, AS INVENÇÕES DA NAÇÃO.....13

1 – Era no Tempo do Rei

2 – Tempos de Naturalismo

II – UMA HISTÓRIA D(N)O BRASIL70

1 – A Demolição de um Tempo – Memórias Póstumas

2 – Alguns Papéis Avulsos e uma História d(no) Brasil

III – INVENÇÕES DO BRASIL92

1 – O Brasil e a Nação

2 – Literatura Contra o Brasil

ALGUMA FICÇÃO, MUITAS HISTÓRIAS124

BIBLIOGRAFIA131

Victor Hugo, por ocasião da morte de seu amigo Ribeyrolles, um proscrito do 2 de dezembro, que se havia refugiado em nosso país, escreveu que nós brasileiros éramos uma nação generosa. “Vos tendes – tal é a frase lapidar do grande poeta, e eu a reproduzo com emoção e orgulho - vós tendes a dupla superioridade de uma terra virgem e de uma raça antiga. Um grande passado histórico vos liga ao continente civilizador. Reunís a luz da Europa ao sol da América.”

Oliveira Lima, em Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira

Introdução

A NAÇÃO E DUAS DAMAS ELEGANTES: A LITERATURA E A HISTÓRIA

Mais dia, menos dia, demito-me deste lugar. Um historiador de quinzena, que passa os dias no fundo de um gabinete escuro e solitário, que não vai às touradas, à câmara, à Rua do Ouvidor, um historiador assim é um puro contador de histórias

E repare o leitor como a língua portuguesa é engenhosa. Um contador de histórias é justamente o contrário de historiador, não sendo um historiador, afinal de contas, mais do que um contador de histórias. Por que essa diferença? Simples, leitor, nada mais simples. O historiador foi inventado por ti, homem culto, letrado humanista; o contador de histórias foi inventado pelo povo, que nunca leu Tito Lívio, e entende que contar o que se passou é só fantasiar.

(Machado de Assis, "História dos Quinze Dias", Ilustração Brasileira, 15/ 03/ 1877)

Machado de Assis, sempre que o desejava, brincava um pouco com a dama loureira – a História, como ele a chama nas *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Na crônica publicada na Revista *Ilustração Brasileira*, um dos muitos periódicos em que trabalhou, e da qual retirei a epígrafe acima, consegue com sua argúcia sintomática e costumeira, retirar as traves dos olhos dos que não querem ver as poucas diferenças entre a História contada e o ofício de historiador, sendo um historiador nada mais nada menos do que um contador de histórias. Em outra crônica, Machado – tal como Aristóteles – a respeito de poetas e historiadores que fossem emitir seu parecer sobre a origem de um reinado, diria que “a diferença é que os poetas diriam a coisa em verso, sem documentos, e os historiadores di-la-iam em prosa com documentos.”¹ Nas *Memórias Póstumas*, Machado de Assis trabalha a questão histórica em vários lances, e em um deles chama a História de

¹ ASSIS, Machado de. *Crônicas Escolhidas*. São Paulo: Publifolha, 1994, p. 79.

dama elegante , em outro de dama loureira. Machado de Assis abre a discussão para que se possa pensar a diferença entre a poesia e a História crítica, que procura uma aproximação mais plausível com aquilo que aconteceu. Por outro lado, não é impossível pensar que o passado não é mais nada: o momento anterior é uma fumaça, uma névoa , um fantasma que passa a ser desejo de retorno ao mundo através das mãos e mentes do contador de histórias, mas não se retira também do ofício do historiador, pelo menos a presença de fontes que possam dar cientificidade ao objeto, bem como a pesquisa. Sem esta, o trabalho de investigação histórica não existe, podendo servir apenas a contistas e suas fábulas, mas por outro lado isso não impede o poeta de também mostrar sua plausibilidade a respeito da verdade histórica.

O caminho entre a História e a Literatura está cada vez mais cheio de teorias que as ligam aos nós dessa união. Roland Barthes diria que “por detrás do passado simples, esconde-se sempre um demiurgo, deus ou narrador; o mundo não fica inexplicado quando o narram; cada um de seus acidentes é apenas circunstancial (...).”² Na poética, Aristóteles já diria que não diferem o historiador e o poeta por escreverem verso e prosa, e ainda que ao poeta lhe aconteça fazer uso de sucessos reais, nem por isso deixa de ser poeta, porque ele é poeta pela imitação e porque imita ações.³ Entre Homero e sua *Iliada* e a *História* de Heródoto, não seria apenas uma questão de verso e prosa , mas de pesquisa e investigação, de mitos e fábulas. Penso que os historiadores, como os literatos, produzam semelhanças, mas a cientificidade histórica da realidade da América portuguesa requer um método que se por um lado tenta fugir de um positivismo anacrônico, acaba por tê-lo de

² BARTHES, Roland. *Novos Ensaios Críticos. O Grau Zero da Escritura*. São Paulo: CULTRIX, 1974. Pág. 134.

³ ARISTÓTELES. *Poética*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Pág. 209 .

forma reticente. Não se pode deixar de pensar que a razão histórica tenha suas origens na narrativa literária, como Hayden White assim o determinou em seu texto *Trópicos do Discurso* :

A meu ver, a história enquanto disciplina vai mal atualmente porque perdeu de vista as suas origens na imaginação literária. No empenho de parecer científica e objetiva, ela reprimiu e negou a si própria sua maior fonte de vigor e renovação. Ao fazer a historiografia recuar uma vez mais até a sua íntima conexão com a sua base literária, não devemos estar apenas nos resguardando contra distorções simplesmente ideológicas; devemos fazê-lo no intuito de chegar àquela “teoria” da história sem a qual não se pode de maneira alguma considerá-la “disciplina” .⁴

O Historiador da Cultura Roger Chartier abriria uma discussão com Hayden White, pois para ele, o discurso é narrativa, porém o historiador deve sempre se servir das fontes para compor o seu texto, dando-lhe assim a cientificidade necessária. Roger Chartier faria uma análise da seguinte forma:

“(...) O caminho é portanto forçosamente estreito para quem pretende recusar ao mesmo tempo: a redução da história a uma atividade literária de simples curiosidade, livre e aleatória, e a definição de sua cientificidade a partir unicamente do modelo de conhecimento do mundo físico. (...) a história é um discurso que aciona construções, composições e figuras que são as mesmas da escrita narrativa, portanto da ficção, mas é um discurso que, ao mesmo tempo, produz um corpo de enunciados “científicos” se entendemos por isso “a possibilidade de estabelecer um conjunto de regras que permitem controlar operações de objeto determinados.”⁵

⁴ WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso*. São Paulo: EDUSP, 1994. P. 116 .

⁵ CHARTIER, Roger. A História Hoje: dúvidas, desafios, propostas. In: *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. Vol. 07, n ° 13, 1994, p. 111.

Nicolau Sevcenko não deixaria de ver o texto literário como um documento em potencial para a pesquisa histórica:

A criação literária revela todo o seu potencial como documento , não apenas pelas referências esporádicas a episódios históricos ou do estudo profundo dos seus processos de construção formal, mas como uma instância complexa repletas das mais variadas significações, e que incorpora a história em todos os seus aspectos, específicos ou gerais, formais ou temáticos, reprodutivos ou criativos, de consumo ou produção.⁶

O final desse século assiste, no palco da História, à reentrada em cena de um ator que nunca esteve ausente: a narrativa. Através dessa forma revitalizam-se novos intelectuais, cansados de propostas metodológicas únicas e fechadas, e nesse contexto temos a reabilitação da historiografia literária. Pensar a obra literária como ficção e como uma das possibilidades de representação do real, na aproximação entre História e Literatura, na medida em que nenhuma história é o real, mas pelo contrário, o seu discurso é que vai permitir o seu entendimento dentro das formas e significados a ele conferido.

Considerando a escrita literária enquanto fonte histórica, na medida em que, embora contenha elementos ficcionais, possa trazer conjuntamente, explicitamente ou em suas entrelinhas – ideologias, paixões, críticas, comportando uma determinada “visão de Mundo”, o que torna possível que a literatura nos ajude enquanto pretensos historiadores, a recriar, a interpretar um dado período histórico através da visão particular do autor.

“Sem avançarmos por agora, digamos apenas que, ao contrário do que geralmente se

⁶ SEVCENKO, Nicolau . *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 246 .

pensa, a matéria do artista mostra assim não ser informe: é historicamente formada, e registra de algum modo o processo social a que deve a sua existência.”⁷

Entre a metáfora da tirania ou a fronteira da liberdade, História e Literatura reuniram-se no mesmo processo de sondagem e revelação da sociedade brasileira.⁸ Sidnei Chalhoub diria que “é preciso desnudar o rei, tomar a Literatura sem reverência, sem reducionismos estéticos, dessacralizá-la; submetê-la ao interrogatório sistemático que é uma obrigação do nosso ofício. Para historiadores, a literatura é, “enfim, testemunho histórico.”⁹

Ficção e História realmente são partes de um jogo muito tênue, como a teia que balança ao vento sem, contudo, romper-se. Aquilo que não existe mais - o momento anterior - deixa de ser matéria, passa a ser apenas memória. É em cima dessa memória que historiadores se debruçam buscando, reconstituir aquilo que, por não existir mais, só pode ser mesmo ficção, e aí cabe a esses investigadores da sociedade buscar o lampejo no momento em que se fez a luz, para que ficção possa então ser História. Este jogo só pode ser estabelecido enquanto o buscar do historiador exista, pois a verdade absoluta é no mínimo proibitiva de algo muito especial – liberdade. Nesse sentido não se apreende mais o que deixou de existir, mas se procura ao menos chegar o mais perto possível da plausibilidade, de uma reconstituição que retire as máscaras, revelando as incompreensões dos homens para consigo mesmos e para com sua existência. É preciso, então, concordar com Marisa Lajolo ao sugerir a interdisciplinaridade de estudos para dar

⁷ SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar, in : *Ao Vencedor as Batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1992, p. 25. Aqui Schwarz discute as idéias fora do lugar: a incongruência entre o escravismo brasileiro e o liberalismo de idéias européias.

⁸ Ver CHAVES, Flávio L. *História e Literatura*. Porto Alegre : UFRGS, 1991. p. 26.

⁹ CHALHOUB, Sidnei e PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda (ORGS). *A História Contada : Capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira , 1998. P. 7.

conta das relações entre História e Literatura, essas senhoras que se entretêm em soprar aos ouvidos de quem as quer compreender que *La Donna è Mobile*.¹⁰

É uma região de fronteiras esgarçadas, mas que consegue ainda estabelecer diferenças. Diferenças estas que colimam no objetivo científico pretendido por alguns historiadores, que não podem deixar de ser pensadas por outras vias possíveis, numa História que também não passa de registro escrito e como tal à mercê da linguagem, presos todos nas amarras da estética inclusive a Literatura. Daí resultam o devir e a possibilidade de se abrir a outros caminhos, de analisar melhor o peso da ciência, o conhecimento do mundo e o como de a humanidade chegar até o presente. Tudo isso pode ser decididamente pensado e idealizado através dos dogmas e teorias científicas ?

Conforme se pode ver, existe uma multiplicidade de discursos que rondam os termos História e Literatura. Mas, como pretensos historiadores, acaba-se por deixar ficar uma freqüente aproximação com a História dentro da Literatura, como se ela fosse documento, registro, fonte histórica, numa proximidade com às palavras de Nicolau Sevcenko e a criação literária como documento histórico, ou como Sidney Chalhoub e a sua história social, buscando na literatura o testemunho histórico. Sem reverência, porém de chapéu à banda. Abandonando-se uma rigidez metodológica e o rigor científico que aprisionam as liberdades de pensar, sem as radicalizações de extremos como as que afirmam que tudo é ficção ou tudo é histórico, mas na crença que há “muitas ficções e alguma história, e alguma ficção com muitas histórias”.

¹⁰ LAJOLO, Marisa. Literatura e História da Literatura: senhoras muito intrigantes. In: MALLARD, Leticia et alli. *História Da Literatura: Ensaio*. Campinas: UNICAMP, 1994, p.31.

Michel Foucault, no ensaio *Nietzsche, A genealogia e a história*, ao pensar nessa última diria:

“(...) História que se dava como tarefa restituir os grandes cumes do devir, mantê-los em presença perpétua, reencontrar as obras, as ações, as criações segundo o monograma de sua essência íntima. Mas, em 1874, Nietzsche criticava essa história inteiramente devotada à veneração por obstruir as intensidades atuais da vida da suas criações. Trata-se ao contrário, nos últimos textos, de parodiá-la para deixar claro que ela é apenas paródia (...)”¹¹

Então se a História pode ser parodiada, pode ser ficcional e além disso uma burla, uma sátira, afinal, o que é a paródia? Luís Alberto Scotto de Almeida em “*Lima Barreto – O Cânone e o Bêbado*” faria a seguinte análise:

“(...) o novo contexto, a palavra do outro, já consagrada socialmente, assume limites e precariedades. Deste processo resulta o desmascaramento de suas intenções e, no seu produto final, termina como elemento parodiado. Quer dizer, na paródia, uma das linguagens sairá do processo desmoralizada – este caráter destruidor é uma das suas características. Ao mesmo tempo para que o resultado da paródia tenha efeito, e seja compreendida em sua plenitude pelo leitor, é necessário que ambas as vozes sejam identificáveis. O leitor tem que reconhecer o fundo verbal “alvo”, utilizado pelo narrador, para projetar e refratar sua própria linguagem (...)”¹²

¹¹ FOUCAULT, Michel. Nietzsche, A Genealogia e a História. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: GRAAL, 1998. p. 34.

¹² ALMEIDA, Luís Alberto S. *Lima Barreto- o Cânone e o Bêbado*. Dissertação de mestrado em Literatura Brasileira. UFSC, 1997, p. 23.

A paródia deve então identificar as vozes; o leitor deve identificar o “fundo verbal alvo” para perceber sua própria linguagem. O fundo verbal, o alvo, terá que sair desmoralizado. O caráter destruidor é uma das características da paródia; cabe ao leitor reconhecê-lo.

Ora, nesse sentido, entre essas senhoras intrigantes – Literatura e História – é que a textualidade das fontes literárias pode ser interpretada [buscando captar o texto e as suas impressões frente às inúmeras transformações políticas e sociais que estavam ocorrendo na sociedade brasileira,] mudanças estas insufladas pelos princípios da modernidade. No nosso caso específico, tentaremos fazer a abordagem dentro desta história que pode ser parodiada, e neste sentido trabalhar com as obras que tenham esse caráter destruidor, obras que se utilizam da ironia, da sátira; [enfim, da paródia, para revelar, ao fundo, a destruição de um tempo.]

A presente dissertação visa realizar uma breve perspectiva dentro da historiografia literária brasileira, [avaliando criticamente algumas obras (*alguma ficção*) que se constituem em manifestações estético- sociais da cultura brasileira e, na esteira de alguns ensaios da crítica brasileira sobre a constituição de identidade nacional via manifestação literária, enfocar um problema evidenciado nas comemorações dos 500 anos do descobrimento – {as dramáticas desigualdades envoltas sob o manto decantado da brasilidade}] No dia 22 de Abril de 2000, data comemorativa dos 500 anos da chegada dos portugueses, as terras do poente do Atlântico Sul, cenas inusitadas, representativas do chamado Brasil: as manifestações de índios pataxó contra o genocídio perpetrado contra sua gente, foram recebidas a golpes de cassetete e tiros por policiais; a réplica da nau capitânia de Cabral, que custou 3 milhões de dólares e deveria participar da comemoração

dos 500 anos em Porto Seguro, não conseguiu navegar, foi um fracasso; mas a cena mais marcante foi a divulgada nos jornais televisivos de todo o país no dia 22 de abril de 2000, produzidas por um cinegrafista amador na noite do Rio de Janeiro. Esta cena, que lembrava verdadeira imagem apocalíptica lembrando as da guerra do golfo, mostrava tiros com munição traçante disparados por policiais de um lado e traficantes moradores-donos-controladores da favela do outro.

No Brasil no ano 2000, arquitetou-se a comemoração dos 500 anos de descobrimento. Mas não se descobre uma terra com uma selva mágica povoada por cerca de 5 ou mais milhões de habitantes. O que deve ser lembrado , antes de mais nada, são 500 anos de invasão e genocídio, pois dos habitantes originais restaram apenas cerca de 250 mil, confinados em lotes, barracos e reservas, situação muito diferente para eles acostumados com a liberdade das grandes extensões de terra, água e ar.

Afinal, pretendo verificar diferentes linhagens discursivas, procurando dar resposta às inúmeras questões que povoam nossas mentes no que se refere à nacionalidade brasileira. Numa breve visita à gênese da nação brasileira, à emancipação política por conta da crise do sistema colonial e à vinda da família real para o Brasil, seguida pela opção pelo Príncipe Regente, evitando assim a rebelião dos negros, até a nação reinventada pela República das Letras, dos Militares, e do Capital. Assim, pretendo compreender o processo de emancipação política do Brasil, os mitos e símbolos criados com a Independência e que permanecem até hoje. O projeto de nação gestado pelas elites escravocratas permanece com a passagem para o capitalismo periférico, onde as relações de exclusão se estabelecem como continuidades. A História e a Literatura, neste contexto, fazem parte de um mesmo amálgama , compondo o mesmo mosaico da invenção e

construção de uma nação que se afirmava com uma profunda desigualdade social, arrastando sua carniça podre até os dias atuais.

[Nessa tentativa de analisar a nacionalidade brasileira imbricada com sua intensa e sempre presente desigualdade social, através dos textos históricos e literários, aí necessariamente feitas as escolhas.] Se outros textos ficam de fora do conteúdo dessa dissertação, deve-se apenas à impossibilidade lógica de abranger a todos.

Dividi a tarefa em três capítulos. Nos dois primeiros, momentos de rupturas, continuidades e descontinuidades: a crise do sistema colonial, a emancipação política e a crise do sistema escravista. No capítulo I, *Entre o luxo e o lixo, as invenções da nação*, procuro abordar por entre o texto literário, o texto histórico, e nestas fronteiras obras como *Cartas Chilenas e Memórias de Um Sargento de Milícias* dentro de períodos críticos, no quadro das crises e emergências dos acontecimentos que cercam a nação e a construção da identidade nacional. Na análise desta identidade nacional, um encontro com Machado de Assis. A transição do tempo do rei ao tempo do ditador, transição que este escritor presenciou, é o que tentaremos descortinar, na busca de fragmentos históricos e literários que possam compor o mosaico das idéias, desvendando o complexo jogo patrocinado pela elite latifundiária e a emergente elite burguesa brasileira, de olho na decadência do império enquanto inventava uma *nação do capital*. Perpetuando o mesmo estado de coisas, os pobres escravos passam a ser pobres livres, e os novos ricos juntam-se aos antigos, inventando também um novo momento para o século XX que estava por vir – a República.

No capítulo II- *Uma História d(n)o Brasil*, faço um levantamento da relação do texto de Machado de Assis, evidenciada em *Memórias Póstumas e Papéis Avulsos*, com a

historiografia. O enfoque principal é a crise do escravismo e como Machado de Assis a retrataria em suas obras. O suporte teórico para este fim é consubstanciado na troca de informações com autores que já trouxeram à tona essas questões sobre Machado de Assis e a História, como John Gledson e Roberto Schwarz.

Nas fraturas republicanas, o antiufanismo, ou a literatura contra o Brasil, é o mote comum ao último capítulo. Após uma breve discussão sobre as definições a que se submetem os termos nação e nacionalidade, faço uma análise da obra contemporânea *Contra o Brasil* de Diogo Mainardi, através de *Tristes Trópicos* de Claude Lévi-strauss; invadindo a boêmia de Afonso Henriques de **Lima Barreto** e *Os Bruzundangas*, tentando compreender algumas idéias acerca da nação brasileira e alguns de seus antiufanistas.

Da sátira poética das Cartas Chilenas, passando pela galhofa melancólica de Machado de Assis e o naturalismo zolista de Aluísio de Azevedo do século XIX , chegando à denúncia paródica de Lima Barreto e o confuso antiufanismo de Diogo Mainardi no século XX. A possibilidade de uma história, como palco que se abre para a ação dos sujeitos históricos, de uma história que se abre ao fazer humano; e dentro desta abertura , dentro de uma pluralidade possível, trabalhar o jogo entre História e Literatura compondo o mesmo mosaico, numa leitura do Brasil e das nações que se inventam: a identidade nacional a ser descoberta na identidade pessoal dos personagens.

A identidade nacional começa a ser descortinada diante de um Critilo das *Cartas Chilenas*, o Major Vidigal de *Memórias de Um Sargento de Milícias*, Brás Cubas de *Memórias Póstumas*, João Romão d'O Cortiço, Pimenta Bueno de *Contra O Brasil*, ou o Tourist em *Os Bruzundangas*. E a estas leituras contrapor o discurso histórico, verificando, a partir da análise destes discursos, o entendimento de como se manifesta e se

pensa sobre a nação em determinado momento, como se percebe a identidade nacional por trás da identidade pessoal do personagem e como carregam consigo as fraturas, as desigualdades que se arrastam até o final do século XX, evidenciadas nas comemorações alusivas aos quinhentos anos do descobrimento}

O método, no qual me inseri, foi ao encontro as palavras de Machado de Assis em *Mémorias Póstumas*, que não o queria de gravata, formal, mas livre, mas solto, que desse liberdade para alguns vôos, algumas viagens. Um método que lembra o andar do bêbado, ziguezagueando aqui e ali, porém dentro de critérios metodológicos que concedem plausibilidade ao texto.

Em *A Nação e o Paraíso*, João Hernesto Weber indaga o que resta fazer após a implosão do continuum da nação e da História linear e progressiva ao fim do século XX . As respostas cabem às histórias que se vão tecendo entre centralismos e pluralismos. Afinal, o que fazer após esse estouro do “continuum da nação e da história ? Uma das opções é a de, sobre esse ‘estouro’, construir outras histórias”.¹³ Neste caminho aberto é que pretendo conduzir a dissertação, isento dos centralismos , longe da pluralidade como elogio à ingenuidade, subindo a montanha dos papéis que podem compor o conhecimento de que necessito para compreender a nação e a nacionalidade brasileira, para que na descida já esteja livre do peso das unicidades sem saída, e das aberturas que a tudo acolhem , levando comigo a possibilidade de ter encontrado *alguma ficção e muitas histórias*.

¹³ WEBER, João Hernesto. *A Nação e o Paraíso. A construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997, p. 195.

I

ENTRE O LUXO E O LIXO, AS INVENÇÕES DA NAÇÃO

A proposta foi aceita. Sereníssima República pareceu-lhes um título magnífico, roçagante, expansivo, próprio a engrandecer a obra popular.

Não direi, senhores, que a obra chegou à perfeição, nem que lá chegue tão cedo. Os meus pupilos não são os solários de Campanela ou os utopistas de Morus; formam um povo recente que não pode trepar de um salto ao cume das nações seculares. Nem o tempo é operário que ceda a outro a lima ou o alvião; ele fará mais e melhor do que as teorias do papel, válidas no papel e mancas na prática. O que posso afirmar-vos é que, não obstante as incertezas da idade, eles caminham, dispondo de algumas virtudes, que presumo essenciais à duração de um Estado. (..)

*Machado de Assis, Sereníssima República em
Papéis Avulsos*

Os costumes daquele longínquo país são assim interessantes e dignos de acurado estudo. Eles têm uma curiosa mistura de ingenuidade infantil e idiotice senil. Certas vezes, como que merecem invectivas de profeta judaico; mas, quase sempre, o riso bonachão de Rabelais .

Lima Barreto, em Os Bruzundangas

(..) O distinto escritor que lhe prefaciou o opúsculo cita Juvenal, para justificar o tom da sátira, e o próprio poeta nos fala de Roma; mas, francamente, é abusar dos termos. Onde está Roma, isto é, o declínio de um mundo, nesta escassa nação de ontem, sem fisionomia acabada, sem nenhuma influência no século, apenas com um prólogo de história? (..)

Machado de Assis, em A Nova Geração

Nos anúncios luminosos, então, a sua imaginação foi fértil. Houve um que ficou célebre e assim rezava : “ Bruzundanga, País rico – Café, cacau e borracha. Não há pretos” .

Lima Barreto, em Os Bruzundangas

1 – ERA NO TEMPO DO REI ¹⁴

Existem épocas e tempos, existem também eras e períodos. Porém, muito do que fica para as sociedades humanas, destes tempos, épocas, períodos e eras, são registros escritos, e entre eles o registro literário, como os romances, os contos, os poemas e crônicas que marcam um chão histórico, fertilizando-o de informações e possíveis caminhos, que possam compor de forma razoável o mosaico do que um dia aconteceu.

Eram dias quentes os que agitavam a pena de um sátiro enigmático na Vila Rica do Brasil colonial, um tempo onde as minas de ouro e diamante das minas gerais ainda produziam algo que pudesse ser mandado para a metrópole - Portugal, e desse tempo dos mandantes e seus desmandos na colônia é que *As Cartas Chilenas* circularam por estas bandas, por entre os anos de 1788 e 1789. Elas eram em número de treze e foram compostas em forma de versos decassílabos brancos. Quem as assina é Critilo, que as endereça a um amigo, Doroteu. Por muitos anos a autoria das cartas foi alvo de pesquisadores brasileiros. Atualmente é aceita a tese de Rodrigues Lapa de que por trás do pseudônimo Critilo o autor seria Tomás Antonio Gonzaga, um dos que pertenciam ao chamado grupo mineiro, contrário à política de corrupção do governador Luís da Cunha Meneses. Após a prisão dos membros do grupo, as cartas não mais circularam.

¹⁴ *Era no tempo do Rei*, é a expressão que dá início ao romance de Manuel Antonio de Almeida – *Memórias de um sargento de milícias*. As memórias são um retrato do Brasil Joanino, onde os principais personagens pertencem a uma história do cotidiano no início do século XIX; uma figura central na trama é o Major Vidigal, que historicamente é anotado como o fundador das polícias militares brasileiras.

O jogo paródico do autor é intermediado por Critilo, o pseudônimo utilizado por Tomás Antonio Gonzaga , enquanto que por trás da figura do “Fanfarrão Minésio” o governador da capitania é o verdadeiro alvo das críticas. Tomás Antonio Gonzaga , o autor, se utiliza do subterfúgio de se localizar em Santiago e dali manda para Doroteu, no Brasil, as *Cartas Chilenas*, como se falasse realmente sobre Santiago e o Chile. Por trás, estaria mesmo falando de cartas bem brasileiras, dos desmandos do governador da capitania das Minas Gerais. Os que pertenciam ao chamado grupo mineiro fazem parte de um contexto que ficou conhecido como *Inconfidência Mineira*, transformada em páginas heróicas de nossa história por ocasião da proclamação da república em 1889, um século depois das cartas Chilenas circularem por Vila Rica (atual Ouro Preto) ¹⁵. A História tradicional (a Loureira de Machado) analisa a inconfidência como a primeira manifestação do *sentimento nativista* , o sentimento de amor à terra natal. Hoje, evitamos falar ingenuamente em *sentimento nativista*, porque esta expressão tem um cunho romântico e passa a noção de que os brasileiros lutavam por amor à nacionalidade. Sabemos que as lutas se deram devido a interesses específicos e localizados, nunca em nome de uma visão de pátria ou de nacionalidade que ainda não existia.

O clima de tensão foi muito mais em torno de interesses, principalmente quando a revolta tomou conta das camadas mais altas da sociedade mineira, no momento em que o governador da capitania, o Visconde de Barbacena, anunciou que haveria uma derrama, ou seja: haveria uma nova cobrança forçada dos impostos atrasados. Importantes membros da elite econômica e cultural de Minas começaram a se reunir e a planejar um

¹⁵ Sobre isto ver CARVALHO, José Murilo. *A Formação das Almas. O imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. Ver também do mesmo autor: *Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a república que não foi*, Cia. das Letras, 1998.

movimento contra as autoridades portuguesas: gente rica que não queria os impostos cobrados abusivamente pela Metrópole, gente culta que tinha estudado na Europa o pensamento liberal dos filósofos franceses e inspirava-se em alguns ideais da independência dos Estados Unidos (1776) e da Revolução Francesa (1789).

Alguns dos principais inconfidentes foram Cláudio Manuel da Costa, Inácio de Alvarenga Peixoto (minerador e latifundiário), Tomás Antonio Gonzaga (poeta e jurista). Um dos poucos pobres que participaram foi Joaquim José da Silva Xavier - Alferes e dentista. É certo que os inconfidentes do grupo mineiro não pertenciam às classes pobres, mas o relato em versos deixado pelo ácido Critilo espelha alguns aspectos da situação de um período. Na carta 5ª, *Em que se contam as desordens feitas nas festas que se celebraram nos desposórios do nosso sereníssimo infante com a sereníssima infanta de Portugal*, Critilo comenta com Doroteu os desvios e gastos excessivos no auge da extração de ouro e os desvios que se prolongam até as festas em 1785, ano em que casavam o infante João VI e Dona Carlota Joaquina, tempos já do esgotamento das Minas, de muitos impostos, de um reaparelhamento das forças militares, mas ainda de contínua má administração dos gastos públicos, que permaneciam abusivos e corrompidos em sua estrutura.

Enquanto, Doroteu, a nossa Chile,
em toda a parte tinha, à flor da terra,
extensas e abundantes minas de ouro;
enquanto os taberneiros ajuntavam
imenso cabedal, em poucos anos,
sem terem, nas tabernas fedorentas,
outros mais sortimentos que não fossem

os queijos, a cachaça, o negro fumo
e sobre as prateleiras poucos frascos; (..)
então, prezado amigo, em qualquer festa
tirava, liberal, o bom Senado,
dos cofres chapeados grossas barras.¹⁶

A festa a que se refere Critilo foram os gastos excessivos com a comemoração na colônia do casamento do infante Don João com a infanta Dona Carlota Joaquina. Por estes tempos, para a manutenção de tantos desmandos e corrupção, o regime que se estabelecia era sempre obviamente de força, de um lado o trabalho escravo, de outro os regimentos de soldados e as milícias, estas últimas por sua vez uma pré-história das atuais polícias militares. “No século XVIII, as milícias já com o nome próprio libertas da confusa sinonímia das ordenanças, ocupam o lugar de forças brasileiras, braço longo dos governadores, ao lado e sob o comando da tropa regular.”¹⁷ As milícias foram parte básica da integração do colono ao território, eram a elas que negros e índios se submetiam, Foram a força principal do poder de mando dos senhores portugueses, conjuntamente, é claro, com o que as tropas regulares, ou as forças de 1ª linha. Eram elas também que ofereciam caminhos para muitos pobres da colônia, ou apenas o único, embora as chances de fazer carreira fossem abertas desde que você pudesse pagar por elas. Com algumas moedas se compravam promoções. “O governador de Minas Gerais - e, entre todos, o padrão será Cunha Meneses, o ‘Fanfarrão Minésio’ das *Cartas Chilenas* – forma batalhões e mais batalhões, elevando os corpos de treze para quarenta. A capitania

¹⁶ GONZAGA, Tomás Antonio. *Cartas Chilenas*. São Paulo: Cia das Letras, 1995, p. 78 .

¹⁷ FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. Formação do Patronato Político Brasileiro. Vol I . São Paulo: Editora Globo, 2000. P. 216. Neste livro, da página citada até a página 223, Faoro demonstra como se constitui o regime de força no período colonial; enfim, como se estruturam as forças armadas e as milícias. Um dos textos que é muito utilizado por Faoro é exatamente as *Cartas Chilenas* .

via-se militarizada de alto a baixo, com 24.998 homens armados, sob o pretexto de economizar soldos nos regimentos pagos; na verdade, para engrandecer seu prestígio e dourar fidelidades num momento – a hora do esgotamento das minas – em que estariam vivas, sob as decepções, as rebeldias.”¹⁸ O ácido Critilo nas Cartas Chilenas denunciava esta venda de galões. Este dispositivo atingia assim uma dupla função: arrecadava mais para o governo e, ao mesmo tempo, agradava uma burguesia em ascensão, ou seja acalmava futuras rebeldias.¹⁹ “Esta obra, empreendida na véspera da conjuração mineira, revela o tino do político: brancos e pardos conquistavam patentes e honras, insuflado, com a farda, o sentimento de obediência à autoridade. Além disso, as patentes – ao que murmura o ácido Critilo – enchiam os bolsos do governador e da sua pequena, postiça e autoritária corte.”²⁰

Assim existiam alguns caminhos e estes eram a via militar. Tal caminho fizera Joaquim José da Silva Xavier – O *Tiradentes*, mas depois da prisão por conspiração e traição à Metrópole, foi o único condenado ao suplício. Afinal, ao que parece, dos condenados era o mais pobre, ou o único. O suplício seguido de morte de Joaquim José da Silva Xavier no dia 21 de Abril, era a forma de se punir na época, eram tempos de rupturas e crise econômica - o ouro e diamante findavam. O Alferes foi supliciado enquanto a tropa em uniforme de gala a tudo assistiu. Os inconfidentes mineiros, segundo o depoimento de Tiradentes, almejavam a independência, que este país podia ter; que se fizesse uma República, e ficasse livre dos governos que só vêm cá ensopar-se em

¹⁸ Ibid., p. 218.

¹⁹ Machado de Assis em *Papéis Avulsos*, escreve um conto chamado Verba Testamentária, onde o personagem central, Nicolau, quando criança, investe contra um menino e rasga a sua farda de alferes, posto que seu pai comprara do vice-rei, o conde de Rezende que precisava angariar fundos para a construção de um cais.

²⁰ FAORO, Raymundo, op. cit., p. 218.

riquezas. O objetivo dos rebeldes era o estabelecimento de um governo “democrático, livre e independente”, nos moldes da ilustração francesa.²¹

O Alferes era de milícia, como um certo sargento também de milícias que iria figurar como herói às avessas no romance de Manuel Antonio de Almeida, aí já às margens da emancipação política da colônia portuguesa em terras americanas; mas isso é história para mais adiante abordarmos; por ora, creio que é suficiente pensar como as milícias coloniais se formam, suplantam os antigos ordenanças e transformam-se gradativamente em principal aliado das forças chamadas de primeira linha na manutenção do chamado unionismo, que iria se estabelecer do século XVIII e sua crise até outras rupturas, chegando até o fim do século XX como base ainda da manutenção dos mecanismos de coerção e criação dos sujeitos disciplinares. O fim dos setecentos assinalam, desde 1500, trezentos anos de colonização, cuja espinha dorsal foi a organização militar, elemento da ordem e da disciplina, auxiliar na garantia dos tributos e privilégios de classe a garantir a continuidade das mesmas instituições, o genocídio do gentio e a manutenção do escravismo.²² A ordem militar é a mesma que, em dias de suplício de humanos, se veste de uniforme de gala. Como no dia em que o Alferes de Milícias encontrar-se-ia com a guarda real, os chamados dragões em seu uniforme de gala para cumprir os desejos de sua rainha, Maria a louca. Era o ano de 1792, ano em que na França a monarquia chegava ao fim para iniciar a experiência republicana insuflada pelos ventos revolucionários de 1789.

²¹ NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 4ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1986, p. 170. O autor procura, através de ampla documentação sobre as ideologias da América Inglesa e da Revolução Francesa ajudavam a acender os estopins das revoltas e rupturas na crise do Brasil colonial..

²² Cf FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*, op. cit., p. 222.

Se o final do século XVIII assistiu As *Cartas Chilenas* e o suplício público do Alferes *Tiradentes* em Vila Rica, o casamento de João VI e Carlota Joaquina em Portugal; enquanto em Paris a tomada da Bastilha e a Revolução Francesa, implodiam pontos importantes do sistema feudal, trazendo no bojo os arquétipos de nação, nacionalidade e os símbolos necessários para sua legitimação ²³ ; o início do século XIX assistiria Napoleão Bonaparte transformar a massa revolucionária francesa em um exército de cidadãos, um exército revolucionário (tática já utilizada por Roma na antiguidade, embora os romanos incorporassem a idéia de cidade-estado enquanto os franceses a de um estado-nação) que varreria a Europa. Portugal não escaparia da tempestade invasora dos franceses. A família real portuguesa, encabeçada por El Rei João VI e Carlota Joaquina, conjuntamente com uma imensa corte, iria lotar navios, fugindo dos exércitos napoleônicos. Em seu lugar assumiriam os militares da Inglaterra, que mais tarde (como hoje o sabemos, já que o *Brasil* é que pagou a conta) cobraria muitíssimo caro pela defesa do território português. O refúgio da família real foi sua principal colônia além-mar, do outro lado do Oceano Atlântico, que exploravam e da qual extraíam as riquezas necessárias para gerar o seu mundo civilizado. O processo colonizador – como todos o sabem – foi a mola mestra que impulsionou o imperialismo europeu no século XIX, deixando ao século XX os “*Tristes Trópicos*” do francês Lévi-Strauss. ²⁴

Na principal colônia portuguesa de além-mar, após a vinda da família real em fuga aos exércitos napoleônicos, as diferenças entre ricos e pobres permaneceram inalteradas

²³ Sobre isso, ver HOBBSBAWM, Eric. *A Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

²⁴ LÉVI- STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Cia das Letras, 1999. O intelectual francês de sua estadia por longos anos no Brasil e de suas pesquisas antropológicas, produziu um relato consubstanciado em livro - *Tristes Trópicos*, título referente às várias viagens que fez visitando as zonas tropicais, como Brasil e Índia, onde a miséria é o resultado nefasto das políticas imperialistas dos países colonialistas.

Ou, pelo contrário, teriam aumentado. A construção de uma nação que mantivesse a estabilidade das diferenças entre o luxo e o lixo, entre o viver e o sobreviver, seria parte de um contexto onde a noção de nação seria articulada como algo inerente à própria humanidade – um dogma histórico. Iniciava-se o período Joanino na administração da América Portuguesa e inventava-se *um Brasil*. O inquietante é pensar como isso acontece em uma terra de senhores de engenho, donos da vida e morte dos escravos. A constituição da nação não seria obra da vinda da família real à América Portuguesa, mas seu ideário básico estava lançado, assim como sua diretriz principal, a da manutenção do sistema escravocrata e das desigualdades sociais. A adaptação do escravismo ao liberalismo não foi difícil; afinal, havia um exemplo marcante – a servir de espelho – ,os Estados Unidos da América, liberal e escravocrata.

Esta dualidade do liberalismo aplicado ao sistema escravocrata brasileiro foi assim cortado incisivamente por Alfredo Bosi na “*Dialética da Colonização*”:

Até meados do século, o discurso, ou o silêncio de todos, foi cúmplice do tráfico e da escravidão. O seu liberalismo, parcial e seletivo, não era incongruente: operava a filtragem dos significados compatíveis com a liberdade intra-oligárquica e descartava as conotações importunas, isto é, as exigências abstratas do liberalismo europeu que não se coadunassem com as particularidades da nova nação.²⁵

A vinda da família real encetaria um novo momento. Num lampejo de ato talvez inconsciente , a elite latifundiária dos senhores da *Casa Grande e Senzala* ²⁶ teria seu momento, criando e ajudando também a inventar e construir uma nação.

²⁵ BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia das Letras, 1992, p. 217.

²⁶ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 36ª ed. Rio de Janeiro: RECORD. 1999. A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção; de trabalho; de transporte; de vida sexual e de política. Nesta relação entre senhor e escravo, entre casa-grande e senzala, se estabeleceu, segundo Gilberto Freyre, a família brasileira. As passagens entre casas-grandes e senzalas, entre senhores e escravos, entre pobres e ricos, as

Levando-se em consideração que o eixo do modelo agro-exportador deslocava-se para o Sudeste em detrimento do Nordeste, pode-se inferir que esta nação tinha um contorno obnubilado porém quase visível: os dos senhores plantadores de café – que viçava no Rio e São Paulo – substituindo o ciclo do açúcar e do ouro da época colonial.

Para a nação que se inventava com a vinda da família real foi projetada sua guarda pessoal. Afinal, a proteção da elite que detém o poder por parte de um grupo de pessoas que se vestem igual, obedecem ordens e lutam pelos ricos e poderosos, é a alternativa mais antiga de que se terá notícia. Podemos dizer que as polícias da sociedade são inerentes a ela na medida em que se estrutura o poder e torna-se urgente colocar o

situações que levam do paraíso ao inferno foram assinaladas nas páginas de Gilberto Freyre assim como nas páginas de Machado de Assis e tantos outros literatos que retrataram o Brasil da colônia ao império e sua passagem para a modernidade. Em *Casa-Grande e Senzala*, há a revelação de um mundo onde gozo, fezes, suor, urina e sangue escorrem de suas páginas, a demarcar o mundo do escravo e do senhor. É a devassidão do senhor em seu desejo sexual saciado pela escrava, são seus piolhos catados pela mucama após o almoço; são as fezes que, carregadas nos tonéis para serem jogadas ao mar descendo as ruas na cabeça do escravo, os toneis de tão cheios arrebentavam o fundo, emporcalhando o escravo de cima até embaixo; é a sífilis a marcar impiedosamente a sociedade escravocrata sob regime da economia patriarcal; o sangue tantas vezes derramado pelo senhor ou senhora a retirar a vida de seus serviçais; o trabalho de um a fazer prazerosa a vida do outro; o incessante suor do escravo trabalhando do amanhecer ao anoitecer, fazendo rico o senhor dos engenhos de açúcar, e mais tarde o senhor dos cafezais. O Brasil escravocrata foi o açúcar e o café, e o café e o açúcar foram o negro. (p. 261-262). *Casa-Grande e Senzala* é visto em alguns aspectos como obra que criaria o mito da democracia racial, revisto na década de 60 por Emília Viotti da Costa, Octávio Ianni e outros, o chamado grupo dos revisionistas. Embora a desconstrução de mitos como o da *Democracia Racial* seja justificada, é bom também lembrar que *Casa-Grande e Senzala* foi muito mais que uma apologia ao senhor de escravos bonzinho ou a uma suposta irmandade total entre negros, brancos e indígenas. Foi, antes de mais nada, atitude de inovação para sua época, trabalhando com conceitos que só vêm a ser operados como escola na historiografia brasileira como réplica das linhas historiográficas européias de final de milênio, ou *Fin de Siècle*, como é moda se dizer, falar e escrever no meio acadêmico deste último quartel do século XX. Uma contribuição ímpar para a sociologia e a cultura, ou ainda para uma história social ou cultural, dependendo do que se deseja, já que *Casa-Grande e Senzala* é daqueles textos explosivos, sujeito a muitas escolhas. Com certeza, eu optei por outras ofertas, que não as já conhecidas como patriarcalismo bondoso, nacionalismo conservador ou democracia racial. Fui ao encontro do descobrimento da importância das coisas miúdas, dos traços menores, dos fatos humildes, das relações domésticas. Parafraseando Antonio Candido: “Isso, porque rasgava um horizonte novo, obrigando todos a encarar de frente a herança africana, deslocando o eixo interpretativo da raça para a cultura, dosando com extraordinária inventividade o papel simultâneo da paisagem física, da casa, do regime alimentar, das relações domésticas, do sistema econômico, das formas de mando, do sadismo social. (CANDIDO, Antonio. Aquele Gilberto. In: *Recortes*. São Paulo: Cia das Letras, 1993, p. 83)

pára-choque necessário para separar das elites os indesejáveis que se colocam no ápice das ditas sociedades constituídas. Leila Mezan Algranti veria da seguinte forma este momento de afirmação do aparato policial para tão nova nação:

Durante a época de Dom João VI, a polícia do Rio de Janeiro teve oportunidade de se estruturar e de compor seu quadro administrativo e policial. Além das rondas, fundou-se a Guarda Real de Polícia, aumentou-se o número dos regimentos de cavalaria e milícias e reformaram-se as prisões. Por volta de 1815, a intendência já contava com certa organização e estava mais firmemente incorporada ao sistema, o que contribuiu sem dúvida para seu melhor desempenho e competência em tratar com a população negra e controlar suas ações. Esses fatos, aliados ao crescente fluxo de africanos para a corte, nos parecem intimamente ligados às mudanças no comportamento, tanto dos escravos como dos agentes de fiscalização da cidade. Nos anos que se seguiram à chegada da família real ao Rio de Janeiro, a polícia atingiu seu ponto alto em termos profissionais e em organização.²⁷

Leila Mezan centra seu estudo na posição do escravismo na era joanina. Já na obra *Memórias de um Sargento de Milícias*, Manuel Antonio de Almeida²⁸, ao retratar o Brasil Joanino, omitiria do cotidiano do início do século XIX, na cidade do Rio de Janeiro, a oposição entre – o escravo e o senhor. Antonio Candido veria assim esta elisão:

Na sociedade parasitária e indolente que era a dos homens livres do Brasil de então, haveria muito disto, graças à brutalidade do trabalho escravo, que o autor elide junto com outras formas de violência. Mas como ele visa ao tipo e ao paradigma, nós vislumbramos através das situações sociais concretas uma espécie de mundo arquetípico da lenda, onde o realismo é contrabalançado por elementos brandamente

²⁷ ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente. Estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. 1808-1822*. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 187. A autora neste livro, demonstra como a ausência do feitor e a maior mobilidade do escravo urbano não debilitaram a posição do escravismo: o sistema iria gerar suas próprias defesas. Assim a polícia e o seu reaparelhamento foi uma das formas de conter a possibilidade de revoltas, e manter então as mesmas elites no poder.

²⁸ ALMEIDA, Manuel Antonio. *Memórias de um Sargento de Milícias*. São Paulo: Ática, 1997.

³⁰ CANDIDO, Antonio. Dialética da malandragem. *Jornal livro*. São Paulo, nº 8, 1ª quinzena, agosto/1972, p. 47.

fabulosos: nascimento aventuroso, nomes tutelares, dragões, escamoteação da ordem econômica, inviabilidade da cronologia, ilogicidade das relações. Por isso tomemos com reserva a idéia de que as **Memórias** são um panorama documentário do Brasil Joanino; e depois de ter sugerido que são antes a sua anatomia espectral, muito mais totalizadora, não pensemos nada, e deixemo-nos embalar por essa fábula realista composta em tempo de **Allegro Vivace**.²⁹

Na anatomia espectral de Antonio Candido podemos encontrar uma das figuras deste espectro – o Major Miguel Nunes Vidigal, ou simplesmente Vidigal, a figura central a encimar a ordem de um mundo em desordem no romance de Manoel de Almeida. Assim, através do Major Vidigal, resta à elisão do escravo e do senhor e, portanto, de uma visão de classe dominante, a permanência de seu elemento de proteção – a polícia. Aquela que ordena as normas, fiscaliza os homens, permite ao aparelho estatal inventar o sujeito disciplinar. Aí, onde se separam e se unem as discursividades entre história e literatura, o Major Miguel Nunes Vidigal aparece como a figura que representa esta polícia, e que, apesar de secundar o Tenente Coronel José Maria Rabelo no comando da recém-criada Divisão Militar da Guarda Real de Polícia pelo Decreto de 13 maio 1809, é verdadeiramente seu comandante e organizador. O escravo não aparece, e até não é necessário, pois a figura de Vidigal arrasou quilombos do Morro do Desterro (hoje Santa Teresa), prendeu capoeiras, extirpou os antros do candomblé³⁰, encarna a própria defesa dos direitos constituídos pela ordem do rei e das elites comerciais e latifundiárias, impedindo - ou ajudando a impedir - , a revolta dos negros como havia acontecido no Haiti, onde houve o conseqüente extermínio da população branca dominante.

³⁰ FABRI, Ferúccio. *Ergue-se e fala o passado da PMERJ*. Rio de Janeiro: Edição da Irmandade Nossa Senhora das Dores da PMERJ, 1989, p. 5. O Major Miguel Nunes Vidigal é considerado um dos fundadores da Polícia Militar do Rio de Janeiro e, por conseguinte, das polícias brasileiras. Foi ajudante da Divisão Militar da Guarda Real de Polícia, criada por D. João VI, através de decreto, em 13 maio 1809.

A polícia e seu segmento fardado foi uma das armas de defesa criadas por D. João VI na invenção de uma nação excludente e que atravessaria todo o império. Em 1831 o Regente Padre Diogo Antônio Feijó criaria a Guarda Nacional – uma espécie de exército particular de fazendeiros, os proprietários da terra chamada Brasil – e os corpos de Guardas Municipais Voluntários. Desta forma os outros *Brasis possíveis* que marcaram este período com as inúmeras tentativas de fragmentação seriam implodidos pelas forças militares da *nação una e indivisível* e, paradoxalmente, de projetos sempre excludentes. A lei n.º 3216 de 03 de janeiro de 1917 transformaria os Policiais Militares em Forças Auxiliares do Exército e em condições semelhantes a este. Ficava assim completado um ciclo: da Monarquia à República, a consolidação do aparato policial militar. A lei vinha coroar as ações decisivas destes aparatos frente aos conflitos e tensões da 1ª República como a *Guerra do Contestado*, onde os regimentos de polícia de Santa Catarina e do Paraná, conjuntamente com os homens do exército (após a Guerra do Paraguai o exército foi a maior força a “reinar” na 1ª República) executariam um tipo de estratégia militar até hoje impronunciável – a guerra de extermínio.³¹

Mas, voltemos ao tempo do *Rei* e ao Brasil inventado do qual falamos, que até “independência” teve, independência esta que atualmente já pode ser vista por uma historiografia crítica como a de Emília Viotti da Costa:

³¹ Sobre isto ver QUEIROZ, Maurício Vinhas. *Messianismo e Conflito Social*. A guerra sertaneja do Contestado: 1912-1916. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. Ver também MONTEIRO, Duglas Teixeira. Um confronto entre Canudos, Juazeiro e Contestado. In : FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira* (T.3, Vol. 1) São Paulo: DIFEL, 1972. Sobre a atuação da Polícia Militar de Santa Catarina ver JUVENAL, Ildefonso. *Album do Centenário da Força Pública*. Florianópolis: 1935 . Outra obra interessante sobre os Regimentos de Segurança no Contestado é JÚNIOR, Edmundo B. *Polícia Militar: um pouco de História e algumas histórias*. Florianópolis: Polícia Militar, 1985. Em um dos massacres contra a população sertaneja, o Tenente José Joaquim foi substituído do comando. No jornal O ESTADO de 04 de novembro de 1915, o comandante do regimento de segurança Major Januário Corte, disse que foi para descanso, mas provavelmente a substituição foi em consequência do massacre

As elites brasileiras que tomaram o poder em 1822 compunham-se de fazendeiros, comerciantes e membros de sua clientela, ligados à economia de importação e exportação e interessados na manutenção das estruturas tradicionais de produção cuja base era o sistema de trabalho escravo e a grande propriedade. (...) a presença do herdeiro da casa de Bragança no Brasil ofereceu-lhes a oportunidade de alcançar a Independência sem recorrer à mobilização das massas.³²

Com relação a esta Independência e à adoção de um “líder” (D. Pedro I) contra o qual teoricamente estava se lutando, o brasilianista Thomas Skidmore diria ironicamente que “nenhuma outra ex-colônia houvera adotado como seu monarca um membro da família governante do próprio país contra o qual se rebelava.”³³

John Gledson, em recente trabalho sobre o livro de contos *Papéis Avulsos*, publicado em 1882, em relação à identidade nacional nas especulações de Machado de Assis e à independência brasileira, fez a seguinte análise :

É preciso dizer, desde já, que eu acredito que aqui, mais do que nunca, as especulações de Machado se centram na questão da identidade nacional que tão freqüentemente têm preocupado os intelectuais latino-americanos desde a independência. Não é, evidentemente, uma questão simples: mesmo aceitando provisoriamente a interessante teoria de Benedict Anderson sobre o modo como a identidade nacional das repúblicas latino-americanas foi estabelecida, por intermédio da imprensa local e de grupos da elite burocrática em províncias que mais tarde se tornariam países, ainda assim o Brasil é uma exceção interessante, porque não havia imprensa no país antes da chegada de Dom João VI ao Rio em 1808, e a América Portuguesa não era propriamente uma colônia única, mas sim várias separadas, ligadas diretamente à metrópole, que se uniriam para formar um país. Além disso, o Brasil tornou-se independente não como república, mas como monarquia constitucional governada por um ramo da família real portuguesa. A identidade nacional brasileira é, assim, um caso especial. Em alguns aspectos talvez fosse mais frágil do que seus vizinhos hispânicos e, de fato, no fim da regência, em 1839, a nação parecia à beira do colapso, com revoltas perigosas no norte e sul do país; não é por acaso que é esta crise fundamental que Machado escolheu para dramatizar em *Casa Velha*.³⁴

de mulheres e crianças perpetrado no reduto de Pedras Brancas; dois anos depois, o tenente se suicida no Morro do Antão em Florianópolis.

³² COSTA, Emília Viotti. *Da monarquia a república, momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense; 1987, p. 17.

³³ SKIDMORE, Thomas. *Uma história do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 60.

³⁴ GLEDSON, John. A história do Brasil em *Papéis Avulsos* de Machado de Assis. In: CHALHOUB, Sidney, PEREIRA e Leonardo Affonso de M. (Orgs). *A História Contada. Capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 16-17.

A identidade nacional brasileira para John Gledson é um caso especial, e não seria tarefa simples , compreender a identidade nacional através da literatura de Machado de Assis. Porém, é muito interessante verificar o quanto de ímpar tem a emancipação política do Brasil, e o estabelecimento de uma identidade nacional em uma nação que é a única na América que não se torna independente como república, mas como monarquia constitucional governada por um ramo da família real portuguesa. Uma colônia que se rebela contra ela mesma, o que se faz pelas mãos dos próprios dirigentes, com a saída de tornar o príncipe regente seu imperador, criando um império nos trópicos. A saída talvez para evitar as massas, que eram preponderantemente negras. O Haiti tornara-se independente com a revolta dos escravos e o conseqüente massacre da população branca. O temor de uma revolta e os interesses portugueses combinados com os dos senhores da Casa-Grande, antes poderosos dos açúcar, agora do café, a serem sustentados pelo trabalho escravo, inventaram um império nos trópicos onde os senhores e dirigentes já estavam estabelecidos. Tratava-se então de estabelecer uma identidade nacional, que carregasse consigo as exclusões, tornando-a invisível e pouco perigosa. O *Atlas da História do Mundo*, publicado pelo The Times, nas suas 320 páginas, traz estas poucas linhas sobre o Brasil :

(..) No Brasil, a independência ocorreu após a fuga da família real portuguesa para o Rio de Janeiro, que se tornou o centro do reino. Recebendo o título de imperador e renunciando ao trono português, Pedro I declarou a independência do Brasil depois que seu pai voltou para Portugal. Esse fato e o temor de uma revolta de escravos permitiu uma continuidade institucional sem mudanças sociais.³⁵

³⁵ *Atlas da História do Mundo*. São Paulo: Folha de São Paulo, 1995, p. 222. Publicado originalmente pela Times Books em 1993.

As colônias da América Latina que se emancipavam, se formavam em nações cuja economia baseava-se na produção agrícola e na exportação para o mercado mundial, dependente de recursos estrangeiros , explorando a mão de obra barata. No Brasil a identidade nacional se fazia por cima, e dentro desta nacionalidade é que transitavam as especulações de um enigmático escritor , que chegaria até o final do século XX conhecido como o Bruxo do Cosme Velho, a analisar também a nação e as suas exclusões.

UM BRUXO NA NAÇÃO .

Esta nação das elites encontraria na segunda metade do século XIX uma voz sutil, irônica ao extremo da perfeição por trás da névoa. A voz de uma pena voraz que mexeu com as tintas e se transformou na esfinge que disse então ao Brasil das elites ávidas, o sempre citável enigma: *Decifra-me ou devoro-te!* Era o enigma que estava lançado para as gerações do século XX pelo *Bruxo do Cosme Velho* – Machado de Assis. Em 1876 , 54 anos após o retumbante brado – Grito do Ipiranga - pelo qual, à margem do riacho do Ipiranga, Pedro, o Primeiro, teria exclamado o seu **independência ou morte**, Machado publicava a 15 de setembro, ou seja , alguns dias depois do 07 de setembro, data comemorativa da independência, uma crônica onde, com sua costumeira galhofa sardônica, comentava a reclamação contra essa lenda de meio século, publicada na *Gazeta de Notícias* por um ilustre amigo paulista, que dizia que não houvera nem grito nem Ipiranga. Houve resolução do príncipe D. Pedro, mas não foi positivamente um grito,

nem ele se deu nas margens do célebre ribeiro. Concluía de forma corrosiva o Bruxo do Cosme Velho :

Minha opinião é que a lenda é melhor do que a história autêntica. A lenda resumia todo o fato da independência nacional, ao passo que a versão exata o reduz a uma coisa vaga e anônima. Tenha paciência o meu ilustrado amigo. Eu prefiro o grito do Ipiranga; é mais sumário, mais bonito e mais genérico.³⁶

Com certeza o mais bonito e mais genérico iriam compor a lenda, que é sempre muito mais necessária à identidade nacional. É só pensar como as gerações deste final de século, mesmo que excluídas de um processo de cidadania, aprenderam a ver e ouvir os símbolos da pátria, o grito do Ipiranga, a bandeira nacional e outras alegorias, quase sempre como mitos irrefutáveis imanescentes à condição de brasilidade.

No tempo em que Machado de Assis escreveu esta crônica na *Gazeta de Notícias*, uma nova emergência surgia , eram novos tempos que se anunciavam, tempos de ciência, de capital e de naturalismo científico e literário.

³⁶ ASSIS, Machado de . *Crônicas escolhidas*. São Paulo: Publifolha, 1994, p. 141 .

2 – TEMPOS DE NATURALISMO

O século XIX, como todos o sabem, foi rico em inventar coisas, e muitos destes pequenos inventos ficam à sombra de outros acontecimentos erigidos pela ação humana . Poucos lembram de nomes como o de Jonh Moses Browning. O que ele inventava? Armas. Armas automáticas. De 1875 até eclodir a primeira grande guerra, uma Europa se armava. O período ficou conhecido como Belle Époque, mas foi chamado também de Paz armada. Os avanços da tecnologia permitiam este duplo sentido: de um lado, os confortos fornecidos por ela; de outro, o aperfeiçoamento dos engenhos de guerra. Então, o que é que dava impulso às inovações da tecnologia que crescia aos saltos imensos ? Capitais, muitos, para usar o superlativo- muitíssimos . Foi este o efeito conseqüente das ações imperialistas dos países europeus sobre o globo terrestre e a revolução industrial que explodia no continente europeu . Um ciclo permanente, onde a exploração leva ao lucro, e esse ao investimento tecnológico que passa a estabelecer superioridade para o domínio e , então, voltamos à exploração. O resultado final disso tudo, todos já o sabemos – a ascensão do modo de vida tecno-burguês moderno .

A partir de 1850, a sociedade industrial passa a conviver com as rupturas e tensões do sistema capitalista que alastrava-se pela Europa. As crescentes desigualdades sociais entre *Pobres e ricos* . Mas, a miséria social daí decorrente – embora fosse tema de algumas obras do mundo da literatura – era apenas uma fase, algo desnecessário de ser pensado nos novos dogmas que explodiam no mundo científico. O método objetivo e empírico da ciência daria respostas para todas as aflições humanas. O progresso da tecnologia e, o necessário aperfeiçoamento da vida em sociedade- fruto das multidões que

se aglomeravam nas grandes cidades- produziam pensadores enraizados dentro da superioridade do saber científico sobre todas as coisas. Tudo era possível de ser esclarecido desde que fosse dissecado pelos luminares do método cientificista.

Neste ambiente da revolução industrial e do modelo imperialista, nomes como o de Auguste Comte (1789-1857), Ernest Renan (1823- 92) e Hippolyte Taine (1828-93) , ao lado dos de Charles Darwin (1809-82) e Herbert Spencer, dominaram os horizontes intelectuais. Nomes como o de Karl Marx e Friedrich Engels - pensadores europeus das rupturas causadas pelo modo capitalista de produção - no Brasil e na América Latina , ficaram obnubilados pelo modo de produção ainda escravista. Por outro lado, o determinismo de Hippolyte Taine, onde as ações humanas seriam determinadas por três fatores – o momento, o meio e a raça ; o positivismo de Auguste Comte, firmado em uma sociedade que, após a fase teológica e metafísica, chegaria a uma fase positiva, ancorada na ciência e na razão , o que agregado à ordem social, levaria necessariamente ao progresso; o Darwinismo de Charles Darwin e *A Origem das Espécies*, publicado em 1859, dando início à teoria evolucionista ; o evolucionismo social de Herbert Spencer na esteira do positivismo de Comte, foram alguns dos luminares da ciência que acabaram por proporcionar ao modelo capitalista e da constante revolução industrial e tecnológica, solo firme para a sua supremacia global.³⁷

Hippolyte Taine, historiador da literatura, de linha positivista e marcado pela ascensão do modelo capitalista e pelo progresso científico, imaginava que as obras literárias deveriam ser analisadas basicamente através de três eixos : *raça, momento e meio*. Na *Introdução à História da Literatura Inglesa* , publicada em 1863, Taine expõe

³⁷ Sobre isto ver JÚNIOR, João Ribeiro. *O que é positivismo*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

toda a sua filosofia e seu programa. Homens como Taine estavam se afastando do romantismo, assumindo um ideal de objetividade, de observação científica exata, que veio a ser denominado *naturalismo*.³⁸

A crença no progresso, no cientificismo, faria parte também do caminho da literatura. O método de observação e descrição estava presente em muitos autores. Eram novos tempos que vinham se contrapor à estética romântica. Gustave Flaubert e Emile Zola, impregnados que estavam pelas novas idéias, acabariam por transpô-las às suas obras. A observação e a descrição dos quadros dos acontecimentos assumiriam uma importância na obra de um e de outro, menor em Flaubert e maior em Zola. Gustave Flaubert, em obras como *Madame Bovary*, não deixaria de ligar a descrição dos quadros com a narrativa em si e os acontecimentos da vida humana, da experiência dos homens e de sua ação no espaço e no meio social em que vivem. Sobre Flaubert e Zola, George Lukács, em *Narrar e descrever*, diria:

Nas suas opiniões subjetivas e nos seus propósitos como escritores, Flaubert e Zola não são de modo algum defensores do capitalismo. Mas são filhos da época em que viveram e, por isso, a concepção que eles tinham do mundo sofre constantemente o influxo das idéias do tempo. Isso é válido principalmente para Zola, cuja obra se ressentiu decisivamente dos preconceitos da sociologia burguesa.³⁹

A literatura como ação descritiva. As coisas em si substituindo a ação dos homens, que passam a ser determinadas pelo influxo destas. Ora, com o enredo preso ao meio, ao momento e à raça, passam a predominar relações pré-determinadas, em que o destino

³⁸ Sobre isto ver WILSON, Edmund. *Rumo à estação Finlândia*. São Paulo: Cia das Letras, 1986, pp. 49-58.

³⁹ LUKÁCS, George. *Narrar ou descrever* In : *Ensaio sobre literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. Pág. 61 .

das personagens é condicionado por um naturalismo de cunho científico. Aí prevalecem também relações de classe que devem ser inalteradas, pois já estão determinadas pela natureza humana, que é facilmente explicada através de seus condicionantes – meio, momento e raça . A vida humana parece ser definida através de fórmulas e equações mágicas; mas tal não é a realidade das coisas. Embora na atualidade pós-moderna seja comum dizer-se que o real não é tangível, a ação humana é como as folhas ao vento, ao sabor das intempéries da natureza. A vida é sempre uma incógnita, e a ninguém foi dado o prazer de pertencer à classe dos demiurgos contemplativos. Eis porque as exposições esquemáticas do naturalismo nas obras literárias vão proporcionar ao leitor não seres humanos como eles o são, mas apenas sombras, sombras humanas. George Lukács diria que “este é precisamente o caso da literatura da Segunda metade do século XIX . A literatura baseada na observação e descrição elimina sempre, em medida crescente, o intercâmbio entre a praxis e a vida interior.”⁴⁰ Este era então, o apanágio ao progresso científico expresso no Realismo e Naturalismo a fazer frente ao Romantismo .

No Brasil escravista do século XIX , as idéias que vinham de fora eram rapidamente consumidas e transformadas em orientação e prática. Após a guerra do Paraguai (1864-70), a monarquia do imperador D. Pedro II começou a desmoronar. Os embates no campo de batalha tiveram um preço muito alto. A Inglaterra, já tradicional credora do país, tornava-se detentora das dívidas e, conseqüentemente, da economia brasileira . Com isso, tornaram-se fortes os homens do exército vitoriosos na guerra e que começam a esboçar seus primeiros passos no sentido de abocanhar uma parte maior do

⁴⁰ Ibid. Pág. 63.

poder político. Sérgio Buarque de Holanda os chamaria de “a fronda pretoriana”⁴¹. A monarquia brasileira, decadente e senil, capitularia diante dos homens da “fronda pretoriana” e dos setores envolvidos pela maré capitalista que soprava da Europa; ambos marcados a ferro e fogo pelas idéias advindas da crença cega e absoluta no progresso e no cientificismo. A Escola de Recife foi um dos centros no Brasil que disseminava a cultura positivista de ordem e progresso; Alfredo Bosi em *História Concisa da Literatura Brasileira* veria assim este momento:

Os anos de 70 trouxeram a viragem anti-romântica que se definiu em todos os níveis, chamou-se realista e depois naturalista na ficção, parnasiana na poesia, positiva e materialista em filosofia. Com Tobias Barreto e a Escola de Recife, toma forma um ideário que sobreviveria até os princípios do século XX. É toda uma geração que começa a escrever por volta de 1875-80 e a afirmar o novo espírito crítico, aplicando-o às várias faces de nossa realidade: Capistrano de Abreu no trato da História, Sílvio Romero, cobrindo com uma fortíssima paixão intelectual a teoria da cultura, as letras, a etnografia e o folclore; Araripe Júnior e José Veríssimo, voltados de modo intensivo para a crítica; Clóvis Bevilacqua, Lafayette Rodrigues Pereira e Pedro Lessa, juristas de sólida doutrina e gosto pelo fenômeno literário; Miguel Lemos e Teixeira Freitas, apóstolos do Positivismo sentido como “religião da humanidade”; enfim, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, que exprimiram superiormente a vida social brasileira dos fins do século passado e dela participaram não só como escritores, mas também como grandes homens públicos de estirpe liberal.⁴²

Sílvio Romero foi a consciência ativa e vigilante da Escola de Recife. Na *História da Literatura Brasileira* de Romero, Tobias Barreto, um dos fundadores da Escola de Recife,

⁴¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. O Brasil monárquico. Do império à república. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1985.

⁴² BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: CULTRIX, 1993, p. 245.

seria seguidamente elogiado. Sílvia Romero, sem dúvida, foi um homem de seu tempo, fez suas opções políticas e ideológicas. Evidente que sua crítica literária e seu trabalho de historiador da literatura é obra das mais fecundas numa nação que precisava de afirmação. Ele fez a sua parte, embora a sua “nação” não abrisse espaços para todos, uma vez que seu olhar era o de um homem de elite, que vivia em um mundo de senhores e escravos que buscava a modernização com os olhos voltados para a Europa. João Hernesto Weber em *A nação e o paraíso* faria a seguinte análise sobre Sílvia Romero:

A história talvez ilumine um pouco a questão. Pois é necessário lembrar que a obra de Sílvia Romero, paradigma, na verdade, das profundas transformações ocorridas no cenário intelectual do Brasil ao final do século passado, precisa ser vista em conexão com as transformações históricas que levariam à extinção do modo de produção escravista e a implantação do capitalismo no Brasil. Se não é o caso, aqui, de se descrever em minúcia esse processo, é importante observar que a adoção, por Sílvia Romero, de uma visão de mundo racional-burguesa, de pretensões científicas, presente no positivismo, no evolucionismo, nas teses antropológicas deterministas, tem o seu correlato na “modernização” das classes dominantes locais, que se instrumentalizam, via adoção de um ideário refinado com a racionalização da vida econômica sob o capitalismo, para intervirem historicamente na transformação do País. Nesse sentido, a obra de Sílvia pode ser vista como um dos agentes que vão compor esse novo universo. Genericamente, pela introdução, no país, de um ideário burguês condizente com as novas necessidades históricas, isto é, com a introdução do trabalho livre. Particularmente, no sentido do que aqui se investiga, compondo uma nova “nação”.⁴³

O tempo vivido pelo historiador e crítico Sílvia Romero deve ser respeitado. Hoje lendo suas assertivas já filtradas por novos olhares, pode-se compreender a importância de suas obras. Como ele, outros intelectuais de peso também se agruparam, por exemplo Araripe Júnior, Capistrano de Abreu, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, etc. Eles viveram seu tempo e sua classe. Estavam à margem da pobreza e nos limites da periferia entre poder e

⁴³ WEBER, J. Hernesto. Op. Cit., p. 77.

riqueza. Sua visão de mundo era uma e assim a expressavam. O problema é que as teorias positivistas ajudaram a inventar uma nação capitalista e republicana; suas marcas são indelévels ainda hoje e um positivismo reticente ainda tudo abarca, gerando sempre a esperança em um amanhã bondoso, onde tudo termina em “*Ordem e Progresso*”. Enquanto isso, as condições de mudança nunca acontecem, pois permanece sempre uma absurda desigualdade social. O *Jornal do Comércio*, na edição comemorativa aos 100 anos da chamada Independência do Brasil ⁴⁴, dizia que o Brasil é o país do futuro e que um dia assombraria o mundo. Passados outros quase 100 anos e nas portas do terceiro milênio, o Brasil assombra o mundo com a sua imensa fenda intransponível que separa os ricos dos pobres.

NATURALISMO À BRASILEIRA

“ O Naturalismo no Brasil teve no romance sua forma de realização e foi em uma combinação advinda da representação realista e das ideologias científicas que a narrativa se desenvolveu. Plasmado pelos modelos franceses, sobretudo, português, encabeçado por Eça de Queirós, tentava apresentar com um máximo de objetividade a “moderna” visão do homem como ser escravizado pelo meio, hereditariedade e pressões históricas. O romance naturalista deve tanto a seus antecedentes literários – Balzac, Stendhal, Flaubert, Dickens e tantos outros – quanto a Darwin e Taine.”⁴⁵

No Brasil, entre os literatos do final do século XIX que seguiram o naturalismo, temos Aluísio de Azevedo, Júlio Ribeiro e Inglês de Sousa, embora, é bom que se diga, muitos outros possuísssem características naturalistas em suas obras. Mas, aqui cabe

⁴⁴ *Jornal do Comércio*. Edição comemorativa do centenário da independência. Rio de Janeiro, 07 de Set, 1922, p. 1.

⁴⁵ BRAYNER, Sonia. *Labirinto do espaço romanescos – tradição e renovação da literatura brasileira. (1880-1920)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 25.

apenas pensar nas vias mais delineadas pela influência de uma espécie de Zolismo brasileiro. Não é trabalho nosso ficar definindo autores e obras dentro das caixas herméticas das escolas literárias tão cheias de conceitos monolíticos. Assim, pensar Machado de Assis , Lima Barreto e a contemporânea narrativa de Diogo Mainardi, por exemplo, como isso ou aquilo, não será tarefa aqui desenvolvida. As obras e os autores transitam além destas caixas fechadas , mas, por certo também fazem passeios por dentro delas; e alguns gostam tanto que ali se deixam ficar , mas obviamente delas podem sair dependendo isso da imaginação criadora do autor.

O naturalismo brasileiro teve seu apogeu no momento em que, na Europa, as idéias de Zola já estavam caducando. Muitos dos seus discípulos já o abandonavam, percebendo as deficiências de uma escola anacrônica para um capitalismo marcado por inúmeras rachaduras sociais, diferente das primeiras décadas da última metade do século XIX; quando era uma promessa de uma sociedade melhor. Por aqui , Aluísio Azevedo , era o mais zolista dos autores naturalistas. Sua obra-prima, *O Cortiço* , porém, foi publicada em 1890, três anos depois de se iniciar na França o processo de derrocada do naturalismo. Este “atraso” não passaria despercebido pelos grandes críticos literários do período , como por exemplo, José Veríssimo ao analisar a obra “O homem” de Aluísio, publicada em 1887.

O Sr. Aluísio sabe que Taine e Scherer recusam-se a classificar Stendhal, Balzac e Flaubert como naturalistas no sentido em que, se não me engano, toma esta palavra o Sr. Aluísio. Ainda mais e, confesso-o ingenuamente, é este o meu argumento de Aquiles: o que diz o Sr. Aluísio Azevedo, que fala em *idéias bem claras* sobre o naturalismo, à ruptura que se deu ultimamente em França, a propósito da *Terre*, entre Zola e os seus discípulos que Como S. Pedro a Cristo, pública e escandalosamente o renegaram? Qual dos naturalismos devemos seguir para ler O Homem : o dos discípulos ou o do mestre ? ⁴⁶

⁴⁶ VERÍSSIMO, José. *Teoria, crítica e história literária*. São Paulo: EDUSP, 1977, p. 183.

Já um outro renomado crítico do período, Araripe Júnior , faria a análise do naturalismo de Aluísio de Azevedo por outro ângulo. Ao comparar o naturalismo de Zola e da sociedade industrial européia e suas contradições, enquanto que “ no Brasil , o espetáculo seria muito outro, - o de uma sociedade , que nasce, que cresce, que se aparelha, como a criança , para a luta.”⁴⁷, Araripe via um *naturalismo à brasileira* onde Aluísio de Azevedo se constituía no corifeu e inspirado por Zola; mas organicamente diferente deste e impelido pelas condições de sua terra, enveredaria por uma trilha única que o levaria ao triunfo. Por um lado, o crítico estava certo, já que *O Cortiço* tornou-se um referencial na literatura brasileira; por outro lado, Aluísio abandonaria cedo a carreira das letras, dedicando-se à carreira diplomática, que alimentava suas necessidades financeiras de bem viver e o seu “dandismo”. Depois disto, nunca mais publicou uma linha sequer.

Na obra literária “*O Cortiço*”, as teorias modernas, importadas da Europa, estão contidas explicitamente. O autor, oriundo de uma família abastada, é influenciado pelos modelos europeus então em voga, tanto no que se refere à temática, quanto à forma como as aborda. Este romance, ambientando na década de 1870, trata da ascensão social de João Romão, que de empregado de uma taverna vem a tornar-se dono de um cortiço . Sua escalada social é marcada pela ambição e pelo uso das pessoas para enriquecer. Mas, o principal da história é que ela, não é a sua , nem a dos outros: é a do cortiço, que se sobressai como protagonista.⁴⁸ João Hernesto Weber, em *Caminhos do Romance Brasileiro*, faria a seguinte análise do contexto descritivo da obra *O Cortiço* :

⁴⁷ COUTINHO, Afrânio (Org.) *Obra crítica de Araripe Júnior. Vol. II, 1888-1894*. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 1960, p. 71.

⁴⁸ WEBER. João Hernesto. *Caminhos do Romance Brasileiro. De A moreninha aos Guaianãs* . Porto Alegre: Mercado Aberto , 1990, p. 72.

A par da história de João Romão encontramos a descrição do mundo fervilhante do cortiço. São lavadeiras, trabalhadores assalariados, marginais, condenados todos pelo meio social a que pertencem, a uma vida miserável. Entre os habitantes do cortiço, sobressaem algumas personagens típicas a ilustrarem o destino das camadas populares: Pombinha, a menina “pura” condenada à prostituição; Rita Baiana, a morena protótipo de toda uma mitologia branca a respeito da sensualidade e volubilidade da mulata brasileira; Jerônimo e Piedade, portugueses emigrados que se submetem à dinâmica degradante do cortiço.⁴⁹

Levantamos aqui, como problema, até que ponto, na leitura de “O Cortiço”, publicado em 1890, escrito por Aluisio de Azevedo, podemos antever ou não a questão da nação do capital e da república, sua construção ou invenção; a imbricação do texto literário dentro das implicações de uma literatura nacional, preparando ou não o terreno para uma nação alicerçada economicamente em relações assalariadas de produção, politicamente no Federalismo/Descentralização, propugnados pelos partidos republicanos provinciais, e ideologicamente armada com a ciência do tempo, o determinismo cientificista.⁵⁰ Cabe pensar o texto do cortiço influenciado pelo determinismo biológico de Hippolyte Taine; pelo positivismo de Auguste Comte e pelo evolucionismo de Spencer e, neste sentido caminhando de mãos dadas com a razão ilustrada burguesa, de pretensões científicas, afinado com a racionalização da vida econômica sob a ótica capitalista em substituição ao modo de produção escravista.

Enfim, em que medida nos é permitido inferir a relação da literatura do “Cortiço”, de Aluísio de Azevedo, com o discurso de nação, e assim perceber se a textualidade da

⁴⁹ Ibidem

⁵⁰ WEBER, João Hernesto. *A Nação e o Paraíso*. Fpolis: Ed. UFSC, 1997, p. 62.

obra é parte ou não das construções que criaram o imaginário e as representações necessárias à nova ordem capitalista e à nação da república, em um entardecer para uma noite que pretendia trazer um processo, dito “civilizador”⁵¹ a um modelo em “pretensa” extinção – o Brasil rural escravista e agroexportador.

Para um melhor entendimento, se faz necessária uma breve contextualização histórica. Após a guerra do Paraguai, intensificam-se as divergências entre monarquistas e republicanos, sendo que os primeiros já se encontravam em franco declínio. Além da companhia republicana, o império enfrentava o movimento abolicionista e o fortalecimento do exército, desejoso de ampliar sua influência e seu poder político.⁵²

Os republicanos, imbuídos das idéias liberais européias – apenas as que lhes eram convenientes –, passam a preconizar a modernização da sociedade brasileira, insistindo na importância de conceitos de “civilização”, “ordem”, “progresso” e “urbanização”, incluindo também preceitos de higienização e eugeniação, conceitos pautados em teorias sopradas pelo Zéfiro europeu. Percebe-se a crescente preocupação dos dirigentes e intelectuais brasileiros em introjetar na sociedade, aos moldes europeus, os valores burgueses capitalistas, principalmente com o crescimento contínuo das cidades e o aumento populacional, proporcionado sobretudo a partir da proibição do tráfico de escravos em 1850, e o inchaço paulatino das cidades em função do tráfico interno e

⁵¹ Sobre processo civilizador ver ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

⁵² HOLANDA, Sérgio Buarque. A Fronda Pretoriana. In: Holanda, Sérgio Buarque (Org.) *O Brasil Monárquico. História Geral Da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1980, p. 101.

posteriormente com a vinda de imigrantes europeus, a fim de exercer o trabalho assalariado.

A preferência pelo imigrante europeu para exercer a função de trabalhador assalariado, ao invés da utilização do trabalhador nacional, da população de origem africana, deu-se em especial pelo preconceito racial arraigado nos dirigentes brasileiros e o conseqüente desejo de “branqueamento” do país. Este branqueamento se daria através da miscigenação entre imigrantes europeus com a população afrodescendente, originando o então “perfeito” homem brasileiro - branco, civilizado, descendente de europeus; da “raça superior”. As teorias eugenistas, racistas, estavam contidas também em muitos dos republicanos que levantaram a bandeira abolicionista. Erroneamente têm-se apresentado apenas razões humanistas. É relevante acrescentar que muito dos republicanos abolicionistas viam os escravos africanos enquanto consumidores em potencial, ou ainda, preconceituosamente, os tinham como incivilizados, considerando-os a “mancha negra” da nação brasileira.⁵³

A interpretação de vários críticos literários considera *O Cortiço* um romance que denuncia a exploração e as péssimas condições de vida dos moradores das estalagens, dos cortiços. Embora venha a concordar com alguns destes críticos, principalmente ao referenciar Aluísio de Azevedo enquanto um escritor inovador, por abordar temáticas até então negligenciadas, ou ainda ao descrever minuciosamente o mecanismo de formação da riqueza individual⁵⁴.

⁵³ COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia a República: momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense, 1987. Ver também SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

⁵⁴ CÂNDIDO, Antonio. *O Discurso e a Cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1993, p. 130-131.

Entretanto, não pude deixar de perceber aspectos preconceituosos e de certa maneira institucionalizadores de alguns estereótipos, estigmatizando as pessoas que viviam nos cortiços. Neste sentido, percebi “O Cortiço” muito mais enquanto mecanismo de legitimação de discurso higienistas e racistas que vigoravam naquela época, do que enquanto obra de denúncia. Esta percepção torna-se mais consistente se levarmos em consideração que Aluísio de Azevedo – que era republicano – influenciado pelas teorias deterministas da época, acaba por centrar-se no cortiço a fim de demonstrar que o homem é fruto de sua constituição psicofisiológica e do ambiente em que vive, sendo a força do meio, considerada tão decisiva que se pode dizer que o cortiço é a personagem principal. O cortiço acaba sendo concebido enquanto moradia das “classes perigosas”, perigosas duplamente: por serem consideradas propensas à marginalidade e focos transmissoras de doenças.

O imaginário político deste momento tinha, como projeto de nação, uma sociedade livre de todos os vícios e de nocividades consideradas inerentes às classes menos favorecidas, ou seja, uma sociedade civilizada, trabalhadora, branca... O discurso médico higienista acaba por criar *A Junta Central de Higiene*, encarregado de vigiar e higienizar os cortiços e estalagens.⁵⁵ As estalagens e cortiços acabam sendo colocadas no chão para que em seu lugar fosse construída a cidade civilizada dos ricos. E os pobres? Para onde foram? Segundo Sidney Chalhoub, em *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*, com o resto do que foi derrubado teriam subido o morro, juntando-se a outros casebres que por lá já existiam. Em 1897, os soldados egressos da Campanha de Canudos

⁵⁵ CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p. 25.

Ver também, CAVALCANTE, Berenice. Beleza, Limpeza, Ordem e Progresso: a questão da higiene na cidade do Rio de Janeiro, final do século XIX. In: *Revista Rio de Janeiro*, Niterói, vol. 01, nº01, p. 124 set/dez 1985.

(a maioria das polícias militares, na época eram chamadas de Regimentos de Segurança.) foram se estabelecer, com a devida autorização das autoridades militares, no mesmo local. O lugar passou a ser chamado de “morro da favela”⁵⁶, e a partir daí essa se tornaria a denominação padrão para as moradias dos pobres no “*Brasil*”, sejam elas os amontoados de “casas” morro acima, cerrado a dentro, ou mangue à fora.

Embora não podendo afirmar que a real intenção de Aluísio de Azevedo seja de legitimar tal discurso, acredito que de certa forma ele possa ter contribuído para isso, ao escrever:

“...o verdadeiro tipo de estalagem fluminense, a legítima e lendária, aquela em que há um samba e um rolo por noite; aquela que se matam homens sem a polícia descobrir os assassinos; viveiro de larvas sensuais em que irmãos dormem misturados com as irmãs na mesma cama; paraíso de vermes, brejo de lodo quente e fumegante, donde brota a vida brutalmente, como da podridão.”⁵⁷

A influência da então chamada corrente naturalista é percebida na medida em que o autor tem a pretensão de se apropriar da “realidade presente”, ao naturalizar as pessoas através de um processo de antropomorfização, não diferenciando objetos, homens, animais e vegetais. São todos um bando de “machos e fêmeas”, numa “fermentação sangüínea, naquela gula viçosa de plantas rasteira “, mostrando “o prazer animal de existir”⁵⁸. Os elementos marcam-se pela impessoalidade, dissolvidos na comunidade instintiva e animal.

⁵⁶ Sobre isto ver CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p. 17.

⁵⁷ AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço*. São Paulo: Ed. Ática, 1980, p.21.

⁵⁸ AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço*. São Paulo: Ed. ática, 1980, p. 23.

Na decadência da era imperial e na transição para a era republicana, o pano de fundo para este recorte é a cidade do Rio de Janeiro. Fato é que neste período assistimos, no Brasil, aos efeitos da expansão do mundo capitalista sobre as sociedades tradicionais. As antigas elites passam a ser revigoradas por outras e, nesse contexto, a capital do país iria fervilhar de pessoas, investimento financeiro e miséria. Milhares iriam para o Rio de Janeiro – a cidade que aprisionava ou procurava aprisionar a civilização – desde escravos, ex-escravos, novos operários, aventureiros; enfim, todos aqueles arrolados como testemunhas da afirmação como princípio hegemônico de vida do ideário liberal burguês,⁵⁹

Ora, afinal, a textualidade do cortiço estava ou não inserida em sua época, com Aluísio de Azevedo falando de um lugar específico, talvez de seu lugar de intelectual, terminando em um olhar de cima para baixo aprisionando representações coletivas em um novo espaço e momento que precisava de afirmação? Vejamos como Sidney Chalhoub em *“Trabalho, Lar e Botequim”* perceberia esse momento: “É, portanto, sobre o antagonismo trabalho assalariado X capital que se erguerá o regime republicano fundado em 1889, regime este que tinha como seu projeto político mais urgente e importante a transformação do homem livre – fosse ele o imigrante pobre ou o escravo – em trabalhador assalariado”.⁶⁰

⁵⁹ Sobre o Encilhamento e a Belle Époque ver SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão. Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p.44 e 51.

⁶⁰ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e Botequim. O Cotidiano dos Trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.27.

Em outra observação de Chalhoub, no mesmo texto :“Note-se ainda, que este movimento de controle de espíritos e mente lançava suas garras para muito além da disciplinarização do tempo e do espaço estritamente do trabalho- isto é , da produção – pois a definição do homem de bem , do homem trabalhador, passa também pelo seu enquadramento em padrões de conduta familiar e social compatíveis com sua situação de indivíduo integrado à sociedade, à nação.”⁶¹

Não pretendendo resolver a questão, o que fica claro é a evidência da obra “O Cortiço” como fonte histórica, como algo que olha por um lado específico do prisma da História. Desde que orientado também por outras fontes historiográficas na tentativa de procurar as cordas que desatam os nós das redes de significação que marcaram o último quartel do século XIX e a inserção compulsória da nação inventada à moda européia e no costume português chamado Brasil, na modernidade que soprava das terras ao norte do Mediterrâneo, invadindo os trópicos, e a partir disso inventando-se uma nova variante para o modelo já decadente – construía-se a nação do capital, determinando uma série de representações, preconceitos e práticas sociais presentes ainda nos dias de hoje, na contínua invenção e construção da Europa Tropical.

A Monarquia ia embora, enquanto a Modernidade chegava, e com ela a República dava o ar de sua graça, puxada pela mão dos militares em ascensão, principalmente os do exército após a Guerra do Paraguai. Insuflados ambos pelo empenho dos capitalistas também em ascensão e que desejavam antes de mais nada manter seu lugar social privilegiado, independentemente da forma de governo, desde que os lucros e a sua riqueza fossem mantidos.

⁶¹ CHALHOUB, Sidnei. Op. cit., p. 30.

Torna-se perceptível que os governantes do Brasil procuravam de todas as formas identificar-se com as grandes nações capitalistas européias e tendiam, portanto, a considerar desinteressante e sem valor tudo o que não se enquadrava nos moldes e valores importados do velho mundo. Esta apreensão das teorias européias, em especial pelos dizeres franceses, esteve e está presente não apenas nas diretrizes políticas, mas também na arte, literatura, arquitetura, moda, música, etc. É o que Lima Barreto chamaria de Bovarismo, numa alusão a *Madame Bovary*, que parece ser, mas não é.⁶²

Nesta aproximação com a influência do Naturalismo francês de Zola, temos também as coisas da carne, o apelo à sexualidade, e aí o romance naturalista à brasileira faria uma distinção para os seus correlatos franceses e o de Eça de Queirós – a maior expressão do naturalismo em Portugal .

Sob este ponto de vista houve nele um avanço curioso em relação aos modelos europeus, sobretudo Zola. As suas descrições da vida sexual são mais atrevidas (para o tempo) , podendo-se dizer que as levou a um extremo não ultrapassado no Brasil, nem mesmo pelo rumoroso *A Carne*, de Júlio Ribeiro, onde a parolagem dissolve o impacto eventual das cenas e a violência está mais na exaltação do narrador do que na realidade das descrições. *N'O Cortiço* a gama do ato sexual é extensa, desde a comicidade quase de anedota, como a posse de Leocádia no capinzal por um Henriquinho extremamente matreiro, que segura pelas orelhas o coelho branco prometido como preço, até a posse de Piedade , bêbada, pelo vagabundo Pataca, com a filha observando e um vômito final de conspurcação (lembrando a cena de L'Assommoir que serviu de modelo, onde Gervaise cede a Lantier no meio do vômito simbólico de Coupeau, com a pequena Naná olhando pela porta de vidro). (..) ⁶³

Já o romance *A Carne*, de Júlio Ribeiro, referenciado por Candido, foi publicado em 1888. José Veríssimo diria que o livro era o “parto monstruoso de um cérebro

⁶² Sobre isto ver ALMEIDA, Luís Alberto Scotto. *Lima Barreto- O Cânone e o Bêbado*, op. cit. , p.31-32.

⁶³ CANDIDO, Antonio. Op. cit., p. 125-126.

artisticamente enfermo.”⁶⁴ Referia-se Veríssimo, obviamente, às fatalidades fisiológicas da carne – enfim das atividades sexuais. O naturalismo à brasileira, no que se refere às coisas do sexo, iria a fundo nas comparações animais com os atos da libido. Antonio Candido veria isso como uma “degradação do enfoque ‘natural’ de Zola, quem sabe por causa de certo sentimento ateu do pecado, visível não apenas em Aluísio, mas em Eça de Queirós, Abel Botelho, Adolfo Caminha, Júlio Ribeiro, que receberam mais ou menos a sua influência.”⁶⁵ O romance *A Carne* e *O Cortiço* trabalham bastante com a sexualidade e sensualidade dos personagens. O primeiro – *A Carne* – trata da heroína Lenita, que é vencida pelas exigências da “carne”. O crítico José Veríssimo não perdoaria Júlio Ribeiro, definindo seu romance como um “*Júlio Verne amalgamado com Emílio Zola – tomado deste o que há de menos estimável – e copiosa mistura do 7º volume de Bocage é, no meu sentir, a síntese de ‘A Carne’.*”⁶⁶ Este apelo à ‘carne’, não deixaria de exercer influência em outro autor naturalista- *Inglês de Sousa*. Em sua obra máxima - *O Missionário* é narrada a ascensão e queda na selva amazônica de um padre. A queda é evidenciada pela sua fraqueza de caráter, herdado da mãe; não lhe conseguiria impedir que fraquejasse diante das tentações do pecado. Segundo Alfredo Bosi, nesse romance, o Naturalismo “repuxado até o limite, faz o processo à natureza, o que nos dá conta da carência de frescor nas descrições além da queda fatal dos homens, duplamente sujeitos à lei do sangue, e às pressões do ambiente.”⁶⁷ Embora a escrita coerentemente positivista e, possível de ser analisada como *um romance de tese*, o interessante é verificar na obra de Inglês de Sousa o aspecto descritivo da vida social dos vilarejos da região amazônica ou

⁶⁴ VERÍSSIMO, José. Op. Cit., p. 188.

⁶⁵ CANDIDO, Antonio. Op. Cit., p. 127.

⁶⁶ VERÍSSIMO, José. Op. Cit., p. 192.

⁶⁷ BOSI, Alfredo. Op. Cit., p. 193.

sua tentativa de aproximação com a realidade. Aí reside uma das faces do naturalismo à brasileira ; a sua escrita descritiva acaba por legar, às gerações de hoje , relatos que, embora ficcionais, permitem adentrar o terreno das relações cotidianas e os quadros dos bairros, vilas, vilarejos e cidades do Brasil do último quartel do século XIX . Por outro lado, ao buscar nas idéias de fora sua pertinência como escola, acaba por emaranhar-se no determinismo do meio, da raça e do momento. Mas a solicitação da realidade brasileira não deixou de existir, embora num jogo visto de cima, ou seja, pelas elites que visitavam os pobres no terreno das letras, carregando, assim, sua visão de mundo marcada por um Bovarismo centrado no olhar europeu, ficando à margem a criação de um pensamento original.

Em 1881 dois livros foram publicados , que ainda são lembrados neste fim de século XX : *O Mulato* de Aluísio Azevedo e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. O primeiro , a princípio, inauguraria a Escola Naturalista no Brasil (Inglês de Sousa, alguns anos antes, publicara obras já de cunho naturalista), pelo menos dentro da visão corrente no meio literário. *Memórias Póstumas* , por sua vez, subverteria todo o processo de criação literária. Em uma terra de senhores de escravos, um narrador-defunto, uma novidade demolidora a implodir pela sutileza por trás da névoa do rio da vida , a elite escravocrata e seu tempo. Uma obra original. Aliás, originalidade não era atributo fácil em uma terra que olhava sempre para fora (e ainda continua olhando) . Uma pena enfeitiçada, que mexeria com as tintas e lançaria o enigma para as gerações do século XX : era o Bruxo do Cosme Velho – Machado de Assis .

O ENCONTRO COM O BRUXO DAS LETRAS

A inovação literária do Brasil do século XIX estava anunciada pelo movimento do naturalismo, que verdadeiramente acabava por impossibilitar este aparecimento, pois era insuflado por ventos que vinham da Europa, principalmente como já foi dito, originário de um Émile Zola. Um cientificismo se armava como uma nuvem negra no horizonte da modernidade, na era da tecnologia e do capital, e passa a varrer o horizonte de várias partes do planeta. Dentro deste quadro, acabo por me encontrar diante de uma pequena parte da produção do bruxo das letras, descobrindo um pouco da dialética machadiana. Um confronto se tornou inevitável, naquela época. O choque entre o espírito dialético da obra machadiana com a geração cientificista e naturalista que se apressava em copiar o modelo europeu que atendia às necessidades do capitalismo industrial, enquanto no Brasil, preparava-se a virada para os anos oitenta e a *invenção de uma Nação do Capital*.

Segundo Sonia Brayner e Antonio Candido, tal invenção da mudança narrativa foi obra de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* e de seu autor – Machado de Assis.⁶⁸

Lúcia Miguel Pereira assinalaria a publicação do romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas*⁶⁹ como o apogeu da carreira literária de Machado.⁷⁰ A autora do renomado estudo crítico e biográfico de Machado de Assis veria o escritor como um decepcionado pela vida a demarcar em suas obras o pessimismo, próprio de alguém que decidira por

⁶⁸ Sobre isso ver CANDIDO, Antonio em *Esquema de Machado de Assis* e BRAYNER, Sonia em *Labirinto do Espaço Romanesco*.

⁶⁹ Daqui pra frente passo a chamar esse romance de MPBC, já que vou usá-lo mais algumas vezes. Usei a 23ª Edição, publicada em 1997 pela Editora Ática de São Paulo.

⁷⁰ PEREIRA, Lúcia Miguel. *Machado de Assis: Estudo crítico e biográfico*. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1998.

ficar à distância das coisas e maquinarias da vida humana e suas contradições perversas. Embora concorde, em parte, com isso, penso que Machado de Assis não foi um desencantado com a vida e com o mundo, mas sim um desencantado com a *condição humana*, como também o fora Lima Barreto. E, por outro lado, encantados que eram pela vida, atuavam nela com o que tinham de mais operacional – *as letras*.

Machado de Assis percorreu todo o caminho das letras. Foi tipógrafo e redator, foi vendedor de livros e depois escritor, foi jornalista e romancista, poeta e cronista, aprendiz das letras e o maior nome da história da literatura brasileira. Fez, enfim, toda a trajetória para chegar onde chegou. É bom que aqui se diga que, embora renomado e célebre, ainda assim precisou sempre dos favores do serviço público, ou seja, necessitava de um salário regular que o protegesse - e a sua esposa - de uma vida com dificuldades, de uma possível pobreza, já que a pobreza brasileira é, antes de qualquer outra coisa, decadente, indigna e degenerante. O erário público e a vida jornalística, somado ao que ganhava como escritor, é o que permitia a Machado manter seu *status quo* e sua vida conjugal com Carolina. Sua posição confortável no funcionalismo público, principalmente depois de sua consagração como escritor, proporcionavam a Machado a tranquilidade para escrever.

É bom também que se registre que a Machado de Assis não faltaram oportunidades para escalar as rochas do poder político; mas Machado não o quis, após chegar a um ponto onde teve condições para fazer tranquilamente aquilo que mais amava – escrever. Cessou com a subida, optou em ficar a distância, em uma posição tranqüila ao lado da esposa e longe das dificuldades da pobreza e da luta pela sobrevivência. A crítica tem dito, que Machado optou pela distância e por uma visão pessimista da condição humana afastando-se também de uma ação política e social. Penso que a dialética machadiana optou

paradoxalmente por uma opção também dialética. De um lado, a tranqüilidade para escrever; de outro, as letras como instrumento de ação. Embora as palavras de seu amigo , crítico e historiador- Capistrano de Abreu ao escrever “ *talvez haja quem diga quer o ilustrado escritor serviu-se da linguagem para disfarçar a idéia, e que seus conceitos são tão vagos e sutis, que não se pode perceber bem o que significam.*”⁷¹, possam levar alguém a pensar que a ação das letras de Machado na Sociedade foram inúteis. Isto não é uma certeza , e nem tampouco uma idéia. Principalmente se for levado em conta o texto de Machado que levou Capistrano a escrever-lhe estas palavras, *A Nova Geração*, publicado na *Revista Brasileira* ⁷², uma crítica contundente aos novos escritores que se agrupam rapidamente às idéias importadas da Europa e relacionam a literatura com suas opções políticas. Era o início da “república das letras” que se formava. Machado era uma “voz sutil” – foi a opção que fez- a demolir a elite da *nação brasileira* mesquinha e avarenta, firmada no ganho e no lucro. Sua ação nas letras por certo não foi a dinamite que posteriormente Lima Barreto carregava nas mãos para numa ação suicida implodir a hipocrisia de seu tempo; mas à distância , ou na *terceira margem* , como sugere João Hernesto Weber em “ *Caminhos do Romance Brasileiro*”; realizando outro tipo de militância, a sutil, a corrosiva , destruindo de dentro para fora a elite dominante da sociedade escravocrata do II Império ; a invenção da nação do capital e a forma capitalista aplicada no Brasil pós-monárquico. Por certo é preciso ter em mente não apenas um Machado romancista, mas um Machado cronista, jornalista, articulista, crítico literário, poeta. Enfim , um Machado escritor.

⁷¹ ABREU, Capistrano. Carta a Machado de Assis”, 23/07/1880, *Correspondência de Capistrano de Abreu*, v. 1 , Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977,p. 41 .

⁷² ASSIS, Machado. “A Nova Geração” , *Revista Brasileira*, v. 2 , 01/12/1879 .

A MODERNIDADE E O MUNDO QUE SE DESFAZIA.

No conhecido ensaio de crítica literária “*Instinto de Nacionalidade*”, de 1873 , Machado de Assis iria reler a nacionalidade brasileira. “Nesse sentido, o *Instinto de nacionalidade* encerrava um ciclo histórico, encerrava o período de vigência de uma determinada imagem de nação, e abria-a para o futuro, sem necessariamente consagrar a nova imagem que passaria a dominante e que por essa época se estava formando. Isso, debitava-se à situação histórico-social específica de Machado de Assis, entre a adesão e a destruição, de que se salvava ou pela ficção ou pela sustentação de um discurso público entre o oficial e o descentrado.”⁷³

Não há dúvida que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região, mas não estabelece como doutrinas tão absolutas que a empobrecam. O que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o tornem homem do seu tempo e do seu país, ainda quanto trate de assuntos remotos no tempo e no espaço.⁷⁴

Sobre o *Instinto de Nacionalidade*, John Gledson diria que “é demasiado fácil classificar Machado como patriota: era-o, certamente, mas era cético demais, e empenhado demais em definir seus termos, para que o patriotismo fosse um assunto simples.”⁷⁵ Com relação ao sentimento íntimo comentava que “a cor local superficial será

⁷³ WEBER, João Hernesto. *A Nação e o Paraíso*, op. cit., p. 172-173.

⁷⁴ ASSIS, Machado de. *Literatura Brasileira – instinto de nacionalidade*. In: ---- *Crítica literária*. Rio de Janeiro: Jackson, 1955, p. 135.

⁷⁵ GLEDSON, John . Op. Cit., p. 17 .

substituída por qualquer coisa que neste momento ainda é indefinida, que é simplesmente *intima*” .⁷⁶

Sobre o chamado *povo brasileiro*, Machado de Assis fez suas observações. Em uma crônica de 15 de agosto de 1876, “*Analfabetismo*”, Machado expõe o diálogo de alguém que indaga à nação e ao povo para que decida entre ele e outro candidato: o Sr. Fidélis Teles de Meireles Queles. A resposta é dada pela figura imaginária do algarismo.

- A nação não sabe ler. Há só 30% dos indivíduos residentes neste país que podem ler; desses uns 9% não lêem letra de mão. 70% jazem em profunda ignorância. Não saber ler é ignorar o Sr. Meireles Queles : é não saber o que ele vale, o que ele pensa, o que ele quer; nem se realmente pode querer ou pensar. 70% dos cidadãos votam do mesmo jeito que respiram: sem saber por que nem o que. Votam como vão à festa da Penha, - por divertimento. A constituição é para eles uma coisa inteiramente desconhecida. *Estão prontos para tudo: uma revolução ou um golpe de Estado.* ⁷⁷ (o grifo é meu)

O diálogo termina com o algarismo não permitindo ao interlocutor nenhuma intervenção, já que do seu lado estão a estatística e o recenseamento, incontestáveis em sua rigidez e verdade. E, sendo assim, o algarismo conclui que as instituições existem apenas para os 30% que votam e sabem ler, e portanto não se deve consultar a nação, os poderes da nação; mas consultar os 30%, os poderes dos 30% .

O povo brasileiro ou o que se pode dizer dele, para Machado, estava dentro de algo que se possa configurar como participante efetivo da sociedade e nos rumos do que vem a ser uma nação, e nesse ínterim o analfabetismo é um elemento obliterante, impedindo que

⁷⁶ Ibidem

⁷⁷ ASSIS, Machado. Analfabetismo. In: _____ *Crônicas escolhidas*. São Paulo: Ática; Folha de São Paulo, 1994, p. 18-19.

isto seja colimado. Gilberto Freyre, em *Casa Grande e Senzala*, de 1933, sobre o povo brasileiro e sua tendência revolucionária escreveu :(..) A nossa tradição revolucionária, liberal, demagógica, é antes aparente e limitada a focos de *fácil profilaxia política*: no íntimo, o que o grosso do que se pode chamar ‘povo brasileiro’ ainda goza é a pressão sobre ele de um *governo másculo e corajosamente autocrático* (..) ⁷⁸ (os grifos são meus) Resguardadas as proporções, já que Machado escreve na crise do sistema escravista e do período monárquico; enquanto Gilberto Freyre escreve em uma república já instalada sob os auspícios de uma teórica revolução comandada por Getúlio Vargas a partir de 1930, e o que se segue é um governo altamente autoritário e covarde, já que esta é a tendência dos governos brasileiros, se utilizam de uma das forças policiais mais repressivas do mundo combinada com um exército forte e intimidador , muito diferente de um governo másculo e corajosamente autocrático. Contrariando Gilberto Freyre, penso que as rupturas existem, a reação por parte dos governos é que normalmente não é máscula nem corajosa , mas despótica e covarde. Será que alguém desconhece o que aconteceu com as populações e pessoas envolvidas em atos pretensiosamente revolucionários? Morte , prisão, tortura, genocídio, e, é bom pararmos por aqui, para não irmos muito longe. É evidente que a *fácil profilaxia política* de Freyre é algo a ser pensado. O que importa saber é a referência ao povo brasileiro como algo ainda a ser efetivado, algo ainda duvidoso, sempre pronto para tudo, *desde uma revolução a um golpe de Estado*. É a galhofa machadiana, demolidora e sutil, percebendo bem o que é a nação brasileira e seu povo. O apelo à nação até os dias atuais, ainda é privilégio de seus inventores: a elite latifundiária e os ricos de ontem; a elite latifundiária e os novos ricos de hoje.

⁷⁸ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: RECORD, 1999, p. 51 .

Uma década antes da Proclamação da República pelo Marechal Deodoro da Fonseca, Machado de Assis faria um alerta para as novas gerações de escritores e pensadores, que avidamente se entregavam às novas idéias, à autoridade do Cientificismo e a crença na evolução tecnológica e no modelo capitalista, firmados em processos excludentes e nos conceitos de higienização, progresso e civilização. Entre alguns destes intelectuais, nomes de peso, tais como Sílvio Romero, Capistrano de Abreu, Artur Azevedo, quase todos adeptos do Cientificismo, Naturalismo e Positivismo. A eles e outros que juntavam as idéias advindas da Europa ao modelo republicano, diria:

(...) Digo aos moços que a verdadeira ciência não é a que se incrusta para ornato, mas a que se assimila para nutrição; e que o modo eficaz de mostrar que se possui um processo científico, não é proclamá-lo a todos os instantes, mas aplicá-lo oportunamente. Nisto o melhor exemplo são os luminares da ciência: releiam os moços o seu Spencer e seu Darwin. Fugam também a outro perigo: o espírito da seita, mais próprio das gerações feitas e das instituições petrificadas (...) ⁷⁹

A República acabou sendo uma realidade, como todos o sabem, e apesar das ressalvas do bruxo, intelectuais como Sílvio Romero, não apreenderiam bem as idéias locais (como as de Machado) tão preocupados estavam com as que vinham de fora.

Mas afinal a República aconteceu (e ainda acontece) e dois anos depois que foi proclamada pelos militares em ascensão, a *Fronza Pretoriana* de Sérgio Buarque de Holanda, aplaudida por intelectuais como Aluísio de Azevedo, Sílvio Romero, Olavo Bilac, inventava-se uma capital para o novo projeto de nação das elites, agora mergulhadas na Revolução Industrial e no capitalismo que se propagava como onda irremovível das praias de todos os oceanos. A primeira Constituição da República, de

⁷⁹ ASSIS, Machado de. A nova geração. In: _____. Op. cit., p. 243.

1891, já previa que uma nova capital republicana deveria ser criada no planalto de Goiás. Machado de Assis veria assim este momento.

Sim, não houve movimento (...) a própria cidade do Rio de Janeiro não reclamou nada; quando se discutiu a constituição, não levou aos pés do legislador o seu passado, nem o seu presente, nem o seu provável futuro, *não examinou se as capitais são ou não obras da história*, não disse coisa nenhuma; comprou debêntures, que eram os bichos de então.”⁸⁰ (O grifo é meu).

As capitais são ou não obras da história? Machado indagou respondendo. Afinal inventava-se uma capital. Nada mais justo para uma nação inventada. Separava-se a história da política, como diria Nicolau Sevcenko no ensaio *A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio*. Inventava-se um palco isolado, onde as classes dirigentes estariam longe das pressões dos muitos pobres contra os poucos ricos do Brasil do qual falamos.⁸¹

Claude Lévi-Strauss, em *Tristes Trópicos*, ao ver dentro de Goiás o quadrado simbólico do que viria a ser “Brasília” a capital do “Brasil” compreendera que “o governo decidira esquecer Goiás, seus campos, suas ladeiras e sua graça antiquada. Tudo aquilo era pequeno demais, velho demais. Precisava-se de uma tábua rasa para fundar o gigantesco empreendimento com que se sonhava.” A indagação que Lévi-Strauss levantaria era se devíamos *deplorar o absurdo ou nos alegrarmos com ele*.⁸²

⁸⁰ ASSIS, Machado de. *A Semana*. 7/4/1896. Rio de Janeiro. Jackson. 1955.

⁸¹ Sobre isto ver SEVCENKO, Nicolau. *A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio*. In: _____ (org.). *História da vida privada no Brasil*. N.º 3. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 617-619.

⁸² Lévi-Strauss, Claude. Op. Cit., p. 117.

Voltamos ao tempo em que o Rio de Janeiro ainda era monárquico e escravista, e ao texto de crítica literária *A Nova Geração*, de dezembro de 1879. Nele Machado de Assis faz da linguagem uma arma camuflada que permite falar das coisas que não podem ser ditas, ao mesmo tempo que são ditas. Assim, entre o antigo e o moderno, entre o romantismo e o naturalismo, o bruxo das letras escreve seus enigmas, isentando-se de estar à margem direita ou esquerda do rio, longe do determinismo, posições seguras e trincheiras ideológicas. Procura ver as coisas, como se quer, de uma *terceira margem*, à distância, aumentando o ângulo de visão para ver melhor os objetos e as almas, enfim os componentes do que é a condição humana. Enigmas para *A Nova Geração* não tão indecifráveis. Como o embate entre o antigo e o novo e o alerta às radicalizações futuras que acabassem por empenhar a literatura e a ciência a serviço de blocos monolíticos e fechados de pensamento, excludentes por sua vez.

(..) ; e assim como a teoria da seleção natural dá a vitória aos mais aptos, assim outra lei, a que se poderá chamar seleção social, entregará a palma aos mais puros. É o inverso da tradição bíblica; é o paraíso no fim. (..) ⁸³

Caminhando em um sentido semelhante, João Hernesto Weber, em *A Nação e o Paraíso*, utilizar-se-ia do texto de Machado para encimar seu ensaio : “É a visão do ‘paraíso no fim’ da epígrafe retirada a Machado que encima este texto: cada grupo social dominante construía, a seu tempo, o seu paraíso, em que pudesse exercitar a sua nacionalidade, normalmente excludente.” ⁸⁴ Assim, entre as histórias que se construía, cada qual via o seu paraíso no fim, estabelecendo linhas de continuidade que apontem ou

⁸³ Ibidem, p. 183.

⁸⁴ WEBER, João Hernesto. *A Nação e o Paraíso*. Op. Cit. Pág. 184..

afirmem a autonomia e a conseqüente nacionalidade da literatura “brasileira”. Machado de Assis previu, como ninguém, o que resultaria das teorias eugenistas e civilizatórias; das teorias científicas que prometiam uma sociedade organizada, pura, limpa, branca. Por aqui, resultou no processo de branqueamento, na *nação branca* como queriam alguns, inclusive Sílvio Romero; na exclusão dos afrodescendentes das possibilidades de ascensão social; da inviabilidade das classes pobres para qualquer coisa, a não ser viver de forma indigna, mantendo a sociedade digna das elites dominantes – ou seja o Brasil. Assim Machado sabia o que era ser excluído como pobre e afrodescendente e alertava aos moços da literatura a quem a saber, a *nova musa* terá de cantar o Estado Republicano.⁸⁵

Machado não quer ser antigo e fazer voltar a roda do tempo; por outro lado, não vê a modernidade como uma panacéia para todos os males. Se não é monarquista, também não quer ser obrigatoriamente republicano. Talvez soubesse que a modernidade que apontava com as teorias científicas de “*Ordem e Progresso*”, a dar conta de tudo e de “ todos”, não acabaria com as diferenças e desigualdades. Machado já tinha percebido desde cedo qual era o projeto de nação para o país chamado Brasil . Quer seja antigo ou moderno (ou ainda pós-moderno) , a fórmula da equação brasileira será sempre a mesma: uma nação excludente, formada por pouquíssimos ricos e muitíssimos pobres (desculpem o superlativo) onde a exclusão é evidente – o pobre é o excluído . O que, aliás, resulta nos dias atuais em perigos emergentes; a grande massa excluída politicamente desorganizada, com níveis de educação reduzidíssimos, para sobreviver apela para atividades marginais e indignas. A sociabilidade passa cada vez mais por grupos perigosos, quer sejam as gangues de bairro quer sejam as quadrilhas para a prática de

⁸⁵ Cf . Ibidem, p. 184.

crimes. Em tempos de naturalismo e do bruxo das letras , penso que as coisas não eram diferentes no que se refere às exclusões; um “pouco” agravadas talvez por uma questão de *classe e de cor*. E , nestes tempos, o bruxo diria à nova geração de literatos:

Finalmente, a geração atual tem nas mãos o futuro, contanto que lhe não afrouxe o entusiasmo. Pode adquirir o que lhe falta, e perder o que a deslustra; pode afirmar-se e seguir atuante. Se não tem por ora uma expressão clara e definida, há de alcançá-la com o tempo; hão de alcançá-la os idôneos. Um escritor de ultramar, Sainte-Beuve, disse um dia, que o talento pode embrenhar-se num *mau sistema*, mas se for verdadeiro e original, depressa se emancipará e achará a *verdadeira poética* . (os grifos são meus) ⁸⁶

O *mau sistema* apontado por Machado em *A Nova Geração* é uma dúvida colocada com relação às escolas como o naturalismo e o realismo. Ambas vinham atrelados a outros “sistemas” – Positivismo, Evolucionismo e outros tantos “ismos” . Mas nem tudo estaria perdido; seguindo a orientação machadiana, o escritor verdadeiro e original achará *a verdadeira poética* da escrita desenhada pela imaginação criadora, livre dos sistemas únicos e fechados. De uma poética como ela é, retratando as faces da condição humana e sua peculiar ambigüidade fissurada, compondo um ou outro, estabelecendo tensões que acabam sempre fissurando as possibilidades de sua codificação. Ciente disto, o autor de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* transitava entre a modernidade que mostrava a cara e o antigo que reluta e insiste em ir ou ficar. Nas crônicas de Machado de Assis e em seus romances, a transição dos tempos. O bruxo assistiu à carruagem da história como testemunha ocular. Viu a monarquia ir embora; viu também a luz das velas dando lugar à luz elétrica; viu o livro e o cinema; viu a espada e as armas automáticas; enfim, Machado viu o tempo passar e o assinalou em suas obras. Sabe-se mais do século XIX através da

⁸⁶ Ibidem, p. 243-244.

literatura de Machado de Assis do que pelas obras de historiadores e críticos como Capistrano de Abreu, Von Martius, Varnhagen e Sílvio Romero.⁸⁷

⁸⁷ Antes do surgimento das ciências humanas, muito do que se sabia da história era através das obras literárias. A partir do final do século XVIII, aparecem os Institutos históricos e a preocupação com um saber histórico. Sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) um texto muito interessante é Nacão e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional, publicado na Revista *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.º 1, 1988, p. 5-27. Neste texto, o autor, Manoel Luís Salgado Guimarães, procura analisar com clareza como a historiografia do IHGB definirá a nação brasileira, dando-lhe uma identidade própria capaz de atuar tanto externa como internamente. Esse texto traz uma interessante e importante abordagem sobre a construção da Identidade Nacional. Inicialmente o autor disserta sobre como o pensar a história é uma das marcas características do século XIX. No palco europeu, onde desde o início do século este desenvolvimento é observável, percebe-se claramente que o pensar a história articula-se num quadro mais amplo no qual a discussão da questão nacional ocupa uma posição de destaque. Assim, a tarefa de disciplinarização da história guarda íntimas relações com os temas que permeiam o debate em torno do nacional. No Brasil o lugar privilegiado da produção historiográfica permanecerá até um período bastante avançado do século XIX vincada por uma profunda marca elitista, herdeira muito próxima de uma tradição iluminista.

Assim, é no bojo do processo de consolidação do Estado Nacional que se viabiliza um projeto de pensar a história brasileira de forma sistematizada. A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), vem apontar em direção à materialização deste empreendimento, que mantém profundas relações com a proposta ideológica em curso. Uma vez implantado, o Estado Nacional impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a “Nação brasileira”, capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das “Nações”. O autor nos traz ainda os primeiros historiadores a despontar dentro da historiografia do IHGB e, consequentemente, dentro da historiografia brasileira, entre eles Von Martius e Francisco Varnhagen. A história deixa de ser uma discussão apenas de literatos, para ser discutida cientificamente dentro dos moldes de uma nacionalidade estabelecida pelo IHGB. Desta forma, Von Martius, em *Como de deve escrever a História do Brasil*, texto publicado pela revista do instituto em 1844, define as linhas mestras de um projeto historiográfico capaz de garantir uma identidade específica à Nação em construção. Esta identidade estaria assegurada, no seu entender, se o historiador fosse capaz de mostrar a missão específica reservada ao Brasil enquanto Nação: realizar a idéia da mescla das três raças, lançando os alicerces para a construção do nosso mito da democracia racial. Francisco Adolfo Varnhagen, publica *História Nacional*, que traça seu discurso dentro do programa estabelecido por Von Martius acerca da temática indígena. Do seu ponto de vista, o indígena merecia um estudo cuidadoso da história, até mesmo pela possibilidade de tais investigações contribuírem para a produção de mitos da nacionalidade. O branco, a seu ver, deveria ser alvo de igual interesse por seu sentido claramente civilizador. Segundo Varnhagen, a Nação, como unidade homogênea e como resultado de uma interpretação orgânica entre diversas províncias, é o quadro a ser desempenhado pelo historiador.

A problemática indígena ganhava sentido no momento em que a tarefa de integração da nação em construção colocava-se como prioritária, envolvendo o processo de integração física do território e a discussão relativa às origens da nação. Significava pensar o lugar das populações indígenas no projeto em construção, inventando uma história memorial a ser fixada e transmitida. Por outro lado, é o caso também de fixar uma identidade física para a nação, nos moldes da geografia nacional do IHGB, estabelecendo as possibilidades de exploração de território e populações, definindo a nação una e indivisível como queria a coroa e a elite latifundiária brasileira. Com relação à história regional, tratava-se de criar histórias das regiões que estivessem ligadas ao conjunto nacional, ao Estado monárquico e às elites latifundiárias, cujo centro produtor de idéias estava no Rio de Janeiro, a capital desta nação que se inventava e construía.

Dentro da perspectiva de Manoel Luís Salgado Guimarães, o projeto intelectual do IHGB era claramente centralista e bem articulado a um conjunto de interesses e questões de natureza política, econômica e social, que explicam o porquê de certas tematizações de uma historiografia nacional em elaboração, produzindo um saber sobre o “Brasil” capaz de viabilizar uma determinada ordem.

O texto *Nação e Civilização nos Trópicos*, ao demonstrar como se dá a gestação da historiografia nacional nos moldes do projeto excludente e centralista do IHGB, permite rever antigos pontos de vista sobre nações e nacionalidades. Ser brasileiro e orgulhosamente ligado ao Brasil não é incompatível com o estudo rigoroso da história do Brasil, o que não é possível é ser um nacionalista pragmático e radical e procurar fazer esta história, a não ser que ao fazer sua pesquisa abandone tais convicções. Penso que alguns historiadores nacionalistas são incapazes de fazê-lo. O ensaio de Manoel Luís Salgado Guimarães é destes textos que nos ensinam que, ao

Nicolau Sevcenko e Raimundo Faoro – historiadores de hoje – apontaram em seus estudos a percepção machadiana da modernidade através dos meios de transporte e do uso que as pessoas fazem dele. Sevcenko observando a crônica de Machado “*Verdade aqui , erro lá , A Semana 21/11/1894*” , faz a análise do relato do cocheiro do bonde, que fuma no subúrbio e cessa a ação quando chega na área central da cidade. Fica clara a dúvida de Machado quanto à modernidade que se aplicava em uma sociedade que um dia dorme escravocrata e no outro pretende ser capitalista; ao cocheiro que firmado em um tipo de sociedade , tinha agora que adaptar-se ao novo que surgia. Assim a área periférica era seu lugar onde prevalecem seus direitos; já na área central da cidade prevalecem o direito público e o processo civilizatório do mundo moderno.⁸⁸ Faoro, por sua vez, fez a análise da evolução do transporte na era imperial de acordo com os passos de Machado, percebendo bem como ele viu a passagem do tempo moderno e suas implicações; de como a sociedade do II Reinado não foi tão vagarosa e desapaixonada pela velocidade; ao contrário, sentia, e a desejava.⁸⁹ O século XIX brasileiro não foi tão lento como muitos pensam, e Raymundo Faoro, como já demostramos aqui, alertou para essa velocidade que era colocada nos escritos de Machado. Dentro desta velocidade, as crônicas de Machado em muitas das vezes, com toda a sua ironia, recaem sobre a figura do burro (como o fizera também *Erasmus de Rotterdam*) , o animal encarregado de puxar as diligências, que foram substituídas pelos bondes. Quando da inauguração dos *bonds* de Santa Teresa, Machado vê com toda a galhofa e sabedoria que lhe eram peculiares, o quanto um burro pode

exercitarmos nosso trabalho intelectual de historiador com relações às questões nacionais, não precisaremos mais deixar de lado nossas convicções não históricas, já que apreendemos a descartá-las .

⁸⁸ Cf SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: Técnica, ritmos e ritos do Rio. In : _____ (Org.) *História da Vida Privada no Brasil* n° 3 . São Paulo: Cia das Letras, 1998, pp. 526-529.

⁸⁹ Cf. FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: A pirâmide e o Trapézio*. Rio de Janeiro: Globo, 1988, pp. 51-62.

encerrar de filosofia, contrariando certos ditados populares como “de pensar morreu um burro”, e fazia análises como essa :

E esse interessante quadrúpede olhava para o *bond* com um olhar cheio de saudade e humilhação. Talvez rememorava a queda lenta do burro, expelido de toda a parte pelo vapor, como o vapor o há de ser pelo balão, e o balão pela eletricidade, a eletricidade por uma força nova, que levará de vez este grande trem do mundo até a estação terminal.⁹⁰

Do século XIX e da “História do Brasil” Machado foi uma vítima testemunhal, como todo ser humano é de seu tempo; da espada e a carruagem ao automóvel e as armas automáticas, um mundo que se fragmenta e dele o que ainda resta, por enquanto inalterado, é a figura humana. Charles Baudelaire viu a modernidade como a beleza passageira e fugaz da vida presente⁹¹; Karl Marx defendeu a idéia de que a sociedade burguesa moderna, com suas relações de produção e de propriedade, é como um “bruxo” que já não controla os poderes do outro mundo por ele conjurado com seus feitiços. Em *O Capital*, Marx assinala, de forma inequívoca, como o sistema capitalista desenvolveu a ciência e a tecnologia, objeto-fruto da Revolução Industrial e da mudança contínua dos meios de produção. Já em *O Manifesto Comunista*, Marx e Engels viam a moderna sociedade burguesa como um bruxo que conjurou feitiços que não pôde mais controlar.

⁹⁰ ASSIS, Machado de. *Crônicas Escolhidas*. São Paulo : Publifolha, 1994, p. 58 .

⁹¹ Cf BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire. Um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Um movimento similar está acontecendo frente aos nossos olhos. A sociedade burguesa moderna, com suas relações de produção, de troca e de propriedade, é como um bruxo que não é mais capaz de controlar os poderes do outro mundo que ele conjurou com seus feitiços^{* 92}

Por aqui , Machado alertava para a história de invenção de uma nação que se apropriava das idéias de fora para seguir seu descompasso entre liberalismo e escravismo; para futuros núcleos pobres em cidades que apressavam a história; para um país que andava de pés descalços e queria usar fraque; que queria se inserir na modernidade mesmo antes de compreender seu significado. É, em outras palavras, desculpem-me – a ilustração do dito popular: botaram a carroça na frente dos bois. O Bruxo das Letras assistia a uma modernidade que já vislumbrava o capitalismo e que tinha que ser aplicada em uma sociedade que vivia sob o influxo colonial . Um tempo incomum, um tempo paradoxal . Neste tempo Machado advertia aos que pudessem entender o quando e por onde gravitam as idéias: *Nem tudo tinham os antigos, nem tudo têm os modernos, com os haveres de uns e outros é que se enriquece o pecúlio comum.*⁹³

O descompasso foi o ritmo que marcou o Brasil Imperial Escravista, e carregou consigo as fraturas no momento de afirmação do ideário de uma Nação do Capital. A via paradoxal foi o caminho por onde iria veicular as idéias. Num deslocamento, como se estivessem fora do lugar .

⁹² MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1997, p. 17.

⁹³ ASSIS, Machado de. *Instinto de nacionalidade e outros ensaios*. Op. Cit., p. 35.

AS IDÉIAS FORA DO LUGAR⁹⁴ E UMA POÉTICA ORIGINAL

(..) Ressalvava as raríssimas exceções e reconhecia que escrever folhetim e ficar brasileiro é na verdade difícil, mas acrescentava que as dificuldades podiam ser aplanadas, e o folhetim podia bem tomar mais cor local, mais feição americana, concluindo que assim o folhetinista faria menos mal à independência do espírito nacional, tão preso a essas imitações, a esses arremedos, a esse suicídio de originalidade e iniciativa. „⁹⁵

Astrojildo Pereira foi um dos muitos intelectuais que se dedicaram ao estudo da obra machadiana. Acima, faz a análise de um Machado que já aos 20 anos preocupava-se com uma poética original, criticava o folhetim francês copiado no Brasil. Embora o escritor de *A Mão e a Luva*, *Ressurreição*, *Helena* e *Iaiá Garcia* acabasse sendo acusado de folhetinista, o que Machado fez foi escrever dentro das condições impostas pelo tempo paradoxal em que vivia. Mas ainda se o assim fosse, o folhetim de Machado teria outra feição: a feição local a denunciar a elite dominante da era imperial e o mecanismo do favor que a ligava aos homens livres e pobres. Era um aprendiz de bruxo, vivendo de folhetim, porém implodindo-o, em busca de *uma poética original*.

Roberto Schwarz, em *Ao Vencedor as Batatas*⁹⁶, analisando o sistema escravista e o mecanismo do favor, afirmaria a incongruência das idéias importadas. Para ele, as idéias estavam fora do lugar (e ainda não estão fora do lugar ?) O liberalismo europeu era

⁹⁴ Tomei de empréstimo a expressão “As idéias fora do lugar” de Roberto Schwarz em *Ao vencedor as batatas*, São Paulo: Duas Cidades, 1992.

⁹⁵ PEREIRA, Astrojildo. *Machado de Assis*. Rio de Janeiro: São José, 1959, p. 60.

⁹⁶ SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1992. O ensaio *As Idéias fora do Lugar* foi publicado originalmente em 1973, depois veio a constituir um capítulo do livro *Ao Vencedor as Batatas*.

incongruente com o escravismo brasileiro e o mecanismo do favor. Já Alfredo Bosi, no livro *Dialética da Colonização*, defenderia a congruência das idéias, assim as idéias estariam no lugar⁹⁷, desde que filtradas através dos interesses da classe escravocrata; ora o trabalho pode ser escravo, como o é, obviamente em uma *nação escravocrata*; e aí os homens livres e pobres se aglutinam em torno do mecanismo do favor e seu trabalho não é tão livre, por outro lado, o direito a propriedade é livre, inclusive o direito à propriedade escrava. Incongruente ou congruente? Maria Sylvia de Carvalho e Franco concorda pela congruência. Assim, as idéias estão no lugar⁹⁸. O mercado brasileiro, ligado que estava ao capital europeu, não separava liberdade de propriedade – inclusive a escrava – e liberdade de trabalho. O lucro é o que permeia as relações. As consagradas liberdade, igualdade e fraternidade não são apenas um jogo de palavras no escravismo brasileiro, também o são no liberalismo europeu. As relações de mercado escravizam sempre o mais fraco, aquele que não tem os recursos. A liberdade para o liberalismo (e neoliberalismo) não estabelece uma sociedade bondosa. O sujeito é livre para produzir e enriquecer, e a tal liberdade, herdeira que é das necessidades, é apenas ilusão a pertencer ao mundo dos ricos e proprietários. Do outro lado a liberdade voa em cifras inalcançáveis. Enfim, é melhor terminarmos por aqui, vendo as idéias fora ou no lugar, dependendo por onde se olha, de cima ou de baixo; e voltemos a atenção para Machado de Assis que, na contramão das idéias, em tempos de naturalismo e cientificismo, solicitava aos literatos uma poética original. No já citado ensaio *A Nova Geração*, recriminava a já tradicional fórmula brasileira de reproduzir a Grécia e a Roma antiga, apelando quase sempre para um

⁹⁷ BOSI, Alfredo. A escravidão entre dois liberalismos. In: _____ *Dialética da Colonização*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

⁹⁸ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. “As idéias estão no lugar”. In: *Cadernos de Debate 1; História do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1976.

classicismo de pura retórica, em uma “escassa nação de ontem, sem fisionomia acabada, sem nenhuma influência no século, apenas com um prólogo de história? Para que reproduzir essas velharias enfáticas ?” ⁹⁹ Num de seus mais renomados contos *Um Homem Célebre*, Machado retomaria essa questão. Pestana, um músico famoso em sua cidade, construía as mais belas polcas, a música popular da época; a música local. Mas Pestana não queria compor polcas, queria compor clássicos, sonhava em ser um Mozart ou um Beethoven. Passava as noites em claro esperando a musa da divina inspiração. E, quando ela vinha, Pestana acabava sempre compondo mais uma polca. Não queria ele saber das admiradoras como “sinhazinha Mota”, que por ele suspirava, nas mesmas noites em que não dormia esperando a musa do clássico; não queria saber também das polcas; “mas das velhas obras clássicas, interrogando o céu e a noite, rogando aos anjos, em último caso ao diabo. Por que não faria ele uma só que fosse daquelas páginas imortais ?” ¹⁰⁰ No início da última metade da década de 70 Pestana casa com Maria, uma viúva de 27 anos com duas prendas, uma porque sabe cantar ; a outra, que não vale tanto: é tuberculosa. Agora, sim, iria compor os clássicos que precisava, o celibato era a causa da esterilidade e do transvio. Porém tal não aconteceu, nem mesmo após a morte da tísica. Pestana sonhava em compor um *Réquiem*, que faria executar no primeiro aniversário da morte de Maria e após largaria a música; “escolheria outro emprego, escrevente, carteiro, mascate, qualquer coisa que lhe fizesse esquecer a arte assassina e surda” ¹⁰¹. Embora esse fosse o desejo de Pestana, tal não aconteceu, nem o *Requiem* nem o abandono da música. Em 1885 a fama de Pestana lhe dera o primeiro lugar entre os

⁹⁹ ASSIS, Machado de. *A Nova Geração*, pp. 212-213.

¹⁰⁰ Idem. *Um Homem Célebre*. In: _____ *Contos*. Porto Alegre: L & PM, 1998, p. 65.

¹⁰¹ Ibidem, p. 73.

compositores de polcas . Neste mesmo ano contrairia uma febre que o levaria à morte , terminando a vida de bem com os homens e de mal consigo mesmo.

Assim foram passando os anos, até 1885. A fama de Pestana dera-lhe definitivamente o primeiro lugar entre os compositores de polcas; mas o primeiro lugar da aldeia não contentava a este César, que continuava a preferir-lhe, não o segundo, mas o centésimo em Roma.¹⁰²

A aldeia não serve como referência, é preciso ser apenas um nas idéias de lá, mesmo que seja o último, mas reconhecidamente capaz de imitá-los. É a isso que alude Machado, a *uma poética original*; a ausência de valorização de uma musa verdadeira, a divina inspiração independente do lugar, do tom e do que se fala. No conhecido e mais do que discutido ensaio *Instinto de Nacionalidade* de 1873; Machado colocaria ou tentaria fazer com que as musas não servissem apenas a um senhor. Melhor do que o nacional é seu instinto. Na *escassa nação de ontem*, não é uma nacionalidade duvidosa cuja história quer criar a homogeneidade das tradições e dos costumes; mas um instinto, o desejo de criar uma literatura mais independente, livre das unicidades sem saída e dos projetos de nação excludentes a espelhar sempre as elites e seu mundo.

Contra as idéias de fora , a falta de originalidade e de conhecimento dos clássicos; das leituras superficiais e das citações sem reflexão; das escolas literárias que são adotadas antes mesmo de uma compreensão melhor sobre que doutrinas encerram e quais tempos encetam. Contra isso fez-se ouvir o ronco surdo de uma pena voraz que, distante, via de perto o lugar das idéias. Entre as escolas e doutrinas que criticou, o realismo. No ensaio *Instinto de Nacionalidade* já falava dos “*livros de certa escola francesa , ainda*

¹⁰² Ibidem, p. 75.

que muitos lidos entre nós, não contaminaram a literatura brasileira, nem sinto nela tendências para adotar as suas doutrinas, o que já é notável mérito.”¹⁰³ Em outro ensaio já aqui deveras citado, *A Nova Geração*, de 1879, o realismo aparece como uma bandeira frágil hasteada por alguns, e por ser a negação do princípio da arte não haveria nela nada que pudesse seduzir longamente uma vocação poética. A crítica mais incisiva mesmo veio contra o realismo dos senhores Emile Zola e Eça de Queirós. Em 1878, na crítica literária intitulada *O Primo Basílio* onde faz uma análise do romance de Eça e do realismo à moda Zolista (o naturalismo), Machado diria:

Resta-me concluir, e concluir aconselhando aos jovens talentos de ambas as terras da nossa língua, que não se deixem seduzir por uma doutrina caduca, embora no verdor dos anos. Este messianismo literário não tem a força da universalidade nem da vitalidade; traz consigo a decrepitude. Influi , decerto, em bom sentido e até certo ponto, não para substituir as doutrinas aceitas, mas corrigir o excesso de sua aplicação. Nada mais. Voltemos os olhos para a realidade, mas excluamos o realismo, assim não sacrificaremos a verdade estética.¹⁰⁴

O romance *O Primo Basílio* de Eça de Queirós, uma das obras mais renomadas da literatura portuguesa, foi triturada por Machado de Assis. Não que deixasse de reconhecer o estilo apurado de Eça, mas sua crítica assinalava-se sobre a doutrina que escolhera para expandir seu talento, sua arte, que tinha de sobra.¹⁰⁵ A história de Luísa com o primo Basílio, ligados pelo parentesco e pelo adultério, encerram a antinômica do naturalismo, uma realidade que acaba se passando por um determinismo científico; aos prazeres físicos

¹⁰³ ASSIS, Machado. *Instinto de Nacionalidade e outros ensaios* . Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999, p. 22.

¹⁰⁴ Ibidem, pp. 78-79.

¹⁰⁵ Sobre a crítica de Machado a Eça , ver também RAMOS, Tânia Regina Oliveira. “Com as cartas na manga” . *REVISTA LITERÁRIA ANUAL ARCA*, N° 3. Porto Alegre: PARAULA, 1995.

que acontecem por ação da natureza, destituindo e impossibilitando a reação do espírito e das explosões do consciente e do inconsciente. Não há como resistir ao apego à carne. Dessa forma Machado vê a obra de Eça de Queirós graciosa de estilo, mas presa à escola literária a qual se filia – o naturalismo de Emile Zola. Refere-se às descrições como de muita qualidade, mas que escondem o essencial; o acessório sublima o principal, tomando conta do enredo, assim é, que um simples detalhe como a apreensão de algumas cartas que comprovam o adultério, em mãos de uma empregada assumem o caráter da história, desintegrando-a e tornando-a secundária. É o bom estilo e a boa musa a serviço da descrição e do determinismo do meio, momento e raça, ficando a ação dos homens projetadas como sombras de um modelo descritivo que pretensiosamente quer fixar a realidade.

A vida curta, a falta de vitalidade, a impossibilidade de seduzir longamente uma vocação poética; nisso tudo o bruxo estava errado. O naturalismo por longos anos seduziu a vocação poética, e *ainda seduz muita musa e leitor*. A originalidade da poética acontece na obra *Mémorias Póstumas de Brás Cubas*, a inovação da narrativa na América Portuguesa do século XIX. Mas, acreditem ou não, ela é vista até hoje como “a obra-prima do realismo brasileiro”. É claro que o realismo atribuído a Machado não pertence à escola naturalista, mas daí a colocá-lo na caixa hermética de uma doutrina, é romper com a dialética machadiana. Ironia do destino? Não. Realidade em *Uma escassa nação de ontem*.

II

UMA HISTÓRIA D(N)O BRASIL : MEMÓRIAS PÓSTUMAS – PAPÉIS AVULSOS

Estás sempre aí, bruxo alusivo e zombeteiro, que resolves em mim tantos enigmas.

Carlos Drummond de Andrade. A um bruxo com amor

Com efeito, um dia de manhã, estando a passear na chácara, pendurou-se-me uma idéia no trapézio que eu tinha no cérebro. Uma vez pendurada, entrou a bracejar, a pernear, a fazer as mais arrojadas cabriolas de volatim, que é possível crer. Eu deixei-me estar a contemplá-la. Súbito, deu um grande salto, estendeu os braços e as pernas, até tomar a forma de um X: decifra-me ou devoro-te.

Machado de Assis, em Memórias Póstumas de Brás Cubas

A minha idéia, depois de tantas cabriolas, constituiu-se idéia fixa. Deus te livre, leitor, de uma idéia fixa; antes um argueiro, antes uma trave no olho. Vê o Cavour; foi a idéia fixa da unidade italiana que o matou. Verdade é que Bismarck não morreu; mas cumpre advertir que a natureza é uma grande caprichosa e a história uma eterna loureira (..)

Machado de Assis, em Memórias Póstumas de Brás Cubas

Viva pois a história, a volúvel história que dá para tudo; e tornando à idéia fixa, direi que é ela a que faz os varões fortes e os doidos; a idéia móbil, vaga ou furta-cor é a que faz os Cláudios, - fórmula Suetônio.

(..)

Vamos lá; retifique o seu nariz, e tornemos ao emplasto. Deixemos a história com os seus caprichos de dama elegante.

Machado de Assis, em Memórias Póstumas de Brás Cubas.

1 - A DEMOLIÇÃO DE UM TEMPO¹⁰⁶ - MEMÓRIAS PÓSTUMAS

Jefferson Cano em recente trabalho intitulado *Machado de Assis, Historiador*¹⁰⁷, discute, a partir do caminho já aberto por Jonh Gledson, Roberto Schwarz e Sidney Chalhoub, a possibilidade de ler um Machado que escrevia preocupado com as articulações do discurso histórico, em um diálogo com historiadores como Capistrano de Abreu (que escrevia no mesmo jornal que Machado nos idos de 70 do século passado- *A Gazeta de Notícias*) e Adolfo Varnhagen, do então IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, se posicionando contra a história positivista e científica a eliminar a narrativa literária. As questões da identidade nacional, a nacionalidade, ao que parece, não fugiram a Machado. Através da ironia, no melhor estilo de *Luciano* ou *Erasmus*, o autor de entre “outras” *Dom Casmurro*, *Esau e Jacó*, *Quincas Borba*, *Memórias Póstumas e Papéis Avulsos*, abre seus enigmas à decifração de um olhar histórico.

Do texto de *A Mão e a Luva* para *Memórias Póstumas de Brás Cubas*¹⁰⁸, pergunta-se, são dois Machados? Acho que não: é o mesmo Machado de Assis em momentos diferentes. A poética original da qual falava e que buscava veio se encontrar na história de Brás Cubas, Brás de Brasil? E Cubas, de Cuba? Brás Cubas, se assim fosse, representaria duas nações periféricas e que, à época, ainda eram escravistas. Foi a vingança do bruxo rompendo com a sociedade escravista que se encontrava em crise, a

¹⁰⁶ A expressão “A demolição de um tempo” é de João Hernesto Weber, em *Caminhos do Romance Brasileiro*, obra já aqui citada.

¹⁰⁷ CANO, Jefferson. Machado de Assis, Historiador. In : CHALHOUB, Sidney. PEREIRA, Leonardo Afonso de M. (Orgs). *A história Contada*, obra já aqui citada.

¹⁰⁸ Como foi dito no capítulo anterior, passo a chamar este romance de MPBC.

falar de “uma escassa nação de ontem”, cujas relações sociais e de produção não são mais cabíveis. Se essa hipótese pode ser tangível, Brás Cubas nada mais é do que a personificação da história de uma nação escravocrata fundamentada no latifúndio e de seus senhores, andando na corrente sob a enxurrada da modernidade, agarrados às mãos suadas e acorrentadas dos escravos. Por este viés pode ser pensada a própria história dessa *escassa nação de ontem*. Através da trajetória de vida, configura-se a transição do micro para o macro, da vida cotidiana para a estrutura social. Um detalhe: não é a visão de uma história por parte dos que estão na periferia do sistema escravista ; ao contrário, Brás pertence à elite dominante, é a História do Brasil que se passa pelo olhar de um dos membros criadores da falácia da nação brasileira ... é a história de Brás.

A originalidade, o marco de uma nova narrativa, tudo aparece já no início; que pasmem.. começa pelo fim. Depois de dedicar suas memórias ao primeiro verme que roeu suas carnes, o defunto autor - como o finado se auto intitularia - começa a história pelo fim e, como bem convém a um finado, trata logo de começar pela sua morte, numa sexta-feira às duas horas da tarde, em sua bela chácara de Catumbi no mês de agosto de 1869. Tinha sessenta e quatro anos. Nesse dia lembra de uma mulher anônima que sentia mais que qualquer outro a sua morte. Trata-se de Virgília, um dos amores de menor volubilidade de sua trajetória de vida, uma questão de classe talvez , afinal pertenciam ao mesmo degrau da escada. Ao lembrar de Virgília, volta ao leito de morte onde ela presenciou seu delírio febril vitimado por uma pneumonia. O capítulo VII – **O delírio**, retrata esse momento, onde Machado - ou quem sabe Brás Cubas – faz uma viagem filosófica pela história adentro, na contramão dos séculos , cavalcando um hipopótamo alado que o levou à origem dos séculos, para que em seguida a Natureza ou Pandora –

mãe ou inimiga – o conduzisse até o topo de uma montanha para ver o espetáculo do desfilar dos séculos.

(..) A história do homem e da terra tinha assim uma intensidade que lhe não podiam dar nem a imaginação nem a ciência , porque a ciência é mais lenta e a imaginação mais vaga, enquanto que o que ali via era a condensação viva de todos os tempos. Para descrevê-la seria preciso fixar o relâmpago (..) (MPBC, p. 28).

No mesmo capítulo, outra análise sobre *os tempos* e suas idéias:

(..) Cada século trazia a sua porção de sombra e de luz, de apatia e de combate, de verdade e de erro e o seu cotejo de sistemas, de idéias novas, de novas ilusões: em cada um deles rebentavam as verduras de uma primavera, e amareleciam depois, para remoçar mais tarde.(..)”(MPBC, p. 29)

Machado aqui viu, como ninguém, o espelho de Clio e o seu riso sardônico e loureiro com as idéias e doutrinas para cada tempo. Se muito busca da teoria da história nos renomados historiadores de lá, mas se tal não for encarado como uma pilhéria, se sugeriria aos historiadores e professores de hoje, esse capítulo – **O delírio** , como um breve suspiro que sopra daqui ao alicerce da casa da história.

Quanto à condição humana, Machado a transformou no farrapo que é, à mercê de sua própria mesquinhez, em busca de uma quimera que sempre some como ilusão, a felicidade . Voltando do delírio, o defunto autor dá um salto na narrativa e faz a maior transição do livro, vai até a data de seu nascimento - 20 de outubro de 1805, dois anos antes da família real portuguesa começar a atravessar o Atlântico, em sua fuga da invasão napoleônica, com destino a uma de suas colônias de além-mar, a América

portuguesa. Isso Permitiu aos tempos a invenção de uma nova nação escravocrata, firmada na exclusão e com uma cultura e economia dependentes. Era o impasse (figura carimbada da intelectualidade brasileira) que marca esta “*escassa nação de ontem*”- até hoje. Um latifúndio pouco modificado a pôr e repor idéias importadas.¹⁰⁹

Voltemos a Brás que, em 1822 (ano da independência), aos 17 anos encontraria seu primeiro enlace de amor- Marcela, a bela espanhola. Brás seria amado por ela durante alguns meses e onze contos de réis. Em sua esfera juvenil, se perde nos braços do amor e também perde dinheiro. Seu pai o manda estudar na Universidade de Coimbra, afastando-o das saias de Marcela e dos gastos excessivos para com ela. Este é o frívolo resultado de uma primeira paixão, mediada antes de mais nada pelo valor econômico. Como sua mãe adoecesse, Brás retorna de Coimbra, onde aprendera mais as vicissitudes da vida e da noite do que as letras, mas enfim voltou bacharel. Na chegada ao Brasil encontra sua mãe já a expirar; após a morte da mãe volta aos seus afazeres, ou seja, apenas gozar a vida. Refugia-se em uma casa na Tijuca, onde conhece Eugênia, que inicialmente deseja e depois não quer – percebe que a moça era coxa. Seu pai vai visitá-lo, quer que case com Virgília, moça da elite, bom partido para um Cubas. Mas um outro candidato oferece mais à pretendida: um título de nobreza; porque ele há de vencer e ser um nobre. Dito isso, Lobo Neves – o outro candidato – não precisa de muito esforço para receber a moça em casamento. Após este episódio, o pai de Brás Cubas vem a falecer; restando a este, Sabrina e o cunhado Cotrim repartirem a herança. Evidentemente que acabam brigando

¹⁰⁹ Desde historiadores, sociólogos e críticos literários; de Sérgio Buarque de Holanda até Roberto Schwarz, a questão do impasse entre colônia e metrópole; periferia e centro; atraso e progresso, desenvolvimento e subdesenvolvimento, é amplamente discutida pelo mundo intelectual. A estrutura latifundiária do período colonial não sofreu até os dias atuais as modificações necessárias, nem as classes dirigentes procuram mudar a equação brasileira, muitos pobres e poucos ricos, permanecendo ainda uma enorme desigualdade social, tornando tais regiões sujeitas à miséria e à violência.

por causa disso, mais precisamente por causa de umas peças de prata e por alguns escravos. Brás agora é um rico herdeiro a levar a vida em amenidades. Passa a ser amante de Virgília, casada com Lobo Neves. Com a desconfiança do marido traído e sua conseqüente saída do Rio para ser presidente de província, separaram-se os amantes. Em razão disto, seu cunhado Cotrim e sua irmã querem lhe arranjar um casamento com Eulália, uma moça de 19 anos, filha de Damasceno, cunhado de Cotrim, mas a pretendida morre vitimada por um dos primeiros surtos de febre amarela na cidade do Rio de Janeiro.

A vida do protagonista continua dentro de uma banalidade normativa permeada por prazeres, que só é permitida a quem não precisa lutar pela sobrevivência. Reencontra-se com um amigo de infância – Quincas Borba. No primeiro momento o encontra mendigo, mais tarde rico e filósofo, criando uma nova doutrina – o humanismo¹¹⁰, uma nova escola que bastaria, como as demais, a cobrir e dar conta de tudo, a trazer para o homem a condição feliz que sempre busca. Quincas Borba acaba louco. Em um de seus (des)encontros com Virgília, um incidente: a perda do vidro de seu relógio, faz com que Brás entre em uma lojinha e atrás do balcão encontre uma senhora com o rosto prematuramente envelhecido e marcado pelas chagas da varíola – uma antiga conhecida: Marcela, que aos 17 anos de Brás foi a bela espanhola. Quanto à Eugênia, encontra-a em um cortiço pedindo esmola, triste e tão coxa como quando a conhecera. Dona Plácida, a alcoviteira do adultério com Virgília, morre como sempre tinha vivido até então, pobre e saindo da vida às escondidas, tal qual entrara. E quanto à Virgília, nós já sabemos, Brás a reencontra no leito de morte, detonando o início das Memórias Póstumas. Ao final, um

¹¹⁰ Uma sátira às teorias que invadiam o pensamento brasileiro, o “bando de idéias novas” de Sílvio Romero. O Humanitismo bem poderia ser o positivismo, o darwinismo, o evolucionismo ou cada um que escolhesse a teoria que melhor lhe aprouvesse.

saldo de negativas, entre elas o fato de não ter filhos, porém com uma ressalva, não transmitira a “nenhuma criatura o legado de nossa miséria”. (MPBC, p. 176)

A trajetória de vida de Brás por certo não é o igual caminho percorrido por uma nação inventada. Certo é que, de 1805 até 1869, a nação escravocrata vive sua inauguração, auge e derrocada; como Brás, nasce, cresce e morre. O ano de 1869 é marco também do final da Guerra do Paraguai e início do enfraquecimento do estatuto da escravidão.

Não são poucos os momentos em que se cruzam fato histórico e narrativa. Durante as comemorações da tal independência política, Brás tinha 17 anos e segundo Machado o povo e ele eram como dois rapazes; vinham da infância, com todos os arrebatamentos da juventude (MPBC, p. 40). O povo era apenas uma criança criada pelas elites a festejar sem saber o sentido lógico do que comemorava.

Nas *Memórias Póstumas* nada escapa ao crivo de Machado, toda a sordidez e mediocridade da sociedade escravocrata, e as futilidades de sua elite, de classe dominante, são reveladas em seu mecanismo intrínseco, não escapando nem mesmo Virgília, que não passa de uma amante vulgar a trocar os sentimentos pelo valor econômico casando-se com Lobo Neves. Como Machado escreveu, entre o pavão e águia, Virgília optou pela águia. Cotrim não passa de um contrabandista de escravos sem escrúpulos. Marcela amou, como vimos, Brás Cubas, de acordo com a avaliação do defunto autor, durante quinze meses e onze contos de Réis.

Brás Cubas não passa de um hipócrita lascivo a ver o mundo do ponto de vista de uma classe e de sua desfaçatez. O inventário de *Memórias Póstumas*, em seu conjunto, é uma bomba de tempo implodindo o escravismo brasileiro, podre, decadente e sem

expectativas para projetos futuros. O final do século XIX o vomitava e o XX que chegava já não o queria.

A forma narrativa no Brasil do II Império é o romance burguês, o Romantismo. Machado rompe com essa tradição nas *Memórias Póstumas*. No entanto não se filia a nenhuma nova escola literária. Nem mesmo ao realismo que, segundo o Bruxo, ao encontrar nas ruas estafado, comido de lazeira e vermes, o corcel das antigas baladas que o romantismo foi buscar ao castelo medieval; “por compaixão, o transportou para os seus livros (MPBC, p.40)”. A forma social do II Império é a sociedade escravocrata. A *poética original*, a alusão machadiana que teimava em aparecer nos seus escritos, brilhou nas *Memórias Póstumas*. O método tradicional narrativo é implodido. Em função disso, Sílvio Romero o acusa de vago e impreciso. Mas o Bruxo assume abertamente a posição de ruptura com o método tradicional, os saltos, numa narrativa não linear, num estilo que lembra o andar do bêbado, ziguezagueando aqui e ali. Há Capítulos que iniciam e terminam sem palavras ou com mínimas palavras, apenas reticências...

Emília Viotti da Costa, em *A Monarquia e a República: Momentos decisivos*, faz a seguinte referência a Machado de Assis :

Toda sua vida Machado tinha sido perseguido por três pesadelos: seus ataques epiléticos, suas origens modestas e sua cor - três fontes de medo, ansiedade e vergonha. Ele pareceu ter-se resignado mais a sua epilepsia do que às suas origens e à sua cor. Visitava sua família em horas que não poderia ser visto. Desposou uma mulher branca. Manteve uma atitude discreta e reservada diante da abolição. Em seus romances, trabalhava com tragédias pessoais de indivíduos brancos e raras vezes, e apenas marginalmente, referiu-se a escravos ou a negros. Jamais enfrentou o problema da “negritude”. Ao contrário, fez o que muitos outros negros de sua geração que ascenderam a posições importantes fizeram. Viveu a ambigüidade de sua situação e cumpriu conscientemente o papel que lhe era atribuído na comunidade dos brancos da

qual ele tinha se tornado um membro. E não teria gostado de ser chamado de mulato – uma expressão que revelaria a ficção de sua pessoa pública.¹¹¹

Discordando em parte da historiadora, penso que o escravismo não escapou a Machado, nem tampouco os afro-descendentes estiveram ausentes de suas obras. Afinal, não se pode julgar a dialética machadiana, este sorriso no canto da boca, tão sardônico, escrevendo descansadamente lá na terceira margem ou do rio sem margens como preferem outros, com sua pena carregada de galhofa e melancolia, de quem acima de tudo foi um escritor em profusão, da poesia ao teatro, do romance ao conto e à crônica, perambulando aqui e ali um ensaio e outro, uma crítica acolá. Não se pode ver apenas um Machado, são vários “Machados” de pena na mão. A figura do absenteísmo propalada pela crítica foge a uma leitura mais reflexiva; leituras que fizeram João Hernesto Weber, John Gledson, Roberto Schwarz e Astrojildo Pereira. Assim, Machado foi leitor e escritor de seu tempo, embora da *terceira margem* ou do *Rio sem margens*¹¹², fosse capaz como ninguém de compreender por onde andavam os tempos que estavam por vir. Seu pensamento ia ao encontro das questões universais da condição humana; viu como ninguém o espelho de Clio e o seu riso sardônico e loureiro com as idéias e doutrinas para cada tempo. Quanto à condição humana, Machado a transformou no farrapo que é, à mercê da mesquinhez da humanidade, em busca de uma quimera que sempre some como ilusão - a felicidade.

¹¹¹ COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia a República. Momentos Decisivos*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 258-259.

¹¹³ Sobre isto ver FURLAN, Stélio. *Seduções e desencantos. Machado de Assis, um crítico do século XIX*. Tese de doutoramento em Teoria Literária. Florianópolis, UFSC, 2001.

Nas *Memórias Póstumas* o Bruxo das Letras trabalha várias questões e entre elas as que tratam do escravismo e da condição do escravo. Como, por exemplo, no momento do livro em que morre o pai de Brás Cubas, um escravocrata; e em decorrência disso, Brás ele, sua irmã e seu cunhado Cotrim, tiveram que fazer a partilha da herança. Nesta parte do texto Machado deixa nas entrelinhas, para um leitor atento, a face das relações de produção e de como o elemento humano é frágil quando inserido no sistema. Na discussão sobre a partilha, ao saber que um dos escravos tinha sido liberto pelo finado a dois anos, Cotrim indagaria – **Livre? Como seu pai arranjava estas coisas cá por casa, sem dar parte a ninguém! Está direito, Quanto à prata...creio que não libertou a prata?** (MPBC, p. 76) Na sociedade escravocrata de então, só cabe o valor pecuniário das coisas, e o ser humano vale tanto quanto a prata. Quem não lembra do ex-escravo Prudêncio a chicotear seu próprio escravo, e voltando à roda do tempo o menino- peste Brás, que humilhava e fustigava Prudêncio com uma vara, fazendo-o de montaria em suas “brincadeiras de criança”. Lembrar também, como citou Astrojildo Pereira em seu estudo sobre Machado, ao fazer referências a dois momentos de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Na meninice de Brás, em 1814, que durante uma festa que seu pai dava para comemorar a queda de Napoleão; ouvia um sujeito dizer a outro sobre um carregamento de escravos que vinha de Luanda, enquanto que Dr. Vilaça, o glosador, dizia - *trás ... trás ... trás*. (MPBC, p.37) É a facécia de um tempo que não compreendia bem o significado do que acontecia na Europa, mas festejava a liberdade, enquanto que todos os dias chegavam mais escravos das regiões africanas. Ao orador cabia então dizer *trás ... trás ... trás*. É o riso no canto da boca que Machado oferecia como escárnio à sociedade

escravocrata. Em um segundo momento, por volta dos *quarenta e tantos anos*, Brás recorda da barbárie da qual acusavam Cotrim na lida como contrabandista de escravos:

O único fato alegado neste particular era o de mandar com frequência escravos ao calabouço, donde eles desciam a escorrer sangue; mas além de que ele só mandava os perversos e os fujões, ocorre que, tendo longamente contrabandeado em escravos, habituara-se de certo modo ao trato um pouco mais duro que esse gênero de negócio requeria. Não se pode honestamente atribuir à índole original de um homem o que é puro efeito de relações sociais (MPBC, p.150).

Em 1850, só para “lembrar”, foi assinada a lei Eusébio de Queirós que proibia o tráfico negreiro; ou seja aí pelos *quarenta e tantos anos* do nosso defunto autor. Astrojildo Pereira designaria o argumento de Brás de perfeitamente justo e de uma importância capital na determinação do paralelismo e consonância entre a obra de Machado de Assis e a evolução das condições sociais do seu tempo.¹¹³ Ora, que Astrojildo tenha razão com relação ao argumento de não impor como culpa ao homem o que é fruto das relações sociais de seu tempo; por outro lado, é bom pensar na pilhéria machadiana a denunciar a rudeza e selvageria em contraponto a um Cotrim que participava de irmandades assistenciais e mandava publicar nos jornais as benfeitorias que praticava. Mas voltemos a Prudêncio, ex-escravo da família Cubas que, quando criança, era molestado por Brás e agora como dono de um escravo o açoita na rua. Machado é um mestre ao descrever este episódio, vale a pena citá-lo.

¹¹³ Sobre isto ver PEREIRA, Astrojildo. *Machado de Assis*. Op. Cit., p. 27 .

Era um modo que Prudêncio tinha de se desfazer das pancadas recebidas, - transmitindo-as a outro. Eu, em criança, montava-o, punha-lhe um freio na boca, e desancava-o sem compaixão; ele gemia e sofria. Agora, porém, que era livre, dispunha de si mesmo, dos braços, das pernas, podia trabalhar, folgar, dormir, desagrilhoadado da antiga condição, agora é que ele se desbancava: comprou um escravo, e ia-lhe pagando, com alto juro, as quantias que de mim recebera. Vejam as sutilezas do maroto. (MPBC , p. 101)

O narrador vê Prudêncio como um maroto sutil. É a auto – reflexão denunciando a desfaçatez e volubilidade de Brás e da elite dominante na sociedade podre do II Império, desenhada nas *Memórias Póstumas*.¹¹⁴ É uma visão desencantada, ficando no absenteísmo um olhar sentimental e tolo sobre o estatuto da escravidão, aparecendo este no seu conjunto, como um fenômeno que encerra uma complexidade imbricada no âmago da condição humana.

A escravidão em Machado também é pensada , através de dois contos chaves para entender sua posição - *O Caso da Vara e Pai contra Mãe* ¹¹⁵ . Em o Caso da Vara, a história se passa entre um conflito de escolha. Damião, um seminarista, foge do seminário, pois não quer ser padre, descumprindo assim o desejo de seu pai. Com medo da ira paterna e principalmente do retorno ao seminário, pensa em pedir auxílio ao padrinho João Carneiro, mas vê isso como impossível pelo espírito moleirão do padrinho. Decide afinal se abrigar em casa de Sinhá Rita, amiga de seu padrinho, com a qual ele desconfia da amplitude desta amizade. E em decorrência disso acha que ela pode influenciar seu padrinho para que faça seu pai compreender a situação. Sinhá Rita é viúva e vive de fazer rendas e bordados e, para isso conta com o trabalho de meninas pobres e

¹¹⁴ Sobre isso ver SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo- Machado de Assis*. São Paulo: Duas cidades, 1998.

¹¹⁵ ASSIS, Machado de. *Contos de Machado de Assis*. Porto Alegre: Movimento, 1998 .

escravas, entre elas Lucrécia que, durante a permanência na casa de Damião, esquece o trabalho e fica a ouvir as anedotas que este conta para passar o tempo, enquanto por meio da ação de Sinhá Rita, espera a ajuda de seu Padrinho. Com o atraso do trabalho, Sinhá Rita promete surrar a menina com uma vara ao final do dia se ela não tiver cumprido sua tarefa diária. Damião decide para si proteger a menina, caso isto venha a acontecer, pois sabe que o motivo do atraso era a atenção que esta dava as suas pilhérias. Quando ao final, Lucrécia não consegue cumprir a tarefa, Sinhá Rita vai cumprir com a promessa, e pede a Damião a vara para surrá-la, entre entregar a vara e não ver ameaçada sua liberdade do seminário, e em não entregá-la e defender a menina, Damião faz sua opção :

Damião chegou a caminhar em direção da marquesa. A negrinha pediu-lhe então por tudo o que houvesse mais sagrado, pela mãe, pelo pai, por Nosso Senhor...

- Me acuda, meu sinhô moço!

Sinhá Rita, com a cara em fogo e os olhos esbugalhados, instava pela vara, sem largar a negrinha, agora presa de um acesso de tosse. Damião sentiu-se compungido; mas ele precisava tanto sair do seminário! Chegou à marquesa, pegou na vara e entregou-a a Sinhá Rita.¹¹⁶

Ora, é fácil perceber por onde andam as idéias de Machado, que compreende bem o quanto as atitudes humanas são repletas de nosso espírito de sobrevivência e egoísmo, dentro do egocentrismo ao qual invariavelmente todos estamos presos e das relações sociais de produção de cada época. Afinal, em 1850, no tempo em que se desenvolve o conto, a escravidão na comunidade imaginada das elites na América Portuguesa, chamada de Brasil, ainda é o sustentáculo. Uma sociedade escravista e sem escravos é apenas mais uma ilusão. O escravismo corrompia a todos; bom ou ruim, estava no centro da sociedade do II Império. Em *Pai Contra Mãe*, o conflito se repete, Cândido Neves é pobre e para

¹¹⁶ Ibid., p. 52 .

sobreviver, opta em ser caçador de escravos fujões e receber a recompensa pela captura destas almas infelizes. Aqui o Bruxo das Letras coloca sua genialidade para compreender bem o escravismo destituído de uma visão tola e sentimental sobre as peripécias da alma humana.

Ora, pegar escravos fugidos era um ofício do tempo. Não seria nobre, mas por ser *instrumento da força com que se mantém a lei e a propriedade*, trazia esta outra nobreza implícita das ações reivindicadoras. Ninguém se metia em tal ofício por desfastio ou estudo; *a pobreza*, a necessidade de uma achega, a inaptidão para outros trabalhos, o acaso, e alguma vez o gosto de servir também, ainda que por outra via, davam o impulso ao homem que se sentia bastante rijo para pôr *ordem à desordem*.¹¹⁷ (os grifos são meus)

Ao final do conto, Cândido Neves deve optar entre entregar uma escrava fujona e receber o dinheiro para poder sustentar seu filho ou, caso contrário, vai ter que deixá-lo na roda dos enjeitados, pois não tem dinheiro para dar comida a mais uma boca . A escrava, depois de tanto sofrer entre a fuga, e a captura empreitada por quem através da força deve colocar *ordem à desordem*, já que a liberdade para o ser humano não atinge as peças da escravaria, acaba abortando o filho do qual estava grávida, restando ao conto e a Cândido Neves, a justificativa : “Nem todas as crianças vingam”¹¹⁸ .

A escravidão e a abolição foram temas centrais na década de 80 do século XIX. Um dos principais abolicionistas, Joaquim Nabuco, publicaria no ano de 1883, em Londres, *O Abolicionismo* . Joaquim Nabuco não deixou de registrar o descaso para com o

¹¹⁷ ASSIS, Machado. *Contos de Machado de Assis* , p. 66 .

¹¹⁸ Ibid., p. 76 .

escravo e o perigo que rondava uma república que se instalaria largando os pobres a sua própria sorte.

Não pode, para concluir, ser objeto de dúvida que a escravidão transportou da África para o Brasil mais de dois milhões de africanos; que, pelo interesse do senhor na produção do ventre escravo, ela favoreceu quanto pôde a fecundidade das mulheres negras; que os descendentes dessa população formam pelo menos dois terços do nosso povo atual; que durante três séculos a escravidão, operando sobre milhões de indivíduos, em grande parte desse período sobre a maioria da população nacional, impediu o aparecimento regular da família nas camadas fundamentais do país; reduziu a procriação humana a um interesse venal dos senhores; manteve toda aquela massa pensante em estado puramente animal; não a alimentou, não a vestiu suficientemente; roubou-lhe as suas economias, e nunca lhe pagou os seus salários; deixou-a cobrir-se de doenças, e morrer ao abandono; tornou impossível para ela hábitos de previdência, de trabalho voluntário, de responsabilidade própria, de dignidade pessoal; fez dela o jogo de todas as paixões baixas, de todos os caprichos sensuais, de todas as vinditas cruéis de uma outra raça.¹¹⁹

Na virada para a modernidade, uma massa que faz parte do que se chama a maioria da *Nação*, foi esquecida, relegada a um segundo plano, substituída pelo imigrante. E o irônico dessa situação é que o alerta não foi dado apenas por um Nabuco, a escrever em Londres. Entre Machado de Assis de *Memórias Póstumas e Papéis Avulsos*, e Nabuco em 1883, a mesma preocupação com o estatuto da escravidão. É que se a Europa tinha que cuidar de seus pobres, mesmo que os expelindo para a “Europa nos trópicos” que se inventava; como fazer isso em uma sociedade brasileira que criava uma nação do capital e tinha que receber os imigrantes, deixando à míngua seus pobres. Da senzala para os cortiços e mocambos, onde o ser humano é o que é, ou seja, a pobreza planifica as diferenças raciais, diferenças estas que aliás segundo as últimas notícias sobre o mapeamento do código genético dos seres humanos, representa um percentual

¹¹⁹ NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira; São Paulo : Publifolha, 2000, p. 102 .

insignificante, menos de 1% de tudo o que consiste à genética humana. Bom, mas o que é preciso dizer mesmo, é que os pobres invadiam a área das cidades, ocupando cortiços, estalagens e mocambos, desamparados do fim do século XIX ao fim do século XX. Da antiga ordem econômica, a economia patriarcal, restou o que é de pior, do ponto de vista da classe trabalhadora: o escravo foi substituído pelo pária de usina; a senzala pelo mocambo, a casa-grande pelo sobrado e palacete, os capitalistas latifundiários andando de automóvel pelas cidades morando em chalés suíços e palacetes normandos, indo a Paris se divertir com as francesas de aluguel.¹²⁰

E o que resta a uma imensa massa desorganizada e paupérrima, a depender do favor dos ricos, dos novos ricos e de um Estado escravo de interesses de ricos daqui e ricos de lá, ora não compreendendo o significado das coisas, não sabendo diferenciar monarquia de república, não sabendo diferenciar formas de governo e sistemas de governo? A ela interessa apenas sobreviver. Não vê a luz no fim do túnel, pois ainda está cega. Após o fim do escravismo e o início da derrocada da economia patriarcal, o grosso da nação, ou seja os pobres, ou seja as pessoas livres que dependiam da economia do favor e agora devem ser assalariadas, acrescido a estes a massa escrava que foi despejada nos trabalhos das fazendas pela abolição, pois o abolicionismo não previu um lugar para eles, ficaram totalmente largados, como o burro que puxava bondes das crônicas de Machado de Assis e que, com a chegada dos bondes elétricos, passa a ser desnecessário e morre jogado nas ruas do Rio de Janeiro. Assim como o burro, o ex-escravo não servia à modernidade, e também o pobre brasileiro não lhe servia, era preciso antes trazer o pobre estrangeiro para dela cuidar, esquecendo os daqui. Uma nação que queria embranquecer, já que era assim

¹²⁰ Sobre isto confira o imperdível prefácio à 1ª edição de *Casa-Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, p. 73-74.

que pensavam os donos do poder, os cérebros do sistema, os donos da situação - os ricos. Trazer imigrantes aos milhares, para embranquecer a raça, e também para aceitar o excesso populacional que invadia o continente europeu, em função do avanço da tecnologia e da medicina, não há espaços e recursos, então vamos mandar os pobres para onde tenham espaço, para uma *Europa Tropical*. O *Navio Negreiro* de Castro Alves, passa a ser o *Vapor dos brancos* da *invenção da nação do capital*, cheio de imigrantes na fundação do processo de branqueamento da raça, tão citados e pretendidos por “grandes intelectuais da pretensa nação, como Rui Barbosa, Sílvio Romero e outros tantos”, que forneciam as letras e as idéias para a nação que queria ser chamada de brasileira.

O Rio de Janeiro não aceitou em suas ruas a miséria, era preciso modernizar-se, atingir a tão sonhada civilização, o processo civilizador, que de uma vez por todas, deveria ser aplicada ao país que não queria ser colônia. Para isso, inventou-se uma Belle-Époque nos trópicos ¹²¹; a medicina de um lado, as leis do outro, e por trás amparando tudo, o dinheiro, verdadeiro ícone do capital e seu braço armado – a polícia. O conjunto fardado que precisava cada vez mais deixar de ser guarda de coronéis, para tornar-se urbana, a docilizar os corpos, principalmente das pessoas que invadiam as ruas no Brasil durante as rupturas que marcaram a transição pouco suave de passagem da Monarquia para a República, o processo de transformação do trabalhador livre, do ex-escravo, do imigrante em trabalhador assalariado dentro da ótica do capitalismo industrial e financeiro determinante de uma Nova Ordem Mundial, de uma Divisão Internacional do Trabalho acabaria por acontecer de forma abrupta. O cotidiano das pessoas seria atingido por novos

¹²¹ Sobre isto ver NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical. Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Cia das Letras, 1993 .

hábitos, por novas representações. O aparato policial fiscalizaria o bom cumprimento por parte das pessoas – principalmente os pobres – dos preceitos e regulamentos da disciplina a ser instalada. Em suma, um aparelho ideológico e repressivo foi criado gerando os mecanismos de opressão necessários para a “Ordem e Progresso” que se avizinhavam. Em um jogo de duplo movimento, de um lado era inaugurada uma ordem moral onde o trabalho assalariado era o correto, o ideal. O trabalhador inseria-se na Belle Époque, nos termos do “*ser civilizado*” da qual Paris – a cidade das luzes – era o exemplo a ser seguido. Por outro lado, uma forte vigilância policial que disciplinaria os corpos, reprimindo o ocioso, o não trabalhador – agora tratado como fora da lei – com o novíssimo crime de vadiagem inaugurado nos últimos suspiros da Monarquia.¹²²

2 – *ALGUNS PAPÉIS AVULSOS E UMA HISTÓRIA DO BRASIL*

Este corpo de delito que some das páginas da República – a escravidão. A prova do crime que a República tratou de queimar nos arquivos. É como a figura do alferes, no conto “O Espelho”, de Machado de Assis, que só mostra o reflexo quando ele estiver fardado, incorpora a fase negativa que se reflete da dialética do olhar, sobrevivência do passado que vela o corpo de delito (a escravidão) quando não reflete mais o seu corpo orgânico aos olhos que o miram, incorporam apenas uma nova forma onde a farda é o símbolo, a República dos militares. Como tal, no espelho não cabe mais a escravidão, ficando apenas a moldura de ouro descascado¹²³.

¹²² Ver CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

¹²³ ASSIS, Machado. O Espelho. In: *Papéis Avulsos*. Op. cit., p. 258.

Numa crônica de 19 maio de 1888 ¹²⁴, ou seja logo após o 13 de Maio da Abolição, Machado não se furtaria de deixar claro o que pensava do processo de libertação dos escravos e as suas artimanhas e escaramuças imbricadas ao poder patriarcal das elites brancas. Na crônica um senhor liberta seu escravo - Pancrácio, antes mesmo da abolição. Deixa de gastar com a sobrevivência de Pancrácio, pagando-lhe um pequeno ordenado para se manter, enquanto que o mesmo continua a lhe servir nas mesmas condições de antes da liberdade.

- Justamente. Pois seis mil-réis. No fim de um ano, se andares bem, conta com oito. Oito ou sete.

Pancrácio aceitou tudo; aceitou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por me não escovar bem as botas; efeitos da liberdade. Mas eu expliquei-lhe que o peteleco, sendo um impulso natural, não podia anular o direito civil adquirido por um título que lhe dei. Ele continuava livre, eu de mau humor; eram dois estados naturais, quase divinos.

Tudo compreendeu o meu bom Pancrácio; daí para cá, tendo-lhe despedido alguns pontapés, um ou outro puxão de orelhas, e chamo-lhe besta quando lhe não chamo filho do diabo; cousas todas que ele recebe humildemente, e (deus me perdoe!) creio que até alegre.

O meu plano está feito; quero ser deputado, e, nas circulares que mandarei aos meus eleitores, direi que, antes, muito antes da abolição legal, já eu, em casa, na modéstia da família, libertava um escravo, ato que comoveu a toda a gente que dele teve notícia; que esse escravo tendo aprendido a ler, escrever e contar (simples suposição) é então professor de filosofia no Rio das Cobras; que os homens puros, grandes e verdadeiramente políticos, não são os que obedecem à lei, mas os que se antecipam e ela, dizendo ao escravo: és livre, antes que o digam os poderes públicos, sempre retardatários, Trôpegos e incapazes de restaurar a justiça na terra, para satisfação do céu.

Boas noites.

19 de maio de 1888

No livro de contos, *Papéis Avulsos*, de 1882, o diálogo de pai e filho intitulado “Teoria do Medalhão”, encerra entre muitas questões, uma das que perseguia Machado –

¹²⁴ ASSIS, Machado. [Abolição e liberdade]. In: Crônicas escolhidas. São Paulo: Publifolha, 1994, p. 54 .

a poética original. O pai proíbe ao filho, se é que deseja ser um verdadeiro medalhão, que só chegue a conclusões já achadas por outros, fugindo a tudo que possa cheirar a reflexão e originalidade.¹²⁵ Porém, o diálogo de pai e filho na “Teoria do Medalhão” é de um degrau da escada social que Machado apenas conheceu como homem célebre e observador arguto. Um ano antes, nas memórias de Brás, o mulato de origem pobre, filho de um afrodescendente pintor de paredes e uma portuguesa lavadeira, quebrava com a teoria, já que nunca seria um medalhão. Diante da ruptura com a tradição romanesca, sem propor outra forma ideológica alternativa, a não ser uma forma narrativa que pudesse estar de acordo com a forma social do Brasil escravocrata. A solução para Machado foi a mesma de Erasmo de Roterdã no *Elogio da Loucura* – a ironia.

“Na verdade, haverá maior injustiça do que, sendo permitida uma brincadeira adequada a cada idade e condição, não poder pilheriar um literato, principalmente quando a pilhéria tem um fundo de seriedade, sendo as facécias manejadas apenas como disfarce, de forma que quem as lê, quando não seja um solene bobalhão, mas possua algum faro, encontre nelas ainda maior proveito do que em profundos e luminosos temas?”¹²⁶

A galhofa de um mundo permeado por uma condição humana em que não se pode acreditar; a revelar a torpe sociedade escravocrata do II Império decadente e em crise, prestes a desaparecer, pois o fim do escravismo estava a chegar, impulsionado pelo capitalismo europeu. Era hora de dispensar os escravos, não serviam mais. É tempo de

¹²⁵ ASSIS, Machado. Papéis Avulsos. In: *Obras completas de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Jackson, 1962, p. 144.

¹²⁶ ROTERDAM, Erasmo de. *Elogia da Loucura*. São Paulo: Atena, 1959, p. 13.

capital, e para tanto uma nova nação se inventava. Nova no exterior, internamente carregaria consigo até os dias atuais a podridão de uma sociedade sem perspectivas.

Em 1908, a morte colocava fim na carreira de Joaquim Maria Machado de Assis. Quatro anos após a morte de sua “secreta” musa inspiradora – Carolina Novais. Com ela foi-se também a “melhor parte da vida” do célebre escritor, como ele próprio deixara escrito em carta a amigos como Mário de Alencar. Entre *Memórias Póstumas de Brás Cubas* e a sempre fatídica data de óbito, Joaquim deixara outras tantas inúmeras e requintadas obras como *Dom Casmurro*, *Esau e Jacó*, *Memorial de Aires*, um sem número de contos, crônicas e etcétera. Joaquim Maria Machado de Assis foi cumprir com sua palavra à amada, não gastando tempo em recordá-la, “irei vê-la, ela me esperará.” Foi ver a eterna companheira, deixando suas letras e um bruxo – o bruxo das letras. Às gerações futuras um legado: tinta e papel, melancolia e um sorriso no canto da boca.

A ironia foi a arma que Machado tanto usou, não seguindo desta forma os conselhos de pai para filho no diálogo de “Teoria do Medalhão”, que dizia ao filho para não empregá-la, “esse movimento ao canto da boca, cheio de mistérios; deveria usar a chalaça, amiga, redonda, gorducha, que afrouxa os suspensórios de tanto rir”.¹²⁷ Aliás, como já foi dito, embora alguns possam pensar o contrário, Machado não foi um medalhão. A ironia sardônica (aquele sorriso no canto da boca) foi sua arma de combate à mediocridade desta *escassa nação de ontem*, que fez e faz da via paradoxal a razão de sua existência. Essa arma não foi exclusiva de Machado; Lima Barreto a usou também em suas obras, porém descoberta do véu que usava Machado para esconder seu escárnio; da

¹²⁷ ASSIS, Machado. *Papéis Avulsos*. Op. Cit. Pág.144.

galhofa sutil e melancólica à denúncia paródica e desesperada. Um destruindo sem se destruir, o outro caminhando aceleradamente em direção contrária à da corrente das instituições e poderes constituídos, em direção aos pobres, com um sorriso escancarado no canto da boca, numa ação suicida e sem retorno. Lima sentiu na pele e na alma o revés; do início até o fim dos seus dias em 1922, ironia ou não, data comemorativa do centenário de uma escassa nação cujos conceitos tentava implodir, nação que enfrentava novas rupturas, era a crise da Primeira República.

Dentro de um novo momento, o *império* da República, e a nação já totalmente imersa no mundo do capital, é que iremos abordar as leituras antiufanistas, *Os Bruzundangas* de Lima Barreto e *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, e a narrativa contemporânea de Diogo Mainardi, em *Contra o Brasil*. Uma história das invenções do Brasil, na fronteira entre história e literatura, como um bandeirante municiado de história, desbravando o interior dos *Brasis*, buscando na literatura o entendimento das nações que habitamos ontem e hoje .

III

INVENÇÕES DO BRASIL

Uns trapos de positivismo se tinham colado naquelas inteligências e uma religiosidade especial brotara-lhes no sentimento, transformando a autoridade, especialmente Floriano e vagamente a República, em artigo de fé, em feitiço, em ídolo mexicano, em cujo altar todas as violências e crimes era oblatas dignas e oferendas úteis para a sua satisfação e eternidade.

O cadete lá estava...

Lima Barreto, em Triste Fim de Policarpo Quaresma

A minha estadia na Bruzundanga foi demorada e proveitosa. O país, no dizer de todos, é rico, tem todos os minerais, todos os vegetais úteis, todas as condições de riqueza, mas vive na miséria. De onde em onde, faz uma “parada” feliz e todos respiram. As cidades vivem cheias de carruagens; as mulheres se arreiam de jóias e vestidos caros; os cavaleiros chics se mostram, nas ruas, com bengalas e trajos apurados; os banquetes e as recepções se sucedem.

(..)

Isto dura dois ou três anos; mas, de repente, todo esse aspecto da Bruzundanga muda. Toda a gente começa a ficar na miséria. Não há mais dinheiro. As confeitarias vivem as moscas; as casas de elegâncias põem à porta verdadeiros recrutadores de fregueses; e os judeus do açúcar e das casas de prego começam a enriquecer doidamente.

Por que será tal coisa? Não de perguntar.

É que a vida econômica da Bruzundanga é toda artificial e falsa nas suas bases, vivendo o país de expedientes.

Lima Barreto em Os Bruzundangas

Estas “notas” sobre a Bruzundanga ameaçam não acabar mais. Temo, ao escrevê-las tão longas como as Histórias de Heródoto, não virem elas, apesar disso, merecer a imortalidade da obra do viajante grego.

Contudo, se a posteridade não encontrar nelas algum ensinamento, e as desprezar, os contemporâneos do meu país podem achar nestas rápidas narrações de coisas de nação tão remota, moldes, receitas e meios para esbodegar de vez o Brasil.

Lima Barreto em Os Bruzundangas.

1 - O BRASIL E A NAÇÃO

*“O Brasil foi predestinado pela geographia e pela história a desempenhar um grande papel no mundo. Os que, nos países europeus, ainda não estudaram nossas possibilidades, estranham às vezes esse excesso de nossas aspirações e de nossas reivindicações. Todos os europeus que tiveram um contacto com a própria terra não podem desconhecer ou encobrir a prodigiosa afirmação que somos e a formidável força que o futuro nos reserva.”*¹²⁸

O *Jornal do Comércio* do dia 07 de setembro de 1922, em sua edição comemorativa do centenário da Independência trazia, em sua primeira página a epígrafe acima. O editorial ainda diria:

Os nossos maiores realizaram prodígios de bravura e de heroísmo para que herdássemos o maior patrimônio territorial ininterrupto que no mundo cabe a uma só nação una e indivisível. (...).

O Brasil se formou assim para liberdade num esforço consciente e feliz. *A nossa história é suave* e, no meio das lutas para a conquista do território, na aquisição de direitos e liberdades, guardamos uma singularidade que nos honra. *O Brasil, em quantidade, ostenta o maior território ininterrupto sob o mesmo governo uno e indivisível, e, essa originalidade geográfica é completada por outra, de ordem histórica, que demonstra a brandura excepcional de costumes e o senso jurídico da raça.*¹²⁹ (Os grifos são meus).

Assim, o *Jornal do Comércio* da cidade do Rio de Janeiro, à época (1922) capital da República, fundado cinco anos após a “Independência” do Brasil, fazia do seu editorial alusivo aos 100 anos da “dita-independência” o apelo à nação chamada “Brasil”.

¹²⁸ *Jornal do Comércio*. Edição comemorativa do 1º centenário da Independência do Brasil. Rio de Janeiro. 07 de setembro de 1922, p. 1.

¹²⁹ *Ibidem*

A construção do Brasil como nação em 1922, mesmo depois de 33 anos de República e 100 anos de Independência, ainda era uma promessa para o futuro, fruto do pensamento positivista tomado de empréstimo pela República das Letras e dos Militares. Por trás da nação república e de seus “republicanos históricos”, de pouca ideologia construtiva e muita sede de poder, encimados ambos pela farda ameaçadora e necessária à manutenção da nação “Una e Indivisível”, escondia-se um poder muito mais imponente e exigente: a sempre pomposa elite latifundiária e os novos ricos que se formavam, advindos do processo de industrialização e internacionalização do capital,¹³⁰ promovido pela Revolução Industrial na Inglaterra e ancorada no pensamento ideológico da Revolução Francesa. Assim é que a República liberal brasileira andaria de mãos dadas com o pensamento do Auguste Comte de “Ordem e Progresso”¹³¹, pensamento este calcado em uma sociedade de homens fundamentada por uma crença na própria humanidade, no que se chamaria de sua fase positiva após as fases teológicas e metafísicas, e alicerçada em uma estrutura hierárquica rígida de subordinação, na qual existiriam sempre as classes líderes e as classes subalternas — tudo isso combinado a uma “situação” feliz que, por sua “ordem”, levaria necessariamente ao “progresso”. De lá pra cá, o século XX assistiu ao positivismo, com os filtros necessários — pois os pobres e os miseráveis são apenas peças desconsideráveis à ordem e o progresso —, tornar-se parte do repertório das elites e da construção do imaginário provedor de práticas culturais suaves que não ameaçassem a nação *Una e Indivisível - o Brasil*.

¹³⁰ Sobre isto ver WEBER, João Hernesto. *A Nação e o Paraíso*. Op. Cit. Ver também FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*, op. cit. Outras duas obras interessantes são: GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986 e ALMADA, Vilma Paraíso. *Escravidão e Transição*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

¹³² Ver JÚNIOR, João Ribeiro. *O que é positivismo*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

Então, não seria apenas coincidência que o *Jornal do Comércio* em 1922, como já citamos anteriormente, diria que “ (..) o Brasil, em quantidade, ostenta o maior território ininterrupto sob o mesmo governo uno e indivisível, e essa originalidade geográfica é completada por outra, de ordem histórica que demonstra a brandura excepcional de costumes e o senso jurídico da raça.” O que o *Jornal do Comércio* oblitera são as outras faces da construção da nação; a face por exemplo das inúmeras revoltas e tentativas de ruptura que foram implodidas por um remédio amargo — a repressão armada e militarizada. O aparelhamento burocrático e militar do Império Brasileiro — construído até os dias atuais pelas representações possíveis e impossíveis, como peças fundamentais de uma grande nação — tem servido até então para reprimir as tensões e rupturas inerentes a uma nação mapeada por inúmeras diferenças sociais, étnicas e culturais; onde o resultado deveria ser um único amálgama pronto para ser civilizada à moda européia, dominado por uma elite ávida de poder e riquezas. Cabe então perceber a criação e manutenção destes mecanismos de opressão, estas ferramentas de normatização, criando os *sujeitos disciplinares*, ou a “*brandura da raça*” que persiste até os dias de hoje.¹³²

O ano de 1922 assistiria ao início dos movimentos de rebeldia contra uma República que já se tornara velha e decadente, vincada por guerras como a de Canudos e a do Contestado. Assistiria também à explosão do Modernismo e à morte do romancista Carioca Afonso Henriques de *Lima Barreto*, um dos últimos boêmios das letras. Lima Barreto foi um pobre que queria ser literato reconhecido, porém sua denúncia paródica direta, chocando-se contra o mármore institucional, não o permitiria.

¹³² Sobre o sujeito disciplinar, ver FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis. Vozes, 1997.

Lima Barreto, o Boêmio das Letras, escritor que através do jogo paródico que se estabelece entre o real e o caricatural destruiria em seu tempo a nação do capital, que se instalava. Denunciava a república dos militares e as inúmeras atrocidades cometidas em seu nome. Em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, nosso autor faria uma análise aterradora do Marechal de Ferro, Floriano Peixoto:

Uns trapos de positivismo se tinham colado naquelas inteligências e uma religiosidade especial brotara-lhes no sentimento, transformando a autoridade, especialmente Floriano e vagamente a República, em artigo de fé, em feitiço, em ídolo mexicano, em cujo altar todas as violências e crimes era oblatas dignas e oferendas úteis para a sua satisfação e eternidade.

O cadete lá estava...

Quaresma pode então ver melhor a fisionomia do homem que ia enfeixar em suas mãos, durante quase um ano, tão fortes poderes, poderes de Imperador Romano, pairando sobre tudo, limitando tudo, sem encontrar obstáculo algum aos seus caprichos, às suas fraquezas e vontades, nem nas leis, nem nos costumes, nem na piedade universal e humana.

Era vulgar e desoladora. O bigode caído; o lábio inferior pendente e mole a que se agarrava uma grande “mosca”, os traços flácidos e grosseiros; não havia nem o desenho do queixo ou olhar que fosse próprio, que revelasse algum dote superior. Era um olhar mortiço, redondo, pobre de expressões, a não ser de tristeza que não lhe era individual, mas nativa de raça; e todo ele era gelatinoso – parecia não ter nervos.¹³³ (Os grifos são nossos)

Lima Barreto destruía os heróis de tinta e papel da “nação forjada” em seu campo de luta – nas letras –, no território onde o arquétipo dos heróis eram montados. Lima Barreto escreve com nitroglicerina nas penas, pois sua análise dura e impiedosa com o regime que viu crescer concomitantemente consigo próprio – pois nascera em 1881, oito anos antes do advento da República, lhe trariam inevitáveis conseqüências, vejamos nas palavras de João Hernesto Weber, em *Caminhos do Romance Brasileiro*:

¹³³ BARRETO, Lima. *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Ática, 1997, p. 130.

(...) Lima Barreto corre o risco e enfrenta o desafio. Investe contra o poder, desmascarando-o; investe contra a República das Letras, afrontando seus códigos de escrita, investe contra o modernismo dos segmentos emergentes, recortando em sua obra um Rio de Janeiro em que os subúrbios e os antigos passeios integram a própria personalidade das personagens de sua simpatia. Correu o risco e, bem o sabemos, foi alvo do silêncio oficial, quando não do ataque de uma crítica aliada ao oficialismo. Correu o risco e foi vítima pessoal da sociedade podre que denunciava. Deixou-nos, contudo, o exemplo, e a surda e obstinada esperança de que esse país pode vir a ser outro.”¹³⁴

A demolição de seu tempo através dos seus escritos, foi fruto de sua exclusão da sociedade; da nação do capital, da república dos ricos que não quer pensar em um lugar digno para os pobres. Desta forma, sua tradição antiufanista o levaria à reflexão do protagonista do romance, no mesmo *Triste Fim de Policarpo Quaresma*:

E, bem pensado, mesmo na sua pureza, o que vinha a ser a Pátria? Não teria levado toda a sua vida norteadas por uma ilusão, por uma idéia a menos, sem base, sem apoio, por um Deus ou uma Deusa cujo império se esvaía? Não sabia que essa idéia nascera da amplificação da crença dos povos greco-romanos de que os ancestrais mortos continuariam a viver como sombras e era preciso alimentá-las para que eles não perseguissem os descendentes? Lembrou-se do seu Fustel de Coulanges... Lembrou-se de que essa noção nada é para os Menenânã, para tantas pessoas... Pareceu-lhe que essa idéia como que fora explorada pelos conquistadores por instantes sabedores das nossas subserviências psicológicas, no intuito de servir às suas próprias ambições...¹³⁵

Mas, embora as tentativas ainda pouco estudadas, como as de Lima Barreto sobre a nação e suas implicações, o século XX assistiu à ainda viva construção da nação. A história e a literatura não ficavam fora deste contexto. Falo da história oficial e da nação excludente à nação plural de Machado de Assis, Antonio Candido, Alfredo Bosi e a

¹³⁴ WEBER, João Hernesto. *Caminhos do Romance Brasileiro*. Op, Cit, p, 84.

¹³⁵ BARRETO, Lima. Op. Cit, p. 175.

história dos excluídos.¹³⁶ O Brasil fora pensado e idealizado, e poucos pensaram em destruir esta concepção de Brasil destinado aos poucos e de sociedade das impiedosas desigualdades sociais. Lima Barreto o fizera, mas foi destruído por ela, consumido pela mente que pensou em demasia sobre as mazelas da sociedade em ruínas, querendo ser aquela *nação una e indivisível*. Lima Barreto, como já foi dito, morreria em 1922, ironia ou não, data do centenário da independência da nação, data da edição comemorativa do *Jornal do Comércio*, nação que tanto contestara em obras como *Triste Fim de Policarpo Quaresma* e *Os Bruzundangas*.

O antiufanismo como modalidade discursiva literária foi a tarefa que um escritor do final do século XX, roteirista de cinema e crítico da revista *Veja*, Diogo Mainardi, assim como Lima, também empreendeu. Em 1998 publica *Contra o Brasil* pela Companhia das Letras.¹³⁷ Um livro com um texto de 214 páginas divididas em 50 capítulos de quase sempre quatro páginas; por vezes parece um roteiro de cinema com a descrição das cenas para cada ato. O enredo tem por objetivo traçar um perfil do que é o Brasil, com base nas afirmações negativas acumuladas até os dias atuais por viajantes e pensadores, principalmente os estrangeiros, um Brasil visto de fora e pela ótica de uma pretensa catarse de degradação e rebeldia antiufanista. A história passa através do protagonista *Pimenta Bueno* que, após incendiar alguns mendigos, foge para o interior do Brasil, dando início a uma expedição que o colocará em busca da tribo Nambiquara;

¹³⁶ Em *A Nação e o Paraíso. A construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira*, João Hernesto Weber analisa o sentimento íntimo de Machado de Assis, no *Instinto de nacionalidade* de 1873, como uma possibilidade de abertura a uma pluralidade, algo que não descarta o antigo, mas tampouco adere ao moderno. Machado implodia o continuum da nação, tarefa que seria retomada mais tarde por Alfredo Bosi, Roberto Schwarz, e Antonio Candido, a geração dos setenta, estabelecendo-se assim um arco centenário entre dois momentos de encontro com uma nação plural, o sentimento íntimo de Machado e a geração dos setenta do século XX.

¹³⁷ MAINARDI, Diogo. *Contra o Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

indígenas que na década de 30 levaram o etnólogo francês Claude Lévi-Strauss a estabelecer um diálogo com o pensamento de Rousseau acerca do “bom selvagem”. Ora, aqui está a artimanha de “*Contra o Brasil*”, aquilo que o denuncia como um texto baldio de criatividade é justamente o fato do enredo ser quase uma cópia de “*Tristes Trópicos*” de Lévi-Strauss, livro este publicado na década de 50 e que relata a aventura do etnólogo pelo interior do Brasil na década de 30.¹³⁸

O jovem intelectual francês junta-se ao grupo de professores franceses que vêm a São Paulo trabalhar na implantação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da recém nascida USP. Fora do período letivo, Lévi-Strauss adentraria o interior do Brasil para aprofundar suas pesquisas etnográficas, em busca do “selvagem” sem contato com o homem branco civilizado, do “Estado Natural” de que falaram Diderot e Rousseau. Neste ínterim é que aconteceria o encontro com os Nambiquara, resultando em páginas magistrais acerca da condição humana. Diogo Mainardi apropria-se da leitura de Lévi-Strauss sobre o Brasil através de *Tristes Trópicos*, adicionando às análises de Lévi-Strauss outros relatos de viajantes sobre o Brasil, que passam a ser citados pelo protagonista enquanto a aventura se desenrola, em um pseudo exercício catártico de degradação e pretensiosamente antiufanista, antiufanismo que verdadeiramente seria expresso em obras como *Os Bruzundangas* de Lima Barreto, e que iremos descortinar mais adiante.

O objetivo aqui, será o de justamente, através destes discursos, traçar as relações necessárias com a invenção da nação à moda européia, embalados por um fado português enquanto que ao fundo repicavam os tambores ingleses e, à frente do cortejo – os novos e antigos ricos imaginando o Brasil, trazendo embaixo dos braços a ideologia das livrarias

¹³⁸ Ver, LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. São paulo: Cia das Letras, 1996.

francesas. Desconstruir estes imaginários, perceber as ameaças que surgem no presente criando novos imaginários que perpetuam as mesmas elites contrárias ao processo de avanço em direção a uma sociedade mais justa e organizada. Ora, que existam pobres ou os que têm pouco correndo o risco de não terem nada, isto é realidade, não é imaginação.

Afinal o próprio Claude Lévi-Strauss diria:

Mas a injustiça, a miséria e o sofrimento existem; fornecem um tempo mediador a essa opção [ao referir-se às práticas egoístas de esquecimento do outro]. Não estamos sozinhos, e não depende de nós permanecermos surdos e cegos aos homens ou professarmos exclusivamente a humanidade em nós mesmos.¹³⁹

Analisar os discursos de nação e sua construção sob a ótica da leitura de Diogo Mainardi em *Contra o Brasil* e a obra magistral de Lévi-Strauss, “*Tristes Trópicos*”, imbricadas com as letras de um boêmio das letras – Lima Barreto. Aí sendo necessário trocar previamente uma história das idéias que cercam a construção de como se configura as noções de “nação” adaptadas ao processo excludente de uma equação nefasta, onde as proporções são inalteráveis: poucos ricos e muitos pobres. Até podemos inferir que a mudança desta equação tornaria inviável a existência do Brasil, pois o Brasil, antes de mais nada, é o resultado desta equação.

As heterogeneidades discursivas da nação devem aqui ser observadas, trazidas à tona, absorvidas e discutidas. O que nos inquieta é o desconhecimento da invenção e construção da nação para que se constitua a sociedade atual da forma como ela se

¹³⁹ LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. Op. cit., p.389.

manifesta. Afinal por onde se pode pensar a nação? Como se vê, nessa dissertação não pretendo discursar amplamente sobre os conceitos de nação e nacionalidade, mas penso que é interessante refletir sobre algumas tentativas, como a de Eric Hobsbawm:

(...) Foi a França que fez suas revoluções e a elas deu suas idéias, a ponto de bandeiras tricolores de um tipo ou de outro terem-se tornado o emblema de praticamente todas as nações emergentes, e as políticas européias (ou mesmo mundiais), entre 1789 e 1917, foram em grande parte lutas a favor e contra os princípios de 1793. A França deu o primeiro grande exemplo, o conceito e o vocabulário do nacionalismo. A França forneceu os códigos legais, o modelo de organização técnica e científica e o sistema métrico de medidas para a maioria dos países. A ideologia do mundo moderno atingiu, pela influência francesa, as antigas civilizações que até então resistiam às idéias européias.¹⁴⁰

Francisco Moraes Paz, no ensaio *Na Poética da História: a realização da utopia nacional oitocentista*, faria a seguinte análise:

Em suma, o tema do nacionalismo aflora em diferentes momentos, como que a revelar o próprio espírito oitocentista. *Fenômeno maior da história européia do século XIX, podemos tomá-lo como questão fundamental para a sociedade contemporânea*, embora o termo tenha sido usado com diferentes sentidos. Ao tratar da ideologia nacionalista, Raoul Tiradei observa que o adjetivo nacionalista (nationalist), de origem inglesa, remonta ao início do século XVIII, antecipando-se ao substantivo nacionalismo (nationalism). Este aparece na língua francesa no final do século XVIII, em texto de Abade Bauwel-Méroires pour servir a l’histoire de jacobinisme, de 1798 – denunciando a imoralidade do patriotismo jacobino.¹⁴¹ (O grifo é meu).

¹⁴⁰ HOBBSAWM, Eric. *A Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 7-8.

¹⁴¹ PAZ, Francisco Moraes. *Na poética da história. A realização da utopia nacional oitocentista*. Curitiba: Editora da UFPR, 1996, p. 79-80.

Se Francisco Moraes, com uma proposta mais modesta, veria o tema do nacionalismo como questão fundamental (e, por isso, possível de discussão) para a sociedade contemporânea, Eric Hobsbawm vê a nação como invenção, como uma tradição inventada¹⁴².

Outra tentativa de explicar a nação é a de Raúl Antelo:

(...) Da mesma forma, a idéia de nacional não nos permite isolar objetos que, a rigor, possamos chamar de nacionais. Não há esses objetos. Existe o nacional como dimensão peculiar e semovente de mundo simbólico. É a oficialização de nacional que confunde, assim, nacional e natural e, em última análise, nacional e real quando, na verdade, deveríamos entender que o nacional não pressupõe um dado espontâneo mas uma identidade socialmente construída. O nacional é uma representação ou, em outras palavras, o nacional é uma tradução daí que longe de ser contínua, a transmissão do nacional aja por intermitência e por descontinuidades.¹⁴³

Então, segundo Raúl Antelo, o nacional é uma representação, e como tal também o é, como tradição inventada, e sendo assim não atua de forma contínua, mas por descontinuidades, por rupturas. A identidade nacional passaria pela construção social, enquanto que os objetos nacionais não existem, mas fazem parte apenas de um mundo simbólico.

As nossas certezas, sobre nações e nacionalismo, fazem parte de um material imaginário, que veicula em nossas mentes através das representações e práticas culturais imanentes a uma tradição inventada. O que é a nação foi a indagação que João Hernesto Weber, em *A Nação e o Paraíso*, também se fez:

¹⁴² HOBBSBAWM, Eric e RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

¹⁴³ ANTELO, Raúl. *Algaravia. Discursos de Nação*. Florianópolis: UFSC, 1998, p. 12.

O que é uma nação? Comunidade com uma mesma tradição histórica, assentado na existência de uma mesma língua, de uma religião e etnia comuns, de uma experiência sociocultural homogênea, e na existência de um território socialmente compartilhado? Uma nação é uma entidade objetivamente demarcada por “fronteiras”— lingüísticas, culturais, territoriais em relação ao “outro”? Que é a resultante imaginária de um conjunto de seres que se supõem integrantes de uma determinada nacionalidade, constituída por aqueles que unidos em torno de algumas fidelidades subjetivamente instituídas, desejaram, em algum momento, integrar uma nação? O Brasil é a sua natureza, o indígena, as florestas, o português, o negro, o branco pobre, o latifúndio, ou o Brasil foi historicamente imaginado por quem detinha o poder, através da seleção, em diferentes momentos, de um receituário nacionalista capaz de criar identidades para além das diferenças de classe, raça, região, etc...? ¹⁴⁴

Diante deste recorte conceitual. Como afirmar, então, o que é a nação? Preferimos ficar com o texto que nos diz mais de perto. João Hernesto Weber não a colocaria em nenhum conceito monolítico, nem tampouco chegaria a um consenso final sobre o que é a nação brasileira. Analisando as discursividades em torno da questão, o que parece ficar claro é seu entendimento como invenção, como construção, embora haja que se considerar o quanto as representações do que vem a ser a realidade acabam determinando as práticas sociais que tornam invisíveis os processos simbólicos que mantêm a invenção da nação como algo sólido, palpável e portanto permanente na contemporaneidade. Eric Hobsbawm, em suas análises sobre os termos Nação e Nacionalismo, caminha em torno de uma indefinição destes termos. Assim, não consideraria a “nação” como uma entidade social originária ou imutável. “A ‘nação’ pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente. Ela é uma entidade social apenas quando relacionada a uma

¹⁴⁴ WEBER, João Hernesto. *A Nação e o Paraíso*. Florianópolis: UFSC, 1998, p. 13 .

certa forma de Estado territorial moderno, o ‘Estado-Nação’, e não faz sentido discutir nação e nacionalidade fora desta relação.”¹⁴⁵

A indefinição parece mesmo perseguir uma possibilidade hermética de trancafiar nações e nacionalismo dentro de um conceito único. Ainda Eric Hobsbawm, em seu *Nações e nacionalismo desde 1780*, após verificar que as tentativas objetivas e subjetivas de definição dos termos foram infrutíferas, diz o seguinte:

Assim, nem a definição subjetiva nem a objetiva são satisfatórias, e ambas são enganosas. Em qualquer caso, o agnosticismo é a melhor postura inicial de um estudioso nesse campo, e portanto este livro não possui uma definição *a priori* do que constitui uma nação. Como hipótese inicial de trabalho, trataremos como nação qualquer corpo de pessoas suficientemente grande cujos membros consideram-se como membros de uma “nação”. No entanto, não se pode estabelecer se esse corpo de pessoas considera-se ou não desta maneira simplesmente consultando escritores ou porta-vozes políticos de organizações que demandam o *status* de “nação” para aquele corpo. O aparecimento de um grupo de porta-vozes de alguma “idéia nacional” não é insignificante, mas a palavra “nação” é atualmente usada de forma tão ampla e imprecisa que o uso do vocabulário do nacionalismo pode significar, hoje, muito pouco.¹⁴⁶

Então, como entender o processo contínuo de invenção da nação brasileira até os dias atuais, não passando pela transição do Estado ao nacionalismo e só depois à nação? O recém-criado Estado brasileiro, por ocasião da sua independência, inventa a nação antes mesmo do nacionalismo. É bom que se diga, porém, que discutir Nação e Nacionalismo hoje é tarefa já facilitada pela crítica e arsenal teóricos consubstanciados pelas ciências sociais ao longo do breve século XX. Por outro lado, já nos idos do 1950, como se viu e convém repetir, Astrojildo Pereira escrevia motivado pelo instinto nacionalista que

¹⁴⁵ HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780. Programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 19.

¹⁴⁶ Ibid., p. 18 .

açambarcava a todos. Era a época de se comemorarem os avanços da tecnologia e da ciência, do centenário da *Origem das espécies* de Charles Darwin ¹⁴⁷, em uma sociedade que vivia sob os auspícios das teorias positivistas do século XIX, o que até os dias atuais ainda marca de forma reticente - porém altamente operacionalizada - as políticas públicas brasileiras. Astrojildo Pereira veria desta forma a chamada Nação :

(..) Conforme nos ensina Stálin, “a nação não é somente uma categoria histórica, mas uma categoria histórica de uma época determinada, a época do capitalismo ascendente. O processo [...] de desenvolvimento do capitalismo é ao mesmo tempo um processo de unificação das populações em nação”. Deste mesmo autor é a seguinte definição dos contornos acabados de uma nação: “A nação é uma comunidade estável, historicamente formada, que tem sua origem na comunidade de língua, de território, de vida econômica e de conformação psíquica que se manifesta na cultura comum”. ¹⁴⁸

Como se constata, acreditar nos conceitos de Nação era uma constante na época de Astrojildo, ainda mais que o stalinismo soava como uma redenção para os intentos de uma sociedade igualitária (hoje já sabemos que a sociedade igualitária de Stálin pode ser considerada apenas mais uma falácia); e nada mais adequado, à época, que Stálin servisse de referência aos socialistas marxistas para se pensar as questões acerca da nação brasileira. Dentro destes critérios sociológicos, o mesmo Astrojildo diria que só a partir da década de 70 do século XIX é que começam a se articular as condições necessárias para a formação da nação brasileira. É evidente que, atualmente, fica mais fácil discutir o conceito, e até pensar acerca da sua formação, e indagar mesmo com dúvidas quais os verdadeiros caminhos do que se designa ou ainda, especificamente, o que aqui

¹⁴⁷ Ver MELLO, Manoel Caetano B. *O centenário da origem das espécies*. 1859-1959. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

¹⁴⁸ PEREIRA, Astrojildo. *Machado de Assis*. Op. Cit, p, 64.

identificamos como nação brasileira. O estudo sobre *imaginário e representação* proporcionados por alguns pensadores como Castoriadis, revelam uma possibilidade:

(..)À nação pertence a função de identificar por referência triplicemente imaginária a uma “história comum” – triplicemente porque essa história é só passado, porque não é tão comum, enfim o que dela é sabido e serve de suporte a esta identificação coletivamente na consciência das pessoas, é mítico em sua maior parte.¹⁴⁹

Interessante foi constatar como um escritor do século XIX já pensava acerca das condições imaginárias da nação. E, sobre esta referência imaginária de forma tríplice em que se forjam as nações modernas, citada acima por Castoriadis, ele já teria escrito nas suas crônicas, desta história que *é só passado, que não é tão comum e o que serve de suporte é mesmo mítico em sua maior parte*. Numa crônica de 11 março de 1894, acerca da invenção da nação a partir da descoberta de uma ilha isolada (a ilha de Trindade) diria:

Eu, entrando que fosse na ilha, começava por não sair mais dela; far-me-ia rei sem súditos. Ficaríamos três pessoas, eu, a rainha e um cozinheiro. Mais tarde, poetas e historiadores concordariam em dizer que as três pessoas da ilha é que deram ocasião ao título desta; a diferença é que os poetas diriam a cousa em verso, sem documentos, e os historiadores *di-la-iam em prosa com documentos*.¹⁵⁰ (o grifo é meu)

Ao final da crônica, o nosso bruxo já veria, no século passado, os perigos de uma dama loureira (como ele a chamaria em *Memórias Póstumas*)- a história oficial- ao alimentar-se dos restos do tempo: *Ex fumo dare lucem*. Ao que tudo indica, Machado abre portas para se discutir uma histórias nacional, e o quanto esta dama loureira pode encerrar de controvérsias quando a serviço de apenas alguns que a contam através de seus

¹⁴⁹ CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 179 .

¹⁵⁰ ASSIS, Machado de . *Crônicas Escolhidas*. São Paulo: Publifolha, 1994, p. 79.

documentos, transformando-a na luz que fica na fumaça restante do que já passou. Uma luz que ilumina apenas alguns caminhos – o das elites donas desta história. Ora, sobre o que passou pode-se criar e inventar, usar a imaginação, inaugurando o mito para novas nações, na fumaça restante da faísca em seu instante de realidade – o relato histórico.

2- *LITERATURA CONTRA O BRASIL*

Como se anunciou anteriormente, neste capítulo queremos analisar os discursos antiufanistas ou a literatura contra o *Brasil*¹⁵¹ de Lima Barreto e Diogo Mainardi, Mainardi nasceu em 1962. É autor de *Malthus* (1989), *Arquipélago* (1992) e *Polígono das Secas* (1995), todos publicados pela Companhia das Letras. Aqui nos cabe analisar sua última publicação *Contra o Brasil*, em 1998, também pela Companhia das Letras. Como já vimos, o autor neste último trabalho, se utiliza da leitura de *Tristes Trópicos* de Lévi-Strauss para montar seu enredo. O protagonista da história – Pimenta Bueno, não é fruto de uma imaginação criadora; mas um nome retirado da obra de Lévi-Strauss que denomina um rio na selva amazônica. A composição de *Contra o Brasil* é muito simples e pode ser pensada em três pontos:

¹⁵¹ O nome Brasil (documentado desde o século XII, pelo menos, com a denominação – segredosamente guardado – do lugar mítico de onde provinham as madeiras para tingir; ou as terras das delícias, a terra dos prazeres) passou a ser atribuído pelos invasores à nova terra de onde iria se retirar a madeira denominada então de pau-brasil pela tintura que proporcionava. Sobre isto ver Lévi-Strauss, Claude. Op. Cit, p. 78. Ver também BUENO, Eduardo. *A viagem do descobrimento*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1998, p. 13.

1) A conduta do protagonista, Pimenta Bueno, é calcada no pensamento de Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala*. O personagem se utiliza erroneamente dos conceitos do renomado sociólogo, passando todo o enredo a exercer uma história enxertada de depravação sexual. Como se Gilberto Freyre fizesse apenas dizer que o brasileiro é antes de mais nada um mestiço sensual e depravado destinado a vida inteira a abusar das mulheres e principalmente dos serviçais; ou ainda – um rico a abusar sexualmente dos pobres.

2) O enredo é marcado pelas inúmeras citações do protagonista sobre viajantes estrangeiros e suas observações sobre o Brasil. Em todas as citações a conotação é a mesma – a crítica corrosiva e destrutiva com tudo aquilo que for relacionado com o que se pensa ser uma nação brasileira. Deve-se fazer aqui algumas ressalvas:

a) não se pode retirar de vários autores apenas os aspectos negativos e criar assim um pensamento monolítico – assim todos os viajantes estrangeiros sempre falam mal do Brasil, é a máxima que se tira disto.

b) Não é possível apenas pensar o que se chama Brasil pelas observações e anotações dos viajantes estrangeiros; mas é oportuno não deixar de considerá-las como fontes importantes de compreensão do processo histórico de invenção da nação brasileira, que assim encerram um dos pontos de vista das inúmeras faces do prisma histórico.

c) Os relatos dos viajantes combinados com as outras fontes vão compor o quadro aproximado de plausibilidade necessária para o relato histórico. É necessário dizer que os relatos dos viajantes vão muito além da conotação que lhe é dada em *Contra o Brasil*. Ricardo Piglia, ao se referir a literatura argentina, faria referência à “la mirada estrábica”,

como se um olho fosse dirigido para a inteligência européia e o outro para as entranhas da pátria¹⁵². Mas talvez seja possível, além desta mirada estrábica, voltar amplamente o olhar, no escopo de penetrar as mazelas de uma nação em ruínas, que é tão nova e tão decadente; sem mágoas e ressentimentos. O que não é possível é forçar uma única saída, criando um bloco de pensamento fechado em torno dos impropérios “*Contra o Brasil*”, retirados muito (des)cuidadosamente dos inúmeros relatos de viajantes estrangeiros.

3) A história de Pimenta Bueno é uma imitação dos passos do etnólogo Lévi-Strauss em “*Tristes Trópicos*”. Uma das técnicas de que se utiliza para encher as quase sempre quatro páginas de seus capítulos é o roteiro, onde seu protagonista vai beber de forma equivocada nos relatos dos viajantes. Mas o que inquieta a mente é como o livro pode conduzir a uma leitura superficial de uma das obras primas de Lévi-Strauss – “*Tristes Trópicos*”. As citações, é claro, são fidedignas; a sua forma de apropriação é que é colocada em dúvidas. As alternativas à leitura de *Tristes Trópicos* dadas por Diogo Mainardi em *Contra o Brasil* podem ser fundamentadas em algumas considerações a saber:

a) Em *Contra o Brasil* aparecem apenas alguns tomos de *Tristes Trópicos*; Diogo Mainardi utiliza-se da seqüência São Paulo – Nambiquara – a volta (a apoteose de Augusto), ficando à margem a maior parte dos relatos de viagens e impressões de Claude Lévi-Strauss, como o contato com os Cadieu. Sobre esses o etnólogo diria:

¹⁵² PIGLIA, Ricardo. “Memória y ficción”. Congresso Abralic. 2. Belo Horizonte, 1990. In: *Anais*. Belo Horizonte. UFMG. 1991, p. 61.

(...) Adorável civilização, cujo sonho as rainhas contornam com suas pinturas faciais: Hieróglifos que descrevem uma inacessível idade de ouro que, à falta de código, ela celebram em seus adereços e cujos mistérios elas desvendam ao mesmo tempo que a própria nudez.¹⁵³

Ou ainda, sobre os bororos

(...) Com os bororos, eu me convencera do grau excepcional de requinte, no plano sociológico e religioso, de tribos consideradas outrora como dotadas de uma cultura muito rude. Estávamos conhecendo os primeiros resultados das pesquisas de um alemão hoje falecido, Kurt Unkel, que adotara o nome indígena de Nimendaju e que, após anos passados nas aldeias do Brasil central, confirmava que os Bororo não representam um fenômeno à parte, mas antes a variação de um tema fundamental que é comum a eles e a outros povos. O cerrado do Brasil central estava, pois ocupado, por quase 2 mil quilômetros de extensão, pelos sobreviventes de uma cultura notavelmente homogênea, caracterizada por um idioma diversificado em dialetos da mesma família, um nível de vida material relativamente baixo, contrastando com uma organização social e um pensamento religioso muito desenvolvido.¹⁵⁴

b) Diogo Mainardi não deixaria, é claro, de ver Claude Lévi-Strauss como “uma figura essencial para a compreensão do Brasil.”¹⁵⁵ Pena que o uso que acaba fazendo dele e dos *Tristes Trópicos* acabe sendo apenas um exercício hermeticamente fechado de catarse de degradação.

De certo que Diogo Mainardi centra sua atenção no encontro dos Nambiquara com Lévi-Strauss, deixando de lado o encontro com Cadieus, Bororos, Tupi-Cavaíbas, parecendo dar ênfase na colocação da sociedade Nambiquara como primitiva e atrasada. Mas deixa de citar as páginas magistrais que resultam do encontro dos índios Nambiquara com Lévi-Strauss.

¹⁵³ Lévi-Strauss. Op. Cit, p. 186.

¹⁵⁴ Ibidem. p. 235.

¹⁵⁵ Mainardi, Diogo. *Contra o Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 11

O homem natural não é anterior nem exterior à sociedade. Cabe-nos encontrar sua forma, imanente ao estado social fora do qual a condição humana é inconcebível; portanto, traçar o programa das experiências que “seriam necessárias para chegar a conhecer o homem natural” e determinar “os meios de realizar essas experiências no seio da sociedade”.¹⁵⁶

Ora, é evidente e claro para qualquer um que tenha lido com reflexão “*Tristes Trópicos*”, que o encontro com os Nambiquara marcou profundamente Claude Lévi-Strauss, transformando o embate etnológico em uma obra universal, sem fronteiras, discutindo a condição humana e sua imanência ao estado social. O homem natural de Jean Jacques Rousseau não pode ser mais do que apenas seres humanos como os Nambiquara também o são, apenas e unicamente humanos, marcados pela maldita e enigmática condição humana. Assim o uso ficcional que faz Diogo Mainardi das palavras de Lévi-Strauss não me parecem exatamente corretos. A referência que faz o autor com relação aos Nambiquara possuírem menos significado que uma melodia de Chopin é totalmente inverídica. Claude Lévi-Strauss não disse isto em *Tristes Trópicos*, talvez fosse mais fácil pensar o texto de *Contra o Brasil* apenas como ficção, porém esta ficção foi escrita por Diogo Mainardi e isso faria a diferença.

c) *Tristes Trópicos* revela a face de um país aos olhos de um estrangeiro, um viajante, um etnólogo. As mazelas de uma sociedade fundamentada na elisão dos personagens periféricos, aí também patrocinados pelos meios de formação de representações e práticas sociais adequadas ao processo excludente – entre esses, as letras

¹⁵⁶ Lévi-Strauss, Claude. Op. Cit, p. 370-71

que comandam a linguagem que é sempre pretenciosamente nacional. A própria USP que ainda comanda as vias das idéias do que se chama Brasil, seria vista desta forma:

(...)O erro de George Dumas foi nunca ter tomado consciência do caráter verdadeiramente arqueológico dessa conjuntura. *O único Brasil* que ele soube seduzir (e, que uma breve passagem pelo poder iria conferir a ilusão de ser o verdadeiro) foi o daqueles proprietários rurais que deslocavam progressivamente seus capitais para investimentos industriais com participação estrangeira, e que procuravam uma cobertura ideológica num parlamentarismo de bom tom; aqueles mesmos que nossos estudantes descendentes de imigrantes recentes ou de aristocratas ligados à terra e arruinados pelas flutuações do comércio mundial, chamavam com rancor de ‘grã-finos’, ou seja, a nata.¹⁵⁷ (O grifo é meu)

Com relação aos estudantes, aos seus alunos na USP, Lévi-Strauss diria:

Nossos estudantes queriam saber tudo; mas, em qualquer campo que fosse, só a teoria mais recente parecia merecer-lhes a atenção. Fartos de todos os festins intelectuais do passado, que aliás só conheciam por ouvir dizer, já que não liam as obras originais, conservavam um entusiasmo sempre disponível pelos pratos novos. (...) no entanto, a erudição, da qual não tinham o gosto nem o método, parecia-lhes, mesmo assim, um dever; de modo que suas dissertações consistiam, qualquer que fosse o tema, numa evocação da história geral da humanidade desde os macacos antropóides, para terminar, por meio de algumas citações de Platão, Aristóteles e Comte, na paráfrase de um polígrafo enfadonho e cuja obra tinha tanto mais valor, na medida em que, por sua própria obscuridade, era bem possível que nenhum outro tivesse a idéia de pilhá-lá.¹⁵⁸

É retornar à lição. Os “brasileiros” citam e aplaudem, mas pouco estudam e refletem. Lévi-Strauss chamaria a atenção para esse “detalhe”; mas ao longo dos anos ele mesmo como fundador –docente da recém-criada USP (1934) pela elite paulista, acabaria no final do século XX, condenado por este processo ainda imutável. Hoje ele é citado ,

¹⁵⁷ Ibidem. p. 18-19

¹⁵⁸ Ibidem. Pág. 98-99

porém pouco lido e tensionado pelas cordas da reflexão tão necessárias ao processo do conhecimento.

A etnologia de Lévi-Strauss dissolveu o ser humano, para acabar com sua positividade pensada das ciências humanas e introduzi-lo na esfera dos acontecimentos, onde seria consumido pelas intempéries da mesquize da condição humana.

O Brasil de Claude Lévi-Strauss é um país que aparece sem barreiras, pois da autoridade de estrangeiro e intelectual, Lévi-Strauss pode avaliar com mais liberdade as condições reais da terra que via e relatava em seus trabalhos. Por outro lado, outros relatos necessariamente ou não, acabavam por adotar outras estratégias. Entre estes estratagemas as peripécias enigmáticas de Machado de Assis ao retratar o Brasil e sua história, e a denúncia paródica desesperada de Lima Barreto, ou ainda o roteiro do confuso antiufanismo de Diogo Mainardi.

O texto de Diogo Mainardi teve uma recepção contraditória por parte da crítica.

Miguel Sanches Neto da Revista BRAVO, no artigo *Desconstruindo Macunaíma* diz que “o livro trabalha com a idéia macunaímica do herói sacana e sem nenhum caráter, mas sem nenhuma idealização poética. Pimenta Bueno poderia ser uma síntese histórica do homem nacional, que chegou ao nosso país para enriquecer e, assim que possível, voltar à civilização.”¹⁵⁹

Miguel Sanches colocaria o livro *Contra o Brasil* como um salutar exercício de reflexão onde o autor – Diogo Mainardi, não perdoa o malandro, o oportunista e o preguiçoso, enaltecidos como elementos definidores de nossa sociedade. Para ele, toda

¹⁵⁹ NETO, Miguel Sanches. Desconstruindo Macunaíma. In: *Revista BRAVO*. SP, novembro 98. Ano 2. Nº 14, p. 117.

essa mitologia é uma barreira para o progresso.¹⁶⁰ O que se pode dizer da crítica “*Desconstruindo Macunaíma*” é que ela é antes um texto de divulgação do livro do que propriamente uma “crítica”. Com relação à visão macunaímica de herói, é totalmente pertinente – aqui então, fica estabelecido mais um ponto de imitação e não de criação; ou seja, a visão do herói sacana é tomada de empréstimo à imaginação criadora de Mário de Andrade em *Macunaíma* pela ausência desta mesma imaginação em *Contra o Brasil* de Diogo Mainardi. O que fica ausente no texto da crítica é uma análise sobre a obra inspiradora – *Tristes Trópicos*, bem como uma análise melhor dos textos dos viajantes ter sido realizada pelo crítico.

Outra análise crítica do texto *Contra o Brasil* é a de Luiz Bolognesi da Revista *CULT*. Na Crítica Literária chamada “O Verdadeiro Averso do Ufanismo”, Bolognesi faz uma análise de *Contra o Brasil* e dois livros do jornalista Eduardo Bueno, *A Viagem do Descobrimento* e *Náufragos, Traficantes e Degredados*,¹⁶¹ partindo de uma crítica de Diogo Mainardi na *Veja*, chamando as obras de Bueno, de “História sem Graça”. Na defesa dos livros de Bueno o crítico da *CULT* diz “*A Viagem do Descobrimento* e *Náufragos, Traficantes e Degredados*, livros do jornalista Eduardo Bueno que relatam a violência amoral da nossa história, contrastam com o ressentimento ingênuo, de Diogo Mainardi.”¹⁶² É claro, que os livros de Eduardo Bueno não tratam de histórias sem graça, porém um trabalho respeitável de historiografia contemporânea. Mas, é bom que se diga que falta aos livros de Eduardo Bueno a imaginação criadora, pois seu enredo é muito mais de compilação. Deve-se ressaltar que os livros de Bueno têm o leve sabor de

¹⁶⁰ Ibidem.

¹⁶¹ BOLOGNESI, Luiz. O verdadeiro avesso do ufanismo. *Revista CULT*. S. P. Fev / 99, p. 33.

¹⁶² BUENO, Eduardo. *Náufragos, traficantes e degredados*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.
_____. *A viagem do descobrimento*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

estarem entre a história e a literatura, e por isso mesmo, esta ausência é quase que forçosamente esculpida pelo autor, como um intento que não pode lhe fugir aos dedos. Bolognesi, porém, em sua crítica, deixa de perceber que a aventura de Pimenta Bueno não passa de imitação dos passos do Francês Lévi-Strauss; relacionando a leitura de *Tristes Trópicos* dada por Diogo Mainardi no texto de *Contra o Brasil* como bem fundamentada, já que não a contesta. O crítico da CULT recomenda a leitura de *Pensamento Selvagem*, também de Lévi-Strauss. Eu diria, porém, que basta “ler” *Tristes Trópicos* para compreender o que falta mesmo a Diogo Mainardi: aquilo que autores como Machado de Assis e Lima Barreto colocavam em seus escritos com fundamental para uma obra de ficção – a imaginação criadora.

Sobre a crítica do final do século XX, é preciso que viajemos um pouco mais nas asas do Bruxo do Cosme Velho. Em sua crítica literária “Instinto de Nacionalidade”, de 1873, dizia:

“(…) A falta de uma crítica assim é um dos maiores males de que padece a nossa literatura; é mister que a análise corrija ou anime a invenção, que os pontos de doutrina e de história se investiguem, que as belezas se estudem, que os senões se apontem, que o gosto se apure e eduque, para que a literatura saia mais forte e viçosa, e se desenvolva e caminhe aos altos destinos que a esperam.”¹⁶³

A falta de um público de leitores acaba determinando a crítica na proporção em que lhe é permitido o alcance. A literatura brasileira, como lembra Machado, não é estéril

¹⁶³ ASSIS, Machado. *Instinto de Nacionalidade e Outros Ensaios*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999, p. 19.

de escritores, pelo contrário, têm-nos da melhor qualidade. Talvez o que esteja faltando é um “povo” dentro da “nação” chamada “Brasil” que as leia. Apenas isso, ou então ficar ouvindo com uma ponta de ciúme um “hermano” lembrar que existem mais livrarias em Buenos Aires que em todo o Brasil.

Dentro da imaginação criadora de Machado de Assis e Lima Barreto, é evidente que, neste caso, obras como *Contra o Brasil* deixam a desejar. Acreditamos que imaginação criadora não tem faltado na literatura da América Portuguesa e , conseqüentemente, que temos bons escritores. Então, se temos escritores, o que nos falta com certeza é um público de leitores e isso já dizia Antonio Candido em *Literatura e subdesenvolvimento*.¹⁶⁴

A NAÇÃO DOS BRUZUNDANGAS

Do barco que transportava os *Contra o Brasil*, no caminho do francês Lévi-Strauss e nas letras do Bruxo do Cosme Velho, vejo um boêmio a pensar sobre a viagem de um “tourist” a um país imaginário muito parecido com o Brasil: Lima Barreto escrevendo “*Os Bruzundangas*”.¹⁶⁵ A partir da visão do viajante, a época para Lima, um “Tourist”, traça um perfil caricatural do Brasil, chamando-o de Bruzundanga e ele – o autor – um turista incidental, podendo ver como observador a nação dos bruzundangas traçando então um verdadeiro antiufanismo (um ponto de inflexão diametralmente oposto ao confuso antiufanismo de Diogo Mainardi) descortinando as mazelas da nação brasileira, ou quem

¹⁶⁴ CANDIDO, Antonio. *Literatura e subdesenvolvimento*. In: *Educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987.

¹⁶⁵ BARRETO, Lima. *Os Bruzundangas*. São Paulo: Ática, 1985.

sabe – a nação dos bruzundangas. Era a paródia servindo à realidade, muito diferente de Claude Lévi-Strauss; que não precisou do recurso paródico. Da sua autoridade de intelectual francês e como verdadeiro “tourist” pode falar abertamente sobre as mazelas de uma sociedade pelo olhar da etnografia. Para Lima Barreto, a paródia foi o recurso para evitar um choque direto com a sociedade de seu tempo e as elites poderosas, embora a colisão com o mármore institucional tenha sido algo inevitável para o boêmio das letras. O notívago escritor, sobre o Brasil, assinalaria a pobreza da gente do campo: “Os latifúndios abandonados e indivisos; a população rural, que é a base de todas as nações, oprimida por chefões políticos, inúteis, incapazes de dirigir a coisa mas fácil desta vida.”¹⁶⁶ Sobre os sábios, diria que “É sábio, na Bruzundanga, aquele que cita mais autores estrangeiros; e quanto mais de país desconhecido, mais sábio é. Não é, como se podia crer, aquele que assimilou o saber anterior e concorre para aumentá-lo com os seus trabalhos individuais. Não é esse o conceito de sábio que se tem em tal país.”

Em *Os Bruzundangas*, Lima Barreto faz um relato de um país que está visitando, como estrangeiro, como turista e brasileiro, um país que no fundo é muito semelhante ao seu. Através deste recurso, o autor boêmio consegue falar indireta e ao mesmo tempo diretamente como é a nação brasileira de seu tempo, que se arrasta com seus problemas, até o nosso tempo, as portas de um novo século. Nada escapa ao crivo de Lima Barreto, das instituições até políticos e literatos; da música às forças armadas; do teatro às escolas. A sociedade bruzundanguense enfim é dilapidada, triturada pela ironia e pelo jogo paródico de um escritor que vivia como a maioria, a massa, o povo, à periferia das cidades e da cidadania. Sobre a riqueza, quase sempre advinda da monocultura agrícola, do açúcar ao café, diria :

¹⁶⁶ Ibidem, p. 45.

O país vivia de expedientes, isto é, de cinquenta em cinquenta anos, descobria-se nele um produto que ficava sendo a sua riqueza. Os governos taxavam-no a mais não poder, de modo que os países rivais, mais parcimoniosos na decretação de impostos sobre produtos semelhantes, acabavam, na concorrência, por derrotar a Bruzundanga; e, assim, ela fazia morrer a sua riqueza, mas não sem os estertores de uma valorização duvidosa. Daí vinha que a grande nação vivia aos solavancos, sem estabilidade financeira e econômica; e, por isso mesmo, dando campo a que surgissem, a toda a hora, financeiros de todos os deus cantos e, sobretudo, do seu parlamento.¹⁶⁷

Nem a heroína de dois mundos, a moça de Laguna, Anita Garibaldi, escapa das farpas do boêmio das letras; nos bruzundangas, uma jovem larga o marido e foge com um aventureiro que luta contra a União Bruzundanguense. Como entender tamanha ironia? Uma heroína imoral, que luta contra o próprio país que a dignifica como exemplo de coragem para seus compatriotas? Paradoxos de nações – Brasil e Bruzundanga – que como invenção não escapam nunca da via paradoxal.

Até aí nada de novo. É comum, até. Mas querer fazer de semelhante dama heroína da Bruzundanga, é que nunca pude compreender. *Eu me ponho aqui no ponto de vista dos patriotas, para os quais a pátria é una e indivisível.* Se me pusesse sob qualquer outro ponto de vista, então a tal dama heroína nada de notável teria a meus olhos a não ser a dedicação até o sacrifício pelo seu amante, mais tarde seu marido. Isto mesmo, porém, não é a virtude que torne uma mulher excepcional, pois é comum nelas, a menos que tal dedicação sirva de moldura às qualidades excepcionais do seu marido ou do seu amante. No caso, porém, encarando-o estritamente sob o aspecto da evolução política da Bruzundanga, o seu marido não era mais do que um aventureiro.

É semelhante senhora que lá, naquelas plagas, comparam à Jeanne d'Arc. Admirável!

Por aí, podem os senhores ver de que estofo são os heróis da Bruzundanga; mas há outros.¹⁶⁸

¹⁶⁷ Ibid., p. 30 .

¹⁶⁸ Ibid., p. 72 .

Ainda neste país *imaginário*, outro herói sofreria a ironia do *tourist* Lima Barreto , um certo Visconde de Pacome, que se assemelha a um herói brasileiro chamado Barão do Rio Branco, que também viria a ser visconde. Sobre este o boêmio das letras diria:

Entretanto, forçoso é dizer que Pancome desconhecia as ânsias, as dificuldades, as qualidades e defeitos de seu povo. *A história econômica e social da Bruzundanga ainda está por fazer*, Mas um estadista (critério clássico) deve tê-la no sentimento. Pancome não a tinha absolutamente. A sua visão era unicamente diplomática e tradicionalista.¹⁶⁹ (o grifo é meu)

A história econômica e social dos tempos de Lima Barreto, até o final do século XX, no Brasil(ou seria a Bruzundanga) continua a ser realizada. Lima Barreto há quase um século, já falava de história social. Mas um dos óbices para esta consecução é ainda a falta de abertura, pois mesmo os regimes ditos democráticos, como apregoa a democracia social reinante no Brasil a partir da década de 90 do século XX, é apenas mais uma falácia. Lima ainda diria sobre a polícia :

¹⁶⁹ Ibid., p. 73 .

A polícia, sob este ou aquele disfarce, abafa a menor tentativa de crítica aos dominantes. Espanca, encarcera, deporta sem lei hábil, atemorizando todos e impedindo que surjam espíritos autônomos. É o arbítrio; é a velha Rússia.

E isso a polícia faz para que a província continue a ser uma espécie de República de Veneza, com a sua nobreza de traficantes a dominá-la, mas sem sentimento das altas cousas de espírito.¹⁷⁰

A *nação brasileira* para Lima Barreto era, antes de mais nada, um país de elites que não sabiam repartir. Compreendia que o apelo nacional é privilégio de alguns poucos. O Brasil só existe através dos olhos da lente dos herdeiros de sua criação, as elites latifundiárias e os novos ricos advindos com o processo da industrialização e do mundo da “Techne”. Lima Barreto veria bem, num país imaginário de um projeto de nação sempre excludente, o que significava nestas circunstâncias o aparato policial. Com a palavra o mestre da ironia arrasadora de um tempo; na crônica de 26 de dezembro de 1914 :

Noticiam os jornais que um delegado inspecionando, durante uma noite destas, algumas delegacias suburbanas, encontrou-as às moscas, comissários a dormir e soldados a sonhar.

Dizem mesmo que o delegado-inspetor surripou objetos para pôr mais à mostra o descaso dos seus subordinados.

Os jornais, com aquele seu louvável bem senso de sempre, aproveitaram a oportunidade para reforçar as suas reclamações contra a falta de policiamento nos subúrbios.

Leio sempre essas reclamações e pasmo. Moro nos subúrbios há muitos anos e tenho o hábito de ir para a casa alta noite.

Uma vez ou outra encontro um vigilante noturno, um policial e muito poucas vezes é-me dado ler notícias de crimes nas ruas que atravesso.

A impressão que tenho é de que a vida e a propriedade daquelas paragens estão entregues aos bons sentimentos dos outros e que os pequenos furtos de galinhas e coradouros não exigem um aparelho custoso de patrulhas e apitos.

¹⁷⁰ Ibid., p. 98 .

Aquilo lá vai muito bem, todos se entendem livremente e o Estado não precisa intervir corretivamente para fazer respeitar a propriedade alheia.

Penso mesmo que, se as coisas não se passassem assim, os vigilantes, obrigados a mostrar serviço, procurariam meios e modos de efetuar detenções e os notívagos, como eu, ou os pobres-diabos que lá procuram dormida, seriam incomodados, com pouco proveito para a lei e para o Estado.

Os policiais suburbanos têm toda a razão. Devem continuar a dormir. Eles, aos poucos, graças ao calejamento do ofício, se convenceram de que a polícia é inútil.

Ainda bem.¹⁷¹

Cabe aqui, evidentemente “*pensar*” cada coisa a seu tempo, para não cairmos na tentação do anacronismo. Mas é interessante “*pensar*” como as polícias militares do último quartel do século XX sobem as favelas, com o rosto encapuzado e colete à prova de bala, invadindo as casas, atirando para todos os lados de forma indiscriminada. A casa, o asilo inviolável e sacrossanto do indivíduo, segundo as Leis Universais do Direito Liberal, na favela não existe. Afinal moram em *barracos* e não em *casas*. Oportuno é *pensar* que a favela tem origem na derrubada dos cortiços promovida na cidade do Rio de Janeiro – a mesma do Major Vidigal – por ocasião do sonho bovário das elites brasileiras de uma *Belle Époque* nos trópicos, remodelando então o centro urbano da cidade do Rio, retirando os pobres que habitavam as zonas de interesse dos ricos¹⁷². Curiosa mesmo esta situação, os policiais de hoje, que também são pobres (mais pobres ainda do que eles são os professores dos pobres) invadindo de capuz e colete à prova de balas o que se denomina então de favela. É, sobre a polícia, é bom mesmo “*pensar*” no que Lima Barreto tem a nos ensinar. No que se chama Brasil, desde os tempos do Rei até os tempos dos

¹⁷¹ BARRETO, Lima. *Crônicas escolhidas*. São Paulo: Publifolha, 1995, pp. 77-78 .

¹⁷² Ver CHALLOUB, Sidney. *Cidade Febril* . Op. cit., p. 17.

militares no poder, e a democracia social do final do século XX, ela é algo a ser “repensado”.

A sujeição à pobreza e miséria conduzindo à criminalidade e como tal perdendo direitos de cidadão e assumindo a condição da marginalidade, e portanto possível de exclusão ou eliminação. Por acaso alguém desconhece que no final do século XX, no Brasil, um dos grandes motivos de óbito na periferia das cidades urbanas são chacinas, assassinato e outras séries de coisas que acontecem diariamente, e às vezes, algumas delas por um acaso do destino, viram notícia nos jornais? E alguém sabe por onde andam os responsáveis pelas cento e onze mortes do Carandiru, a casa de detenção de São Paulo, em 1992? O que se pode dizer é que são cento e onze presos, quase todos pretos como lembraram Caetano Veloso e Gilberto Gil, em *Haiti*¹⁷³, e todos mortos. As execuções foram realizadas pelos homens da Polícia Militar de São Paulo, assim como tantas outras mortes que são perpretadas dentro do que se convencionou na invenção da nação e para proteção de seus inventores - a Polícia, braço longo das elites e de suas nações excludentes, uma história que se confirma na ficção, ontem e hoje.

Personagens distintos, Pimenta Bueno de *Contra o Brasil* ao Tourist d’Os *Bruzundangas*, o enigmático Brás Cubas de *Memórias Póstumas* habitando no vazio da nação, ou o português Romão e a acumulação do capital em *O Cortiço*, ou ainda o emissário das *Cartas Chilenas* – Critilo. Faces múltiplas da construção da identidade da nação, passando pela identidade pessoal de cada um deles, por trás o autor e a forma social na qual se insere nas delimitações do tempo em que viveu. Enfim são as várias invenções a que se submete a criação da nacionalidade da qual falamos: a brasileira. De

¹⁷³ GIL, Gilberto e VELOSO, Caetano. “Haiti”. In: *Tropicália 2*. CD Polygram do Brasil.

Pimenta Bueno a Critilo como um retorno à herança colonial – à escravidão dos negros e à matança dos donos naturais da terra. Ao início então, as Cartas Chilenas como maldição e legado:

Perguntarás agora que torpezas
comete a nossa Chile, que mereça
tão estranho flagelo? Não há homem
que viva isento de delitos graves,
e, aonde se amontoam os viventes
em cidades ou vilas, aí crescem
os crimes e as desordens, aos milhares.
Talvez, prezado amigo, que nós, hoje,
Sintamos os castigos dos insultos
Que nossos pais fizeram; estes campos
estão cobertos de insepultos ossos
de inumeráveis homens que mataram.¹⁷⁴

¹⁷⁴ GONZAGA, Tomás Antonio. Op. cit., p. 89 .

IV

ALGUMA FICÇÃO, MUITAS HISTÓRIAS

A história é a crônica da palavra. Moisés, no deserto; Demóstenes, nas guerras helênicas; Cristo, nas sinagogas da Galiléia; Huss, no púlpito cristão; Mirabeau, na tribuna republicana; todas essas bocas eloquentes todas essas cabeças salientes do passado, não são senão o fiat multiplicado levantado em todas as confusões da humanidade. A história não é um simples quadro de acontecimentos; é mais, é o verbo feito livro.

(Machado de Assis, “A reforma pelo jornal”, *O Espelho*, 23 out. 1859 .)

A nação d’*Os Bruzundangas* de Lima Barreto e o Brasil das *Memórias Póstumas de Brás Cubas* parece não ter mudado muito até os dias atuais. Após o fim do milênio, a capital não é mais o Rio de Janeiro do Bruxo do Cosme Velho ou do boêmio das letras. Mas as letras ainda contestam a nação. Como nas letras do Rap do Planet Hemp, o estilo musical das ruas, que dos guetos de Nova York passou aos guetos do Rio de Janeiro, a capital brasileira dos tempos de Machado de Assis e Lima Barreto. Aqui transformou-se na mais pura música de contestação. Lima Barreto deve estar contente – onde estiver. A música que a sua época não atingia as massas, hoje, pelo contrário é uma seta que atravessa o ar , rompendo as malhas da mídia superprodutora das representações que geram as práticas sociais aceitáveis, mantendo as desigualdades sociais cada vez mais crescentes que da equação brasileira. Atualmente as letras de canções, a literatura musical, bate mais forte seu martelo no inconsciente coletivo das massas. A mídia sabe disso e investe na divulgação de letras de música que não disparem nada contra o sistema constituído na “nação brasileira”. Porém as músicas da periferia, como *Futuro do País*, da banda Planet Hemp, gravada no Compact Disc “Usuário” produzido pela própria banda no

projeto super demo em 1995 – no ano de 1998 com a prisão dos integrantes da banda, os cd's foram proibidos no comércio brasileiro – fariam parte de um repertório das “letras” com certeza *militante*, como neste trecho final de “Futuro do País”:

**“(…)DAR UMA ESMOLA NÃO É SOLUÇÃO/
ELES PRECISAM DE CULTURA E BOA
ALIMENTAÇÃO/ PORQUE UM POVO SEM CULTURA
ME DÁ INSÔNIA/ QUALQUER DIA DESSES
VOLTAREMOS A SER COLÔNIA/ PELAS ESQUINAS
E PRAÇAS ESTÃO DESLEIXADOS/ E ATÉ
MALTRAPILHOS FILHOS BASTARDOS/ DA MESMA
NAÇÃO/ SÃO CRIANÇAS PORÉM NÃO SÃO
FILHOS/ MAS EU QUERIA SOMENTE LEMBRAR/
QUE MILHÕES DE CRIANÇAS SEM LAR/ SÃO
FRUTOS DE UM MAL QUE FLORIU/ NUM PAÍS QUE
JAMAIS REPARTIU.”¹⁷⁵**

Na pretensão de dizer que música é literatura, e pensando como Roland Barthes ao dizer que “atualmente, se pode imaginar a produção escrita de qualquer coisa e, seja o que for, receberá o nome de texto. O que é útil é a palavra.”¹⁷⁶ Podemos dizer que as letras das músicas formam palavras que voam nas asas das notas musicais, ou então que as notas musicais viajam impulsionadas pelas asas das letras. Tanto um como o outro, vão dar na mesma. Roland Barthes já dizia: tudo é texto, basta juntar as letras e formar as frases, elaborando a mensagem.

¹⁷⁵ *Futuro do País*. Música gravada pela Banda Planet Hemp em 1995 numa produção própria, no projeto super demo. A letra é de autoria do vocalista Marcelo D2 e do guitarrista Rafael.

¹⁷⁶ Entrevista com Roland Barthes publicada no livro *O que é literatura*. Rio de Janeiro: Editora Salvat, 1979, p. 16.

Brasília, a capital inventada de *Machado de Assis* e *Lévi- Strauss* produziu também sua periferia. Às margens das cidades se aglutinou a população “marginal”. A capital dos sonhos das elites visitada por Lévi-Strauss não escaparia da música de protesto. Daí a banda Legião Urbana ter feito um estrondoso sucesso com suas músicas de contestação, romance e poesia. As letras de composição de Renato Russo, o poeta-filósofo da música brasileira que virou mito após sua morte, permanecendo a banda Legião Urbana, mesmo após seu fim, como a que mais reúne fãs em toda a “nação brasileira”. O discurso contra a nação e a visão de um positivismo reticente criando a imagem eterna do amanhã bondoso, - afinal o Brasil é o país do futuro, o país que vai pra frente, ou ainda o país que avança; **avança Brasil** como é o atual refrão do governo - , ficaria timbrado como marca registrada da banda como aqui em “*Que País é Este?*”

“Nas favelas, no Senado

Sujeira prá todo lado

Ninguém respeita a Constituição

Mas todos acreditam no futuro da nação.”¹⁷⁷

¹⁷⁷ Esse texto foi extraído da música do Legião Urbana “Que País é Esse?”, que foi uma das marcas registradas da banda. A música foi gravada em 1987 pela EMI-ODEON. O interessante é que ela foi escrita por Renato Russo em 1978 e nunca foi gravada antes porque havia a esperança de que algo iria realmente mudar no país, tornando-se a música então, totalmente obsoleta. Isso não aconteceu até o fim da década de 80 e não aconteceu até a atualidade, e por isso ainda é possível se fazer a pergunta do título, sem erros: Que País é Esse?

É evidente que todos sabem quais são os problemas em um país que nunca quis repartir. Aqui ainda se acredita-se na apologia ao amanhã bondoso patrocinado pelas elites. O Nobel de economia de 1998 defendeu a teoria de que qualquer plano econômico perpetua a miséria e a pobreza. Os planos econômicos em uma sociedade sem economia estável (como é o Brasil), são como o arlequim do rei que carrega a espiga de ouro na ponta de uma vara, montado sobre um alazão branco. A sua volta, a multidão esfomeada; e a polícia mosqueteira e vassala do rei para conter sua ira de fome e de justiça social. Mas no Brasil, a espiga de ouro brilha mais do que a ação, e a maioria das pessoas aprovam sempre um plano econômico no lugar de um plano de desenvolvimento social. As populações, no dito processo civilizador, necessitam obviamente de pressupostos básicos de vida digna dentro deste mesmo processo, como saúde e educação. Desde a galhofa melancólica de Machado de Assis, a paródia desesperada de Lima Barreto até as narrativas contemporâneas, as coisas não mudaram – violência, miséria, pobreza e sistema educacional caótico, ainda são os verdadeiros símbolos nacionais.

Dos exílios da pele (a exclusão racial) patrocinado pela instalação de uma República excludente, à produção literária de um bruxo e um boêmio, Machado de Assis e Lima Barreto, dois negros que testemunharam, na literatura, a história de seu tempo vivido. Tempos mirabolantes, de fazer endoidecer qualquer um. Das guerras, revoltas, e batalhas da consolidação da nação indivisível, da evolução das formas de matar, conduzindo o combate corpo a corpo de espadas na mão do século XVIII ao holocausto das populações civis, dizimadas por bombas cada vez mais potentes, à efetiva instalação das nações burguesas modernas, como início dos tempos em que existe ódio entre os homens, desde que tenham um hino para cantar e uma bandeira para louvar; a guerra não foi um produto da invenção da nação moderna, mas de lá pra cá os séculos que lhe

sucederam assistem estupefatos aos seres humanos cometendo atrocidades em nome de uma cultura, um povo, uma nação.¹⁷⁸ E a partir daí pensar também o discurso contrário aos conceitos desta nação, como o fizeram Lima Barreto e Karl Marx, implodindo-os, já que fazem parte de um único paraíso, o das elites. Dentro desta abertura possível, o tal “Brasil” não existe, é uma invenção assentada em uma equação básica, cujo coeficiente final é uma crescente desigualdade social e uma massa pobre que depende do “Favor” dos ricos.¹⁷⁹ Caso seja implodida, decreta-se também o fim da nação brasileira, terá que ser obviamente outra coisa. Em territórios delimitados como o Brasil, resultante da colonização e invenção européia de novas nações a sua imagem, onde não existem oportunidades para os pobres, uma desigualdade social que prolifera na mesma medida em que poucos ricos e muitos pobres são sempre o caminho que veicula as formas de condução das políticas econômicas; uma economia débil tendo à frente uma elite fraca presa às amarras do capitalismo internacional, a massa de desempregados, acossada, apela para formas de resistência indignas à margem da sociedade legal. Problemática fácil de ser atenuada ou resolvida pelas elites dirigentes, já que possuem uma das forças repressivas mais violentas de todo o mundo ocidental - uma Polícia Militar e Civil ligadas às Forças Armadas. Assim, os policiais empregados, originários das classes pobres, onde o desemprego traz resultados maléficos, são adestrados para que, como “autoridades policiais” (autoridade essa que é a base de sua submissão ao sistema, pois lhe é falaciosa) reprimam violentamente as agitações da multidão, permanecendo apenas um estado de

¹⁷⁸ Sobre a Nação e o Estado Burguês ver HOBSEBAWM, Eric. *A Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. Ver do mesmo autor *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

¹⁷⁹ O *Favor* pode ter colocado outra roupagem, mas permanece até os dias atuais. O valor do dinheiro e sua necessidade para sobrevivência implica sempre em um favor do rico ao pobre.

delinqüência, fácil de ser mapeado, quadriculado, vigiado (como nos propõe Foucault).¹⁸⁰ Esta talvez seja a resposta ao brasilianista Thomas Skidmore quando se indaga, como um povo tão massacrado permanece sempre ilhado ao chamado unionismo da sempre nação do futuro ¹⁸¹.

Pode ser pretensão, mas não vejo a literatura como deleite para alguns poucos, sua função social é inequívoca, levando-se em conta que a condição humana é única, pois somente ela pode incorporar uma unicidade e uma pluralidade ao mesmo tempo; esta ambigüidade fissurada é exclusiva do fazer-se humano. Nesse contexto da condição humana, a linguagem e a literatura têm seu lugar nos novos tempos, onde a globalização do capital também globalizou a miséria e a pobreza. Contra a globalização do capital e sua conseqüente miséria e pobreza, é que se pode pensar em universalizar um conflito de idéias e escritos. Um suave torpor com bases sólidas na linguagem, conduzindo em conjunto com os outros fatores necessários a uma humanidade melhor, como na literatura militante de Lima Barreto ou nas mágicas linhas dos enigmas de Machado de Assis. Alimentando ambos, a alma da condição humana. O convite que faço é a uma História e Literatura nas linhas enigmáticas de um bruxo que ascendera socialmente, ou como um Lima Barreto, numa velocidade estonteante, colidindo de frente contra o mármore institucional. Cada um que escolha a sua rosa e decida: com ou sem espinhos.

¹⁸⁰ Sobre isto ver FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 123, 230-231.

¹⁸¹ Ver SKIDMORE, Thomas. *Uma história do Brasil*. Rio de Janeiro : Paz e Terra , 1997 .

A abordagem acaba sendo, inevitavelmente, um ataque em algum flanco de nossos objetivos, nossos objetos de pesquisa. Infelizmente, posto que ainda não pertencemos à classe dos demiurgos contemplativos, nossas realizações serão sempre parciais, não se pode dar conta de tudo, é uma quimera. Desta forma, o caminho que percorri determina, em sua essência, não a compreensão da literatura brasileira ou de toda a ficção brasileira, mas apenas de uma pequena parcela, *alguma ficção*, escolhas que fiz, segundo as preferências e necessidades da pesquisa. Dentro de uma perspectiva histórica fui em busca de *Alguma ficção*. Inserido no mundo da literatura, corri atrás das *fontes literárias-documentos históricos*, na consecução de minhas finalidades, que de forma aberta tentam se aproximar de *outras histórias*. A história aberta a *Muitas histórias*, dentro de uma pluralidade, isento do trabalho hermeticamente fechado a outros olhares, longe dos centralismos. Na ânsia desesperada de entender o mundo em que vivemos, nosso momento sempre presente, compreender o significado da linguagem, desvendar o mistério da palavra. Foucault, em “*As Palavras e as Coisas*”, fala do retorno da linguagem ao caminho que conduzia ao lugar indicado por “Nietzsche e Mallarmé quando um deles perguntara: Quem fala? E o outro vira cintilar a resposta na própria palavra.”¹⁸² Como Roland Barthes, ao dizer que com o nascimento da escritura morre o autor e, é o fim do seu reinado. Também aqui, o autor já morreu.¹⁸³ Voltemos ao texto então e a crítica que brilha com o Império do leitor. São novos tempos que se anunciam.

¹⁸² FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas*. S.P.: Martins Fontes, 1988, p. 399.

¹⁸³ Sobre isto ver BARTHES, Roland. A morte do autor. In: *O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 65-70.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Capistrano. "Carta a Machado de Assis", 23/07/1880, *Correspondência de Capistrano de Abreu*, v. 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- ALMADA, Vilma Paraíso. *Escravidão e Transição*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- ALMEIDA, Luís Alberto S. *Lima Barreto- o Cânone e o Bêbado*. Dissertação de mestrado em literatura brasileira. UFSC, 1997.
- ALMEIDA, Manuel Antonio. *Memórias de um Sargento de Milícias*. São Paulo: Ática, 1997.
- ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente. Estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. 1808-1822*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- ANTELO, Raúl. *Algaravia. Discursos de Nação*. Florianópolis: UFSC, 1998.
- ARISTÓTELES. *Poética*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- ASSIS, Machado de. "A Nova Geração", In: *Revista Brasileira*, v. 2, 01/12/1879.
- _____. *Literatura Brasileira – instinto de nacionalidade*. In: --- *Crítica literária*. Rio de Janeiro: Jackson, 1955.
- _____. *Crônicas Escolhidas*. São Paulo: Publifolha, 1994.
- _____. *Quincas Borba*. São Paulo: FORMAR, 1965.
- _____. *A Semana*. 7/4/1896. Rio de Janeiro. Jackson. 1955.
- _____. *Instinto de Nacionalidade e outros ensaios*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999.
- _____. *Contos de Machado de Assis*. Porto Alegre: Movimento, 1998.

_____. "Papéis Avulsos." In _____ *Obras completas de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Jackson, 1962.

Atlas da História do Mundo. São Paulo: Folha de São Paulo, 1995.

AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço*. São Paulo: Ed. Ática, 1980 .

BARRETO, Lima. *Os Bruzundangas*. São Paulo: Ática, 1985.

_____. *Crônicas escolhidas*. São Paulo: Publifolha, 1995.

_____. *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Ática, 1997.

BARTHES, Roland. *Novos Ensaios Críticos. O Grau Zero da Escritura*. São Paulo: CULTRIX, 1974.

BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire. Um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BOLOGNESI, Luiz. "O verdadeiro avesso do ufanismo." In - : *Revista CULT*. S. P. Fev / 99.

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: CULTRIX, 1993.

_____. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia das Letras: 1992.

BRAYNER, Sonia. *Labirinto do espaço romanesco – tradição e renovação da literatura brasileira. (1880-1920)* . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BUENO, Eduardo. *A viagem do descobrimento*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

_____. *Náufragos, traficantes e degredados*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

CANDIDO, Antonio. "Dialética da malandragem." *Jornalivro*. São Paulo, nº 8, 1ª quinzena, agosto/1972.

_____. "Esquema de Machado de Assis." In: CANDIDO, Antonio. *Vários Escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

_____. *O Discurso e a Cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1993.

_____. Literatura e Subdesenvolvimento. In: *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas. O imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

_____. *Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CAVALCANTE, Berenice. "Beleza, Limpeza, Ordem e Progresso: a questão da higiene na cidade do Rio de Janeiro, final do século XIX." In: *Revista Rio de Janeiro*, Niterói. vol. 01, nº01 set/dez 1985.

CHARTIER, Roger. "A História Hoje: dúvidas, desafios, propostas." In: *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. Vol. 07 nº 13, 1994.

CHAVES, Flávio L. *História e Literatura*. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda (ORGS). *A História Contada: Capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e Botequim. O Cotidiano dos Trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: brasiliense, 1986.

COSTA, Emília Viotti. *Da monarquia a república, momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense; 1987.

COUTINHO, Afrânio (Org.) *Obra crítica de Araripe Júnior. Vol. II 1888-1894*. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 1960.

- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- FABRI, Ferúccio. *Ergue-se e fala o passado da PMERJ*. Rio de Janeiro: Edição da Irmandade Nossa Senhora das Dores da PMERJ, 1989.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. Formação do Patronato Político Brasileiro. Vol I. São Paulo: Editora Globo, 2000.
- _____. *Machado de Assis: A pirâmide e o Trapézio*. Rio de Janeiro: Globo, 1988.
- FOUCAULT, Michel. Nietzsche, A Genealogia e a História. In: _____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: GRAAL, 1998.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis. Vozes, 1997.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. “As idéias estão no lugar” . In: *Cadernos de Debate 1; História do Brasil* . São Paulo: Brasiliense, 1976.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 36ª ed. Rio de Janeiro: RECORD. 1999.
- FURLAN, Stélio. *Seduções e desencantos. Machado de Assis, um crítico do século XIX*. Tese de doutoramento em Teoria Literária. Florianópolis, UFSC, 2001.
- GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- GIL, Gilberto e VELOSO, Caetano. “Haiti.” CD *Tropicália 2*, Polygram do Brasil.
- GONZAGA, Tomás Antonio. *Cartas Chilenas*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- HOBSBAWM, Eric. *A Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- _____. *Nações e nacionalismo desde 1780. Programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOLANDA, Sérgio Buarque . A Fronda Pretoriana. In: Holanda, Sérgio Buarque (Org.) *O Brasil Monárquico. História Geral Da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1980.

Jornal do Comércio. Edição comemorativa do Centenário da Independência. Rio de Janeiro, 07 de Set, 1922.

JÚNIOR, João Ribeiro. *O que é positivismo*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

JUVENAL, Ildefonso. *Álbúm do Centenário da Força Pública*. Florianópolis: 1935.

LAJOLO, Marisa. "Literatura e História da Literatura: senhoras muito intrigantes." In: MALLARD, Leticia et alii. *História da Literatura: Ensaio*. Campinas: UNICAMP, 1994.

LÉVI- STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

LUKÁCS, George. "Narrar ou descrever". In : *Ensaio sobre literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

MAINARDI, Diogo. *Contra o Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1997.

MELLO, Manoel Caetano B. *O centenário da origem das espécies*. 1859-1959. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. "Um confronto entre Canudos, Juazeiro e contestado." In : FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira* (T.3, Vol. 1) São Paulo: DIFEL, 1972.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira; São Paulo : Publifolha, 2000.

NETO, Miguel Sanches. "Desconstruindo Macunaíma." In: *Revista BRAVO*. SP, novembro 98. Ano 2. Nº 14.

NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical. Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 4ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.

PAZ, Francisco Moraes. *Na poética da história. A realização da utopia nacional oitocentista*. Curitiba: Editora da UFPR, 1996.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *Machado de Assis: Estudo crítico e biográfico*. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1998.

PEREIRA, Astrojildo. *Machado de Assis*. Rio de Janeiro: São José, 1959.

PIGLIA, Ricardo. "Memória y ficción." Congresso Abralic. 2. Belo Horizonte. 1990. In: *Anais*. Belo Horizonte. UFMG. 1991.

QUEIROZ, Maurício Vinhas. *Messianismo e Conflito Social*. A guerra sertaneja do contestado: 1912-1916. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

RAMOS, Tânia Regina Oliveira. "Com as cartas na manga." In: *REVISTA LITERÁRIA ANUAL ARCA*, N° 3. Porto Alegre: PARAULA, 1995.

ROTTERDAM, Erasmo de. *Elogio da Loucura*. São Paulo: Atena, 1959.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1992.

SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo - Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades, 1998.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. Tensões sociais e criação cultural na primeira república. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SEVCENKO, Nicolau. "A capital irradiante: Técnica, ritmos e ritos do Rio." In: (Org.) *História da Vida Privada no Brasil* n° 3. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SKIDMORE, Thomas. *Uma história do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

VERÍSSIMO, José. *Teoria, crítica e história literária*. São Paulo: EDUSP, 1977.

WEBER, João Hernesto. *A Nação e O Paraíso. A construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira*. Florianópolis. Editora da UFSC, 1997.

_____. *Caminhos do Romance Brasileiro. De A moreninha aos Guaianãs*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.

WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso*. São Paulo: EDUSP, 1994.

WILSON, Edmund. *Rumo à Estação Finlândia*. São Paulo: Cia das letras, 1986.

Futuro do País. Música gravada pela Banda Planet Hemp em 1995 numa produção própria no projeto super demo. A letra é de autoria do vocalista Marcelo D2 e do guitarrista Rafael.

Entrevista com Roland Barthes publicada no livro *O que é literatura*. Rio de Janeiro: Editora Salvat, 1979.

música do Legião Urbana *Que País é Esse?*, que foi uma das marcas registradas da banda. A música foi gravada em 1987 pela EMI-ODEON. escrita por Renato Russo em 1978.